



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais.

Abraão Sapalalo

Orientação: Prof. Doutor Marco António Gonçalves  
Barbas Baptista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais.

Abraão Sapalalo

Orientação: Prof. Doutor Marco António Gonçalves  
Barbas Baptista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

*Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri*

## **RESUMO**

**Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais.**

Depois de uma diplomacia itinerante feita nos países da Europa do Leste, África e Ásia, sem ter obtido o sucesso desejado, Jonas Malheiro Savimbi concebe a ideia de criar a UNITA, em Champaix na Suíça, em conversa com Tony da Costa Fernandes e foi aí que os seus Estatutos foram redigidos por ambos em 1964. A criação da UNITA completava a estrutura tripartida do nacionalismo angolano para combater o colonialismo português, desenvolvendo uma acção diplomática de relevo que levou-o ocupar o lugar de membro observador da ONU em 1975, no combate contra o colonialismo português. Na última fase do conflito (1992-2002), houve uma derrocada da diplomacia que culminou em condenação pela ONU e a consequente morte do líder Jonas Malheiro Savimbi no combate 22.2.2002, na província e na localidade onde tinha constituído este Movimento há 36 anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Angola, UNITA, Conflito Armado, Política Externa, Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

### **The vectors determining to the conduct of diplomacy of the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) during the civil war Angola from 1975 to 2002 – in a dimension of International Relations**

There have been analyzed the following aspects: after an unsuccessful itinerant diplomacy made with countries in East Europe, Africa and Asia, which did not achieved the goals intended, Jonas Malheiro Savimbi gave birth to the idea of creating the UNITA at Champaix in Switzerland during a conversation with Tony da Costa Fernandes, that's where its constitutional by-laws were written by both in 1964. The creation of UNITA integrate the tripartite structure of Angola's nationalism to fight the portuguese colonialism, developing a substantial diplomatic action, which led him to occupy a place as an observer state in the UN in 1975, in its combat against Portuguese colonialism. In the last period of the conflict (1992-2002), there was a collapse of its diplomacy and culminated its condemnation by UN and the death of the leader Jonas Malheiro Savimbi in combat on 02.22.02, in the province where this Movement had been created 36 years ago.

**KEY WORDS:** Angola, UNITA, Armed Conflict, Foreign Affairs, International Relations.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....</b>	<b>18</b>
1.1 ORIGEM DA UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDENCIA TOTAL DE ANGOLA (UNITA).....	18
1.2. PORTUGAL FACE A ANGOLA .....	19
1.3. A TRANSIÇÃO DE ANGOLA PARA A INDEPENDENCIA.....	26
1.4. O ACORDO DE ALVOR.....	36
1.5. A CONFLUENCIA DOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS NA INDEPENDENCIA DE ANGOLA .....	40
<b>CAPÍTULO II - A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA UNITA DE 1975 A 2002.....</b>	<b>46</b>
2.1. A DISTRIBUIÇÃO DE PODERES NA DEFINIÇÃO DA POLITICA EXTERNA .....	46
2.2. OS VECTORES ESTRATEGICOS DA UNITA NO DOMINIO EXTERNO.....	59
2.3. O PROCESSO NEGOCIAL PARA A PAZ NO SUDOESTE AFRICANO (OS ACORDOS DE NOVA IORQUE).....	63
2.4 ANGOLA RUMO A PACIFICAÇÃO-ACORDOS DE BICESSE-PORTUGAL 1991.....	72
2.5. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDARIAS .....	78
2.6. AS CAUSAS E AS CONSEQUENCIAS DO FRACASSO DE BICESSE .....	80
<b>CAPÍTULO III-A REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA UNITA DE 1992 A 2002.....</b>	<b>84</b>
3.1. A CONTENÇÃO DEMOCRATICA DURANTE O CONFLITO POS-ELEITORAL.....	84
3.2 AS NAÇÕES UNIDAS E O PROTOCOLO DE LUSAKA.....	88
3.3 OPERAÇÃO RESTAURO E O FIM DA GUERRA CIVIL.....	102
<b>CRONOLOGIA COMPARATIVA DE EVENTOS EM ANGOLA E NO MUNDO 1482 E ENTRE 1929 A 2012 .....</b>	<b>107</b>
<b>CAPÍTULO IV – O REFORÇO DA DIPLOMACIA DA UNITA NO PÓS-CONFLITO .....</b>	<b>116</b>
4.1. A IMPORTANCIA GEOPOLITICA DE ANGOLA NA REGIÃO DA ÁFRICA - AUSTRAL E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. ....	116

<b>4.2. UMA OU DUAS POLITICAS EXTERNAS (UNITA – MPLA)?.....</b>	<b>121</b>
<b>4.3. PARA UMA DIPLOMACIA ANGOLANA.....</b>	<b>124</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>125</b>
<b>ENTREVISTAS REALIZADAS: .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>

## **Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas**

- ANC** – African National Congress (Congresso Nacional Africano)
- ANGOP** – Angola Agency Press (Agência de Notícias angolana)
- CASA-CE** – Convergência Ampla de Salvação-Coligação Eleitoral
- CCPM** – Comissão Conjunta Político-Militar
- CE** – Comunidade Europeia
- CFB** – Caminho-de-Ferro de Benguela
- CIA** – Central Intelligence Agency (Agência Central de Informação, EUA)
- CNE** – Conselho Nacional de Eleições
- CRU** – Comité Renovador da UNITA
- ELNA** – Exército de Libertação Nacional de Angola (exército da FNLA)
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAA** – Forças Armadas Angolanas
- FALA** – Forças Armadas de Libertação de Angola (exército da UNITA)
- FAPLA** – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (exército do MPLA)
- FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FNLC** – Frente Nacional de Libertação do Congo
- FLEC** – Frente Para a Libertação do Enclave de Cabinda
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- GRAE** – Governo Revolucionário de Angola no Exílio
- GURN** – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
- JNS** – Junta de Salvação Nacional
- MFA** – Movimento das Forças Armadas
- MLN** – Movimento **de** Libertação Nacional
- MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola

**MIREX** – Ministério das Relações Exteriores

**NATO** – North Atlantic Treaty Organasition (Organização do Tratado Atlântico Norte)

**NSC** – National Security Council (Conselho de Segurança Nacional, EUA)

**OUA** – Organização de Unidade Africana

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAIGC** – Partido Africano Para a Independência da Guine e Cabo Verde

**PIDE** – Polícia Internacional de Defesa do Estado

**PDA** – Partido Democrático de Angola

**PLUA** – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

**RDC**- República Democrática do Congo

**RPA** – República Popular de Angola

**SADCC** – Southern African Development Conference Countries (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento dos Países da África Austral)

**SADC** – Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral

**SADF** – South African Defense Forces (Forças Armadas Sul-Africanas)

**SWAPO** – South West Africa People’s Organization (Organização dos Povos do Sudoeste Africano - Namíbia)

**S/D** – Sem data

**UA** – União Africana

**UNAVEM I, II e III** – Unit Nations Angola Verification Mission (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola)

**UNOA** – United nations Office in Angola (Escritório das Nações Unidas em Angola)

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

**UPA** – União das Populações de Angola

**UPNA** – União das Populações do Norte de Angola

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**ZOPACAS**- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## DEDICATÓRIA

*À minha mãe e à minha esposa, aos meus sogros, à minha única e aos meus irmãos (as) e cunhados (as), que dão um amor de vida e uma vida de amor a tudo isto.*

*Em memória do meu pai, visto que, consigo aprendi a crer e esperar.*

*Aos anónimos, que me ensinaram a respeitar as pessoas que os outros não dão valor, afinal de contas, não somos tão diferentes assim.*

*À todo povo no mundo vítima dos apocalípticos resultantes da política externa.*

## AGRADECIMENTO

Ao Professor Marco António Gonçalves Barbas Baptista Martins, que encorajou na escolha do tema e aceitou orientar esta pesquisa e ao corpo docente e discente da Universidade de Évora que contribuiu para juntos vencermos as dificuldades impostas pela investigação em todas as facetas.

Um muito obrigado pelas entrevistas e tempo disponibilizado pelo Embaixador Lukamba Paulo Gato, Dr. Almerindo Jaka Jamba, Eng.º José Ernesto Mulato e General Peregrino Isidro Wambu Chindondo.

Um obrigado a colaboradora e Secretária Teresa Domingos Rodrigues por se mostrar sempre disponível na digitalização de uma parte de entrevistas. Igualmente, agradeço os colegas de trabalho e à todos que fizeram parte da diplomacia da UNITA durante o período em estudo que fizeram ou não parte do presente estudo, pelo profissionalismo e seriedade.

Um agradecimento especial às famílias do General Peregrino Isidro Wambu Chindondo e do Douglas Madeiros que fizeram deste trabalho uma parte integrante da sua vida, tendo passado noites em claro a fim de introduzir correções e sugestões pertinentes.

Às Forças Armadas Angolanas (FAA) escola da vida que mais uma vez acreditou em “*ETU/MUDIETU*” patrocinando a bolsa de estudos.

*“Vou contar-vos a história de um povo. Que tem tudo p’ra sorrir de novo. Vou falar-vos da velha coragem Sacrifícios e muitas viagens. Vou falar do soldado tombado. Anulando o sorriso rasgado. Do kandengue que sofreu calado. E do povo que estava cansado. Vou falar desta terra de glórias. Nossa Angola de muitas memórias. Vou falar de um povo que quis. Finalmente agora feliz. Vou mostrar-vos uma nova terra. Agora sem guerra. Angola do meu coração. Mwangolê! Não se deixa. Não vacila a hora é essa. Dá-me a tua mão. Para junto comigo bumbar. Nossa Angola juntos levantar. Vou falar do artista sofrido.*

*Que pintou trinta anos de guerra. Finalmente hoje tem a honra. De pintar anos brancos de paz. Vou falar deste craque Mantorras. Dos golaços do nosso Akwá. Mano brincadeira tem hora. Paz e alegria aqui moram.*

*Vou falar para você que emigrou. Na esperança de vida melhor. Olha o teu povo te espera. Vou falar do meu povo de novo. Sem esquecer nosso craque Sayovo. Vou falar-vos dos Palancas Negras. Os donos do meu coração. Vou falar do tuga que ficou. No gingar dessa negra angolana. P’rá Europa nunca mais voltou. Com a garina do Marçal ficou.”*

**Matias Damásio- Musico Angolano.**

## INTRODUÇÃO

Angola foi joia do império português (1482-1975). O surgimento da ONU (1945), que defendia a autodeterminação dos povos oprimidos ou colonizados, impulsionou os africanos a lutar por todos os meios rumo à descolonização; o povo de Angola não estando à margem do movimento libertador, deu início à luta armada (1961), que culminaria com a criação dos três Movimentos de Libertação Nacional (FNLA, MPLA e UNITA), respectivamente.

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) é hoje um partido angolano, que foi fundado em 1966, por dissidentes da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fundada em 1956, e do Governo de Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), de que Jonas Malheiro Savimbi<sup>1</sup>, nascido em 1934, líder fundador, fora Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>2</sup>.

Após a sua criação em 1966, a UNITA, necessitando de apoios externos, optou por estreitar as ligações (relações) com a República Popular da China, uma vez que, os outros Estados, que reuniam condições de apoiar uma guerrilha anti-colonial em Angola, já tinham compromissos com a FNLA ou com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cuja fundação polémica data de 1956<sup>3</sup>.

O Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 levou Portugal a inserir na sua agenda política a intenção de retirar-se das suas colónias. No caso de Angola, o Governo português assinou com a FNLA, o MPLA e a UNITA, os Acordos de Alvor a 15 de Janeiro de 1975. Em Portugal e à luz de Alvor, a proclamação da independência seria a 11 de Novembro do mesmo ano.

---

<sup>1</sup> É político angolano (1934-2002), secretário-geral da UPA até 1961; Ministro dos Negócios Estrangeiro do Governo de Angola no Exílio (1962-64); presidente fundador da UNITA (1966) participou a luta anticolonial e dinamizou o processo conducente a independência de Angola que culminou com assinatura dos Acordos de Alvor (15.1.1975); líder da oposição ao sistema monopartidário proclamado pelo MPLA em Angola com apoio da Rússia e Cuba a 11.11.1975; serve como força de interposição dos EUA no combate a expansão da ideologia comunista em África até desmoronamento da URSS (1990) e a restauração do regime democrático em Angola. Assina com o governo de Angola os Acordos de Bicesse (30.5.1991), participa como candidato da UNITA nas 1ª eleições multipartidárias e empata com José Eduardo dos Santos- candidato do MPLA e ficou para a segunda volta que nunca foi realizada (29-30.1992), por causa do conflito pós-eleitoral que prorrogou-se com e agravada com as sanções da ONU em ajuda ao governo de Angola tombou em combate a 22.2.2002.

<sup>2</sup> João Paulo N'ganga, O pai do Nacionalismo Angolano - as Memórias de Holden Roberto (1934-1974), p.136,177, 178, 178, 182 e 203

<sup>3</sup> Carlos Pacheco, MPLA Um Nascimento Polémico, p 211.

A independência foi proclamada unilateralmente pelo MPLA, na capital de Angola, excluindo os outros dois protagonistas da guerra de libertação nacional na data prevista.

Esta exclusão levou o país a um dos maiores e mais prolongados conflitos armados da África Austral depois da II Guerra Mundial.

Apesar dos apoios já não da China, mas dos Estados Unidos da América (EUA), da África do Sul (do regime do apartheid) e de outros países africanos e europeus, as duas forças políticas, militarmente, perdem a batalha, fruto da intervenção das forças cubanas e assessoria russa do lado do MPLA. Este último proclamou um Estado de Partido Único, onde, a FNLA e a UNITA passaram a ser considerados ilegais que no entanto retomaram, a luta armada contra o mesmo. Com este episódio, inicia-se a Guerra civil de Angola. Fruto de negociações directas entre Mobutu Sesse Seko<sup>4</sup> e Agostinho Neto<sup>5</sup>, a FNLA é expulsa da República do Zaire (hoje República Democrática do Congo) e desta feita, o seu enfraquecimento na luta contra o MPLA em 1977.

Para a UNITA, a luta vai continuar contra o Governo do MPLA, designando os anos seguintes e, para lá das dinâmicas internas, é condicionada pela Guerra-Fria que prevalecia internacionalmente.

Esta situação permitiu à UNITA manter e diversificar a sua diplomacia a fim de angariar apoios externos para enfrentar as forças governamentais, não apenas com estratégias de guerrilha, como posteriormente o faria a partir de 1982 em diante, em combate "convencional", controlando partes do território durante fases de extensão significativa, que atingiu a uma administração de um terço do País.

No fim dos anos 1980, os esforços de mediação empreendidos por várias facções políticas convenceram a UNITA a concordar pela via da solução política do conflito, desde que o MPLA concordasse com a passagem de Angola para uma democracia multipartidária. Este último passo foi dado com a adopção da constituição de 1990 que criou as bases para que, logo depois, se concluísse em Bicesse (Portugal) um acordo de

---

<sup>4</sup> É político da República do Zaire (1930-1997), presidente MPR e da República do Zaire (1965-1997) Morre no decurso na Rússia em 1979, foi golpeado pelo Laurent-Desiré Kambila e morreu no exílio em 1997 Rabat-Marrocos em Setembro de 1997 com câncer de Próstata.

<sup>5</sup> É político angolano (1922-1979), presidente honorário MPLA (1960); eleito presidente do MPLA na Conferência Nacional do Movimento (1963); participou a luta anticolonial conducente a independência de Angola que culminou com assinatura dos Acordos de Alvor (15.1.1975); Proclama a Independência unilateral e sistema monopartidário em nome MPLA em Angola com apoio da Rússia e Cuba a 11.11.1975; é o presidente fundador da República Popular de Angola e serve como força de interposição da URSS na expansão da ideologia comunista em África. Morre no decurso na Rússia em 1979.

paz a 31 de Maio de 1991, que constitui uma habilidade sem precedente na história da diplomacia do movimento de Jonas Malheiro Savimbi.

A UNITA constituiu-se gradualmente como partido político, embora já tivesse estatuto internacional e concorreu às eleições parlamentares e presidenciais marcadas para 1992, certa de que estas lhe seriam muito favoráveis. Porém, nas eleições parlamentares obteve uma votação superior a 30%, portanto expressiva, mas que ficou aquém das suas expectativas. Nas eleições presidenciais, os cerca de 42% obtidos por Jonas Malheiro Savimbi impediram que José Eduardo dos Santos, presidente em exercício e candidato a pleito nacional e que reuniu 49% dos votos, obtivesse na primeira volta a maioria absoluta; deste modo e pela legislação então em vigor, uma segunda volta teria sido necessária.

Esta não chegou no entanto a realizar-se, porque a UNITA declarou de imediato que tinha havido fraude nas eleições, não confirmada totalmente por observadores internacionais e mais uma vez os beligerantes retomaram as actividades com grande violência militar, constituindo nessa fase na derrocada inicial da sua diplomacia.

Os deputados eleitos pela UNITA bem como os generais e militares em geral integrados nas FAA assumiram as suas funções de forma regular. A seguir a uma fase de êxitos militares, por exemplo a tomada temporária da cidade do Huambo e outras cidades do norte, a UNITA passou a perder terreno de maneira dramática, devido ao reforço maciço das Forças Armadas Angolanas (FAA), em comando e controlo, pessoal, formação e equipamento, no essencial financiado pelas receitas do petróleo, com o apoio inequívoco da comunidade internacional.

Em paralelo, constituiu-se politicamente uma dissidência da UNITA, designado Comité Renovador da UNITA (CRU) e liderada por Eugênio Ngolo Manuvakola<sup>6</sup>, que escapara a uma purga no seio onde foi Secretário-Geral até 1994; esta corrente era a favor do abandono da luta armada e de uma concentração estratégica sobre a luta política. No fim da década de 1990 estava patente que a UNITA tinha perdido o combate, em termos militares. Perseguido por uma ofensiva das forças governamentais, com sanções a todos

---

<sup>6</sup> Membro da UNITA desde 1974, Secretário-geral da UNITA (1992-1994), assinou em nome da direcção da UNITA o Protocolo de Lusaka (20.11.1994); presidente Fundador do Comité Renovador da UNITA (CRU) uma dissidência em oposição da UNITA de Jonas Malheiro Savimbi (1988); é deputado a Assembleia Nacional de Angola pela Bancada Parlamentar da UNITA e ostenta o grau militar de General a Reserva.

os níveis da comunidade internacional, Jonas Malheiro Savimbi tomba em combate no dia 22 de Fevereiro de 2002.

Após a morte do líder fundador, a UNITA foi forçada a transformar-se em partido político, sem, contudo, a componente militar que no entanto já tinha grande parte dos seus militares nas FAA. Ficando registado para a história da diplomacia que nenhuma diplomacia é brilhante se a componente militar do Estado ou organização política fracassar.

No IX Congresso, onde a UNITA Renovada e outros elementos dissidentes foram reintegrados, Isaiás Ngola Samakuva<sup>7</sup> foi eleito presidente. Concorrendo às eleições parlamentares de Setembro de 2008, a UNITA obteve pouco mais de 10%, tornando-se num partido com poucas condições para exercer funções efectivas de oposição. Em 2012, após divergências de carisma puramente político, estas e outras situações levaram à saída de Abel Epalanga Chivukuvuku<sup>8</sup> que fundou um novo partido, Convergência Ampla de Salvação de Angola- Coligação Eleitoral (CASA-CE). Apesar desta perda estratégica, a UNITA aumentou significativamente, em cerca de 80%, nas eleições realizadas em 2012, duplicando o número dos seus deputados e constituiu-se, deste modo, em componente significativa da oposição parlamentar ao MPLA.

Todavia, assinalemos, nesse contexto que a área temática que desencadeou a investigação está relacionada com os vectores determinantes na condução da diplomacia

---

<sup>7</sup> É político angolano (1946-2014), membro da UNITA (1974); Chefe de Gabinete de Jonas Savimbi (1986); representante da UNITA na África do Sul, Reino Unido; Chefe da Missão Externa da UNITA (2000); presidente da UNITA eleito em três mandatos consecutivos (2003-2014) desde IX Congresso para substituir Jonas Malheiro Savimbi.

<sup>8</sup> É político angolano (1956-2014), membro da UNITA (1974); 1979-1987- Chefe-Adjunto dos Serviços de Telecomunicações Externas da UNITA (Kinshasa); Chefe-Adjunto dos Serviços de Inteligência Militar da UNITA (1987-1988); Representante-Adjunto da UNITA em Portugal e Reino Unido e enviado Especial do Presidente da UNITA para os Chefes de Estado de África (1989-1991); Representante da UNITA junto da ONU e Encarregado da UNITA para os Países da Europa do Leste; 1991- Chefe-Adjunto da Delegação da UNITA na Comissão Conjunta Político-militar. (CCPM). Secretário Provincial da UNITA em Luanda; 1992- Secretário da UNITA para as Relações Externas. Mandatário da Candidatura do Presidente da UNITA Dr. Jonas Malheiro Savimbi á Eleição Presidencial de 1992; 1993-1994- Ferido nos confrontos de Novembro de 1992 em Luanda. Sob regime de detenção e liberdade condicionada em Luanda; 1995-1996- Assistente Político do Presidente da UNITA; 1996-1997- Enviado Especial do Presidente da UNITA junto do Presidente da República de Angola; 1997-1998- Deputado á Assembleia Nacional. Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA; 1998 - 2001- Deputado á Assembleia Nacional; 2001 - 2003- Deputado á Assembleia Nacional. Secretário da UNITA para os Assuntos Parlamentares; 2003 - 2005- Deputado á Assembleia Nacional. Secretário da UNITA para os Assuntos Constitucionais e Eleitorais; 2004 - 2008- Deputado da Assembleia Nacional e Deputado do Parlamento Pan -Africano. 2012 – Presidente fundador da CASA – CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral. Eleito Presidente da CASA - CE.

da UNITA durante a guerra civil de Angola de 1975 a 2002- numa vertente de relações internacionais. A escolha do tema é dada pela complexidade de análise da trajetória diplomática desta 3ª força política angolana na luta anti colonial (1965-1975), 1ª força na luta que se opõe a expansão do comunismo em África movida pela coligação MPLA-governo-Cuba e Rússia ( 1975-1991) e por ultimo, 1ª força política na busca de legitimidade eleitoral das primeiras eleições realizadas em Angola (1992-2002), numa luta sem paralelo contra a comunidade internacional que culminou com a sua derrocada, movida pelas sanções internacionais aplicada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em aditamento com os pressupostos em epígrafe colocamos em análise a seguinte interrogação em termos de hipótese a verificar:

- Quais são os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA e que ditaram o sucesso e a derrocada durante a guerra civil de Angola 1975-2002?

Com efeito, a presente investigação pretende não só explorar como analisar a conjuntura doméstica e externa quanto à definição e funcionamento da Diplomacia da UNITA durante o período da guerra civil de Angola 1975-2002. A intenção consiste em tentar retirar ilações que nos possam ajudar a elucidar e a compreender numa óptica académica sobre os enigmas de uma estrutura diplomática de sucesso que numa determinada etapa levou aquele Movimento a ocupar o lugar de membro observador da ONU e tacitamente enviou e recebeu representantes permanentes (Embaixadores) em vários países e organizações; efectou visitas com honras reservadas a Chefes de Estado ou governo na Casa Branca e noutros Estados, em audiência presidenciais.

Tendo em consideração que o termo diplomacia é utilizado para caracterizar as relações pacíficas entre dois ou mais agentes políticos, referimos nesse caso que a diplomacia da UNITA teve três fases fundamentais: - 1964 a 1975; 1975 a 1992 e 1992 a 2002.

Além disso, torna-se de suma importância descrever o contexto histórico relativamente ao surgimento da UNITA e da sua acção diplomática na primeira fase (1965-1975), a influência e o papel desempenhado pela comunidade internacional e sociedade civil internacional no conflito e a convergência de interesses da diplomacia da UNITA na 2ª fase que determinou o sucesso, a influência da sociedade internacional e o papel desempenhado pela diplomacia da UNITA que desenhou a sua derrocada (1992-2002) e por último a diplomacia da UNITA no pós-conflito.



Considerando que o tipo de estudo proposto é de meta-análise, após a recolha dos dados, as demais actividades foram desenvolvidas em Luanda, na Universidade Metodista de Angola (UMA) e na Universidade de Évora em Portugal. Por se tratar de um estudo de revisão bibliográfica, o universo da população a estudar foi constituído por livros, artigos e revistas científicas, boletins informativos, filmes, vídeos, obras de publicação electrónica, entre outras fontes, cuja parte das informações obtidas, referentes ao tema, procedemos igualmente para enriquecer a temática à realização de entrevistas selectivas como amostra.

Para o presente estudo foi considerado na análise somente os dados referentes ao tema, retirados das fontes anteriormente citadas, cujas informações sobre a diplomacia da UNITA foram publicadas durante o período proposto para o estudo. As dificuldades no acesso às fontes bibliográficas originais, principalmente entrevistarem os que foram diplomatas da UNITA, a realização das actividades académicas e laborais ao mesmo tempo, entre outros aspectos, constituíram factores que dificultaram a realização deste trabalho. Tendo em conta o tipo de estudo desenvolvido, a realização deste trabalho não envolveu actividades que podem pôr em risco a integridade humana, de outros seres vivos e o meio ambiente, assim como o sigilo.

## CAPÍTULO I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS

### 1.1 ORIGEM DA UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA (UNITA)

Depois de uma diplomacia itinerante feita nos países da Europa do Leste, África e Ásia, sem ter obtido o sucesso desejado, Jonas Malheiro Savimbi concebe a ideia de criar a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em Champaix uma Vila na Suíça, em conversa com o António (Tony) da Costa Fernandes<sup>9</sup> e foi aí que os seus Estatutos foram redigidos por ambos em 1964<sup>10</sup>.

No mesmo ano, em Brazzaville, o dissidente da UPA/FNLA/GRAE, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Savimbi e seus seguidores publicaram um documento intitulado "*Amigos do Manifesto de Angola – AMANGOLA*", que logo a seguir no congresso que reuniu cerca de sessenta e sete chefes tribais liderados pelo Smart Chata<sup>11</sup>, na pequena localidade de Muangai, no interior da província do Moxico, em 13 de Março de 1966, marca a fundação da UNITA.

A criação da UNITA completava a estrutura tripartida do nacionalismo angolano<sup>12</sup> ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A sua primeira acção militar ocorreu em Setembro, seis meses depois da fundação, com o ataque a Kahungula, horas depois na localidade do Mitete a 12 Km da fronteira com a Zâmbia, um mês depois, a 14 de Outubro, realizou-se o primeiro ataque num quartel militar no Mussuma. Entre 18 de Setembro e finais de Dezembro uma ofensiva militar é levada a cabo encabeçado pelo líder da UNITA, acompanhado dos primeiros onze (11) comandantes formados na China<sup>13</sup> e com uma força desprovida de armamento, realizavam as acções militar contra a administração portuguesa, em Lucusse e, Cassamba

---

<sup>9</sup> Político angolano (1943-2014); Membro fundador da UNITA (1964); Secretário para as Relações Exteriores da UNITA (1992). Dissidente da UNITA 1992; actualmente é membro do MPLA; em 2002 Embaixador de Angola no Reino Unido (2002); actualmente membro do Ministério das Relações exteriores de Angola.

<sup>10</sup> Emílio Fernando, Jonas Savimbi do lado Errado da História, p.17; BridGland, Jonas Savimbi Uma Chaves Para África, p.73

<sup>11</sup> Líder da associação dos angolanos no exílio, denominada Ukwashi wa chokwe (trabalhadores das minas de cobre), e membro da proa da UNITA; Secretário da UNITA para propaganda e mobilização até 1997.

<sup>12</sup> Justino da Gloria Ramos, Angola a internacionalização do Conflito 1961-2000. P.28

<sup>13</sup> John Stockwell, A CIA contra Angola, p.155; João Rosa, o homem do projecto angolano, p. 26.

em 4 e em Teixeira de Sousa (actual Lwau), em 25 de Dezembro, de 1966<sup>14</sup>. O ataque a Teixeira de Sousa funcionou como uma prova de vida, a partir daí, A UNITA conseguiu entrar no mapa internacional dos movimentos guerrilheiros que combatem o colonialismo. Os *freedom fighters* africanos que recolhiam apoios nas mais diversas partes do globo.

Em Março de 1967, uma força da UNITA realizou um outro ataque contra o caminho-de-ferro de Benguela<sup>15</sup>. Jonas Savimbi encontrava-se no Cairo e, no regresso, foi preso pelas autoridades zambianas, permanecendo alguns dias na prisão, tendo depois recebido ordem de expulsão do país, o que não veio a suceder pelo facto de aí continuar clandestinamente<sup>16</sup>. A partir desta altura, a UNITA desenvolveu acções contra as forças portuguesas com o objectivo de capturar armamento. O seu grande problema residia na falta de apoios externos<sup>17</sup> e o não reconhecimento pela OUA (actual UA).

Como nenhuma outra organização, o percurso e a actividade da UNITA, confunde-se com o percurso e actividade do seu líder, Jonas Savimbi<sup>18</sup>. Face ao aparecimento de organizações nacionalistas e à pressão internacional que pairava sobre o seu regime autoritário, a administração portuguesa tentava atenuar a pressão, substituindo a concepção de império ultramarino, pela designada integracionista das colónias.

No entanto, o desejo do povo angolano comum a todos estes movimentos levou uma subalternização das suas divisões tribais, regionais e religiosas. Mas a vontade do povo angolano levou a uma dinâmica irreversível na realização da gesta heroica<sup>19</sup>.

## 1.2. PORTUGAL FACE A ANGOLA

Para que se perceba como culminou o império colonial português, há que tomar-se em consideração inúmeras questões.

A criação da ONU em 1945, que na sua Carta defendia a auto-determinação dos povos colonizados, a independência a 30 de Junho de 1960, do Congo Belga, bem como de

---

<sup>14</sup> Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Alcorta-o Acordo Secreto do Colonialismo*, p. 75; João Paulo Guerra, *Memórias da Guerra colonial*, p. 163-165; Silva Cardoso, *Angola anatomia de uma tragédia*, p. 294, Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História*, p.108

<sup>15</sup> John Stockwell, op. cit., p. 154; João Paulo Guerra, op. cit., p. 163; Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, op. cit., p. 75.

<sup>16</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 165.

<sup>17</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 25.

<sup>18</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 157; Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, op. cit., p. 75.

<sup>19</sup> Justino da Gloria, op. cit. P.29

alguns países africanos viria facilitar a estratégia da luta dos Movimentos de Libertação Nacional (MLN) de Angola<sup>20</sup>.

O ano de 1960 ficou marcado para a história como o ano das independências, num movimento que chegou também à Ásia e às Américas, impulsionado pela Conferência de Bandung que proclama a libertação de todos povos colonizados. No final de 1960, já a África era o continente com mais representantes na Assembleia Geral das Nações Unidas. Porém, aproximadamente 7% do continente continuava sob jugo colonial, cujo autor era Portugal de Salazar.

A fundação da UNITA ocorreu no momento em que Portugal enfrenta, em Angola, o 5º ano de guerra que tivera início a 4 de Fevereiro de 1961<sup>21</sup>, com os ataques as prisões políticas em Luanda e se agudizara na madrugada de 15 de Março, no norte do País com os ataques da UPA, as fazendas do colono.

As manifestações de recusa da presença colonial por estas terras intensificaram-se durante o ano de 1961. Verificaram-se na região algodoeira, na Baixa de Kassanje, uma povoação localizada entre as actuais províncias de Malange e a Lunda Sul, a 4 de Janeiro<sup>22</sup>. Nesta zona predominava o cultivo obrigatório do algodão, pelas populações locais<sup>23</sup>, motivado pela venda forçada de toda a sua produção à empresa concessionária a COTONANG<sup>24</sup>, que definiam com arbitrariedade os preços de compra<sup>25</sup> e esta desvalorização do preço do produto levou a empresa a não pagar aos agricultores, tendo provocado uma série de distúrbios que se saldaram pela destruição de aldeias inteiras, dizimadas pela administração colonial<sup>26</sup>.

Progressivamente e de forma não organizada, o campesinato da região começou a hostilizar os agentes da empresa, alguns comerciantes locais e funcionários administrativos, coniventes no processo de exploração a que os primeiros estavam submetidos. Em resposta a administração portuguesa enviou militares para área, a fim

---

<sup>20</sup> Costa Gomes, O Último Marechal, p. 86.

<sup>21</sup> Emídio Fernando, Jonas Savimbi do Lado da História, p.23.

<sup>22</sup> José Freire Antunes, Os Americanos em Portugal, p. 96; George Wright, A Destruição de Um País -A política dos EUA para Angola desde 1975, p. 32; César Oliveira, Portugal dos Quatro Cantos do Mundo., p. 44; MPLA, História de Angola, p. 176; João Paulo Guerra, op. cit., p. 123.

<sup>23</sup> José Freire Antunes, op. cit., p. 96.

<sup>24</sup> Uma empresa de Capitais Luso- Belga

<sup>25</sup> Silva Cardoso, op. cit., pp. 67 e 133; MPLA, op. cit., p. 176.

<sup>26</sup> General Costa Gomes em Drumond Jaime, Hélder Barber, *Angola: Depoimentos para a História Recente – 1950-1976*, Vol. I, p. 286; José Freire Antunes, op. cit., p. 96; João Paulo Guerra, op. cit., pp. 123-124; MPLA, op. cit., p. 176; Justino da Gloria Ramos, op. Cit.; p. 33

de levar a cabo uma acção de repressão sangrenta<sup>27</sup>. Certos autores procuraram abordar este acontecimento como presságio das acções de guerrilha, porém, não há qualquer relação entre tal revolta com às crenças messiânicas de certas associações religiosas onde sobressaiu a figura de Simão Toco, e os MLN existentes<sup>28</sup>.

A revolta da Baixa de Kasanje que ficou conhecida por "*Guerra de Maria*"<sup>29</sup> foi a primeira atitude de contestação organizada à presença portuguesa em Angola, associado aos novos ventos que varriam a África<sup>30</sup>.

Outro sinal de repulsa que teve impacto internacional, foi o ataque ao Paquete Santa Maria, um navio português que saiu das Antilhas em Coracau com o destino a Everglades na Florida, na madrugada de 21 de Janeiro de 1961, horas depois da tomada de posse de John Kennedy como presidente dos Estados Unidos da América (EUA). Este facto veio marcar o início de um ano difícil para a política externa do fascismo português<sup>31</sup>. O navio foi tomado em águas internacionais das Caraíbas, depois de ter deixado o porto de Curacau, numa "Operação Dulcinea" levada a cabo por militares insurgentes portugueses e espanhóis, comandados por Henrique Malta Galvão, antigo governador da actual província da Huíla (Angola), ex-deputado da Assembleia Nacional portuguesa e ex-exilado<sup>32</sup> e também fez parte na operação, o Capitão espanhol Sotto Maior, antigo oficial da marinha e exilado político na Venezuela.

O acontecimento chamou a atenção para a real situação política portuguesa, uma vez que, o autor da acção informou a comunidade internacional que se tratava de um acto revolucionário contra o regime de António de Oliveira Salazar, por outa demonstrou o isolamento internacional do regime<sup>33</sup>.

O capitão Henrique Galvão teve acção decisiva na organização de uma revolta sincronizada, tanto de anti-salazaristas como de activistas independentes em Angola<sup>34</sup>. Segundo Silva Cardoso no seu livro citado, os "*ventos da história*" pareciam já soprar na direcção portuguesa, dentro d'um processo lógico e natural, claramente empurrados

---

<sup>27</sup> Pezarat Correia, *Descolonização de Angola a Joia do Império*, p. 33.

<sup>28</sup> Justino da Gloria Ramos op. cit., p.34

<sup>29</sup> George Wright, op. cit., p. 32.

<sup>30</sup> Silva Cardoso, op. cit., pp. 67-68; George Wright, op. cit., p. 32-33.

<sup>31</sup> Iko Carreira, *Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, p. 47.

<sup>32</sup> José Freire Antunes, op. cit., pp. 121-122; Lúcio Lara, *Um Amplo Movimento-Itinerário do MPLA Através de documentos (19961-1962)*, p. 424-426; Iko Carreira, op. cit., p 59; George Wright, op.cit., p. 33.

<sup>33</sup> João Paulo N'ganga, *O Pai do Nacionalismo Angolano*, p.104

<sup>34</sup> Lúcio Lara, op. cit., p. 424.

por forças exteriores<sup>35</sup> e tal acontecimento fizera com que os "*ventos de mudança*" soprassem forte sobre a capital de Angola, por intransigência das autoridades de Lisboa os angolanos partirem em acção directa na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 para atacar a casa de reclusão militar, o quartel da companhia móvel da polícia de segurança pública e as cadeias civis<sup>36</sup>, numa acção que visou a libertação dos presos políticos que seriam transferidos para o Tarrafal<sup>37</sup>, uma prisão colonial em Cabo Verde.

Mesmo sem atingir o objectivo preconizado, foi possível chamar a atenção da comunidade internacional da determinação do povo angolano à independência, visto que, o episódio sucedeu num momento, em que havia centenas de jornalistas estrangeiros em Luanda, aguardando a chegada de "Santa Maria"<sup>38</sup> anunciado pelos revolucionários. A resposta ao ataque pela metrópole foi a repressão, que provocou dessa forma novas ondas de massacres à população e a 10 de Fevereiro, os nacionalistas levaram a cabo novas tentativas de assaltos a estabelecimentos prisionais. Os dados estavam lançados e o povo angolano irrompia na cena internacional<sup>39</sup>. O Conselho de Segurança da ONU foi convocado para apreciar os acontecimentos de 4 de Fevereiro<sup>40</sup>.

Depois de várias ondas de revoltas, o ponto mais alto da recusa da presença colonial teve lugar de forma organizada a 15 de Março, que marca o início da luta armada nas colónias portuguesas de África sob a orientação da União dos Populares de Angola (UPA-actual FNLA), Movimento Nacionalista fundada em 1954 na Vila portuária de Matadi<sup>41</sup>, um segmento das etnias bacongo e mbundu sublevaram-se e atacaram os postos fronteiriços da guarda-fiscal e da polícia nas regiões de Maquela do Zombo e de S. Salvador do Congo (actual, província do Zaire), casas comerciais e fazendas agrícolas nas áreas de Quitexe e Nambuanguongo, desencadeando uma onda de violência

---

<sup>35</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 80; Costa Gomes, op. cit., p. 86; José Freire Antunes, op. cit., pp. 121-140; José Eduardo Agualusa, UPA Estados Unidos na Origem de 4 de Fevereiro, p. 3.

<sup>36</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, Dissidência e Poder de Estado: O MPLA e Si Próprio, p. 70-71; General Silva Cardoso, op. cit., p. 86-87; General Costa Gomes op. cit., p. 285-286; José Freire Antunes, op. cit., p. 148; António Costa Pinto, o fim do império Português, a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização 1961-1975, p. 41; Pezarat Correia, op. cit., p. 33; George Wright, op. cit., 32; César Oliveira, Portugal dos Quatros Cantos do Mundo à Europa: A Descolonização (1974-76, p. 44; MPLA, op. cit., p. 176; José Eduardo Agualusa, art. cit., pp. 3-4.

<sup>37</sup> General Silva Cardoso, op. cit., p. 86.

<sup>38</sup> José Freire Antunes, op. cit., p. 149; Iko Carreira, op. cit., p. 59.

<sup>39</sup> José Freire Antunes, op. cit., p. 152.

<sup>40</sup> Ibidem, pp. 159-160.

<sup>41</sup> João Paulo N'Ganga, O pai do Nacionalismo Angolano- as memórias de Holden Roberto I Volume (1923-1974, p.53

e terror<sup>42</sup>. Vastas áreas da principal região cafeeíola de Angola caíram sob o controlo da UPA. Angola, a partir de 15 de Março de 1961, tornou-se um assunto de primeira linha na cena política internacional<sup>43</sup>.

Em Abril 1961, assistiu-se a mais uma demonstração de descontentamento, um grupo de militares chefiado pelo general Botelho Moniz, ministro da Defesa, com a cumplicidade da administração dos EUA, tentou levar a cabo um golpe contra o regime<sup>44</sup>, com objectivo de alterar a política colonial, abandonar a via militar e procurar uma solução política para o conflito. Fracassado a tentativa de golpe, a administração Kennedy tentou ainda, em 1963, um acordo entre Washington e Lisboa com vista a uma solução negociada para o problema colonial que consistia em uma terceira via entre o integracionismo de Salazar e a independência pura e simples do movimento afro-asiático. Uma fórmula de autodeterminação que Salazar acabava também por inviabilizar.

Na mesma senda, a administração dos EUA chegou a elaborar uma lista de países com os quais Portugal detinha as melhores relações diplomáticas e que estariam em condições de facto para persuadir Lisboa a ponderar a sua posição, que passava por Inglaterra, Espanha, Brasil e Vaticano. Porém, sem sucesso, uma vez que, esta barganha estava condicionada a base aérea das Lages, extremamente importante para os EUA devido a sua localização no atlântico norte, cuja importância estratégica era essencial na sua política externa.

Enquanto os EUA procuravam uma solução alternada usando paralelamente a diplomacia secreta e pública, em Portugal, Salazar optou por uma diplomacia económica, depois da eclosão da guerra colonial, o regime procurava encetar uma hábil política de reformas, que consistia na atracção de investimentos estrangeiros de incentivos à fixação de colonos e reformas administrativas. Era com a economia que as mudanças operadas tinham um maior impacto; com um subdesenvolvimento financeiro e tecnológico, a administração portuguesa, invocando razões históricas, culturais, de

---

<sup>42</sup> Sobre esta matéria ver ainda Costa Gomes, op. cit., p. 64; Silva Cardoso, op. cit., pp. 115-119; Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, op. cit., pp. 24-27; Pezarat Correia, op. cit., p. 34; Iko Carreira, p. 59; António Costa Pinto, op. cit., p. 41; César Oliveira, op. cit., p. 44; João Paulo Guerra, op. cit., p. 66; Jean-Michel Mabeko Tali, op. cit., 76; César Oliveira, op. cit., p. 44; José Freire Antunes, pp. 187-190; John Stockwell, pp. 47-48, 122-123; George Wright, op. cit., p. 32; José Eduardo Aqualusa, art. cit., p. 3.

<sup>43</sup> José Freire Antunes, op. cit., pp. 185-187.

<sup>44</sup> Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal*, p. 68; José Freire Antunes, op. cit., pp. 110-112, 176; Fernando Dacosta, *Salazar esteve à beira do exílio*, p. 3-4; Adelino Gomes, *Reina a tranquilidade na província*, p. 5.

direito e de Estado, estrategicamente teve de subalternizar-se aos grandes interesses económicos e financeiros das multinacionais como meio de segurar a colónia<sup>45</sup>, como o demonstraram os investimentos feitos por alguns países mais próximos (Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica e Inglaterra)<sup>46</sup>.

O investimento de capitais estrangeiros tinha uma repercussão favorável no sistema governativo português, porque lhe dava os meios de prosseguir a guerra, com o fim de acabar com as reivindicações, a luta armada e poder controlar a situação económica.

Apesar de certas mudanças na política económica do governo português e de uma certa aceleração dos ritmos de crescimento económico, tal política não contribuiu para o progresso harmonioso das populações. Portugal colonial tentou lutar contra a corrente da história sem se aperceber que estava a lutar por uma causa que jamais poderia vencer. Apesar de Oliveira Salazar ter sido, em matéria de política africana, a personificação, por excelência, das mais acabadas intransigências<sup>47</sup>. Atente-se ao seu posicionamento quando afirmava que Portugal não podia viver, nem se cumprir, como Nação independente, sem as suas províncias ultramarinas.

Falhado o golpe do general Moniz e assumindo a pasta da defesa, tomou a decisão, pronunciando as palavras «*para Angola, rapidamente e em força*»<sup>48</sup>. Com estas palavras e acções que se lhes seguiram, estava Salazar, mais uma vez, a traçar o destino de Portugal e das colónias. Fechava as portas, a qualquer solução negociada para a questão colonial e a 18 de Abril de 1961, partiu o primeiro contingente militares para Angola, por via aérea e, três dias depois (21 de Abril), o primeiro contingente militar, por via marítima.

Na política externa, Salazar esforçava-se por fazer crer que tudo quanto se passava era obra dos comunistas, para não reconhecer o isolamento em que, progressivamente, caía e face à situação, Oliveira Salazar estreitou ainda mais relações diplomáticas com África branca e de tudo o que pudesse<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 47; António Costa Pinto, op. cit., p. 46.

<sup>46</sup> César Oliveira, op. cit., p. 31.

<sup>47</sup> César Oliveira, op. cit., p. 45.

<sup>48</sup> José Freire Antunes, op. cit., p. 227; César Oliveira, op. cit., p. 44; Silva Cardoso, op. cit., p. 185; Armelle Enders, Historia da Africa Lusófona, p. 97; Fernando Dacosta, Desmanchara Historia, art. p. 4.

<sup>49</sup> Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, op. Cit.; p.11



Por outro, mesmo nos momentos críticos, o governo português colonial não deixou de contar com um apoio encoberto por parte dos seus aliados<sup>50</sup>. Salazar via a África como um prolongamento natural da Europa e reservava-lhe um papel de inseparável complementaridade em relação ao velho continente<sup>51</sup>. Essa complementaridade tinha não só funções económicas, também, valor estratégico na defesa do Ocidente e da Aliança Atlântica de que Portugal era membro fundador. Dominado pelo vector atlântico e absorvida pela defesa, à todo o custo, da integridade colonial, a política externa portuguesa conferia à questão europeia, durante este período, um papel meramente secundário, para não dizer acessório.

Numa luta contra o tempo, este procurava isolar a guerrilha, mantendo as suas posições de rígido integracionismo. Oliveira Salazar recusava-se sempre a negociar com os MLN<sup>52</sup> em Angola.

Estes, apesar da contra-ofensiva militar e económica, continuavam a encontrar receptividade junto das populações e progrediam no terreno. Mas a intransigência era evidente e Oliveira Salazar disse: «*O Ultramar não se discute*»<sup>53</sup>. Todavia, em Setembro de 1968, um inesperado acidente incapacitou Oliveira Salazar, o que originou o impasse colonial, o imobilismo político e o isolamento interno e externo. Estes constituíam os três vértices de uma herança difícil de assumir e gerir.

A escolha do seu sucessor tornara-se delicada e difícil. A nomeação, em finais de Setembro de 1968, de Marcelo Caetano para chefe do governo, gerou, tanto em Portugal como no estrangeiro, uma expectativa quanto a possibilidade de uma alteração na política colonial portuguesa. Marcelo Caetano, que adquirira uma imagem pública de liberal, era conhecido por defender uma solução política para o problema da guerra, baseada na criação de uma federação de Estados pelo que a maioria dos intervenientes no processo colonial, esperava dele, uma nova oportunidade para dar solução ao problema da guerra, negociando com os MLN.

No plano da acção em relação à política africana, Marcelo Caetano procurava lançar uma ampla ofensiva militar contra os movimentos nacionalistas, de forma a neutralizá-los ou a protelar a ameaça que estes exerciam sobre a colónia, e ainda, empreender um programa de progressiva autonomia de Angola, sem que a unidade da Nação

---

<sup>50</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 60.

<sup>51</sup> César Oliveira, op. cit., p. 32.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>53</sup> Nuno Severiano Teixeira, *Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-1986*, p. 79.

pluricontinental fosse dissolvida. Pretendia, deste modo, neutralizar os sectores separatistas existentes entre os colonos de Angola, procurando envolvê-los na administração do território, de forma a obter-se o apoio desses grupos. O seu pensamento era o desenvolvimento económico de Portugal e de Angola, incentivando, ao mesmo tempo, o povoamento branco em Angola. Era uma escolha criteriosa na medida em que procurava validar a sua política africana.

Todavia, a administração colonial portuguesa persistia na sua política de "*integração*". Propunha uma solução chamada "*problema do Ultramar*", com igualdade do homem negro numa pátria comum, mas nem sempre, em todos os seus aspectos fundamentais, se pronunciava claramente pelo reconhecimento do direito do povo angolano à independência. Enquanto a administração portuguesa falava de uma sociedade multirracial, o objectivo essencial da luta do povo angolano era a sua independência completa e o reconhecimento do direito à sua autodeterminação. Daí as propostas de autonomia não interessarem aos angolanos.

Em 1973, Caetano mostrava-se cada vez mais incapacitado para resolver o problema da guerra colonial e tornou-se um prisioneiro dos sectores mais retrógrados. Mas, a oposição exigia o direito dos povos africanos à independência apesar dos sectores mais radicais, manifestarem uma recusa ao diálogo e fruto desta intransigência, Portugal perdia as suas colónias, apesar dos enormes sacrifícios feitos. Este desenvolvimento reforçou o ponto de vista de que as guerras são, na sua maioria, resolvidas politicamente.

O general António de Spínola, ao publicar em Fevereiro de 1974, o seu livro *Portugal e o Futuro*, reconheceu este princípio e não achou pertinente continuar a gastar recursos à custa do bem geral da Nação, insistindo numa estratégia sem saída<sup>54</sup>.

### 1.3. A TRANSIÇÃO DE ANGOLA PARA A INDEPENDÊNCIA

Quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) levou a cabo a revolução dos Cravos que pôs fim a ditadura em Portugal, a 25 de Abril de 1974, Angola era o teatro de guerra onde a situação militar era favorável às tropas portuguesas<sup>55</sup>, motivado pelas divisões no seio dos angolanos, provocados pelos antagonismos ideológicos e tribais e por outra,

---

<sup>54</sup> António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, pp. 42-43.

<sup>55</sup> David Martelo, *Cessar-Fogo em África*, pp. 25-26; Pezarat Correia, op. cit., p. 76; Silvino Silvério Marques, *Salazar, o Ultramar e o 25 de Abril*, p. 200.

Angola, paradoxalmente estava no apogeu de um rápido crescimento económico. O verdadeiro problema em Angola consistia em saber como negociar uma transferência ordeira do poder para os africanos. Para a Guiné-Bissau e Moçambique o caminho a seguir era bastante mais simples porque em cada um desses países havia um único movimento de libertação com quem negociar<sup>56</sup>.

Apanhados de surpresa pelo golpe Abril, a FNLA e o MPLA, reagiram tardiamente à situação vigente<sup>57</sup>. A 19 de Maio de 1974 o comandante dos 50 mil soldados portugueses estacionados em Angola suspendeu todas as operações militares para permitir que os guerrilheiros aparecessem pacificamente na esperança de que tal conduziria a um acordo tendente a um cessar-fogo. Savimbi foi o primeiro líder de um MLN a beneficiar da suspensão das manobras ofensivas do Exército Português, que nesta altura, aproveitou a situação procurando obter o máximo possível de dividendos<sup>58</sup>. Disponibilizou-se em negociar com Portugal, o que lhe acarretaria a mais dura condenação de todos os movimentos de libertação de todas as colónias e da Organização da Unidade Africana (OUA) que não a reconhecia como legítimo representante do povo angolano<sup>59</sup>. Assim, a 14 de Junho, uma delegação militar portuguesa, em resposta a uma iniciativa da UNITA, assinava, nas margens do Lungué-Bungo, em Kangumbe, Leste de Angola, o primeiro acordo de cessação das hostilidades<sup>60</sup>. Em Kinshasa, Holden Roberto declarava que a FNLA não hesitaria em conquistar, se necessário, a independência "*pela força*", e aumentava a sua pressão no norte<sup>61</sup>. O MPLA de Agostinho Neto que mantinha contactos com os países europeus e com os Estados Unidos, mostrou algumas reservas relativamente ao MFA<sup>62</sup>.

Por conseguinte, em Lisboa, o general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN), declarava ser sua intenção garantir a sobrevivência da Nação soberana no seu todo pluricontinental. Em Luanda, o governador-geral de Angola, Fernando Santos e Castro, declarava a disposição de assegurar a normalidade da vida no território, dias depois é exonerado do cargo, assumindo interinamente o secretário-geral

---

56 Fed Bridgland, Jonas Savimbi uma Chaves para África, p.120

57 Norrie MacQueen, a Descolonização da África Portuguesa-a Revolução Metropolitana e a dissolução do império p. 196; Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 33.

58 Norrie MacQueen, op. cit., p. 197; Silvino Silvério Marques, op. cit., p. 200.

59 Silva Cardoso, op. cit., p. 339.

60 Silva Cardoso, op. cit., pp. 339, 430; Pezarat Correia, op. cit., p. 98, António Costa Pinto, op. cit., p. 76; David Martelo, Cessar Fogo em África, p. 165.

61 João Paulo Guerra, op. cit., p. 409; Norrie MacQueen, op. cit., p. 197.

62 David Martelo, op. cit., p. 166; Norrie MacQueen, op. cit., p. 196.

do respectivo governo, o tenente-coronel Soares Carneiro. Por esta razão, num encontro, com exilados portugueses em Londres, em 1 de Maio de 1974, Agostinho Neto declarava que o MPLA não estava ainda esclarecido sobre as posições da JSN relativamente a África<sup>63</sup>.

Iniciaram-se os primeiros encontros entre os movimentos de libertação e os novos responsáveis políticos. Agostinho Neto encontrou-se, a 2 de Maio, em Bruxelas, com Mário Soares<sup>64</sup>. No dia seguinte, declarou que a luta não cessaria em Angola enquanto não fosse reconhecido o direito à autodeterminação e à independência<sup>65</sup> e a 8 de Maio, encontrou-se, em Genebra, com o embaixador Nunes Barata, onde o líder do MPLA reclamava um papel de primeiro plano para o seu movimento em todas as negociações com a JSN.

O MPLA hesitava em tomar uma posição clara e a FNLA se mostrava indiferente ao novo quadro político que se desenhava em Portugal, a UNITA afirmava, em Lusaka, estar pronta a encetar "*negociações*" com o governo português<sup>66</sup>. Porém, em resposta à declaração de António de Spínola de 15 de Maio, onde afirmava que o destino do Ultramar teria de ser democraticamente decidido por todos aqueles que àquelas terras chamam suas<sup>67</sup>, o que configurava alusões ao referendo e às teses federalistas, os MLN, pela voz dos seus líderes e através dos seus programas radiofónicos, insistiam na intensificação da guerra, até ao reconhecimento do direito à independência.

Nesta nova conjuntura, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, oferecia ao governo português os bons ofícios, com vista à abertura de negociações para um cessar-fogo. A comissão de descolonização das Nações Unidas, em 23 de Maio, solicitava ao governo português que se pronunciasse claramente a favor da independência das colónias.

Na capital Zambiana, Lusaka, a 25 de Maio, Holden Roberto<sup>68</sup>, apresentava as suas ideias sobre o futuro de Angola aos presidentes, Kenneth Kaunda<sup>69</sup> e do Zaire, Mobutu

---

<sup>63</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 409.

<sup>64</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 336; Pezarat Correia, op. cit., p. 96.

<sup>65</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 336.

<sup>66</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 409.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 410.

<sup>68</sup> É político angolano (1923-2007), presidente fundador UPNA (1954), UPA e da FNLA (1962); Presidente do GRAE (1964); 1º Líder angolano a discursar na ONU sobre a situação da descolonização (1963); é considerado o pai do nacionalismo angolano; foi presidente da FNLA até a sua morte 2007.

<sup>69</sup> Presidente da República da Zâmbia (1964-1991).

Sese Seko<sup>70</sup>. Portugal nomeou a 11 de Junho de 1974<sup>71</sup> para governador-geral de Angola, Silvino Silvério Marques, nomeação que causou apreensão entre os MLN, dado que este, já havia sido governador-geral de Angola na década de 60, e era conhecido pelo seu apoio às ideias federalistas do general Spínola<sup>72</sup> e as suas primeiras declarações iam no sentido de desvalorizar a hipótese da independência o que criou alguma agitação social, com contestações públicas que levaram a uma intervenção de militares do MFA<sup>73</sup>.

Entretanto, quando o tenente-coronel Soares Carneiro<sup>74</sup> passou o poder ao general Silvério Marques<sup>75</sup>, havia mais de 40 partidos e associações políticas que procuravam intervir no processo de descolonização ou simplesmente, evitar a descolonização<sup>76</sup>. O Movimento Democrático de Angola (MDA)<sup>77</sup> ou a Frente Unida de Angola (FUA)<sup>78</sup>, defendiam a independência e, outros tantos, eram contra, como a Frente de Resistência Angolana ou Frente Reaccionária Armada (FRA)<sup>79</sup>, também denominado Exército Secreto de Intervenção Nacional (ESIN), a Resistência Unida Angolana (RUA) e o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA)<sup>80</sup> que tinham assumido uma posição de movimento armado e que tentaram realizar um golpe "*à rodesiana*" ou para a balcanização de Angola<sup>81</sup>. Contavam com o apoio dos FLECHAS<sup>82</sup> e de alguns militares catangueses que tinham participado na guerra colonial e encontravam-se no Luena (ex-Luso).

Notabilizaram-se os pequenos grupos formados por africanos, onde havia uma corrente maioritária composta por ex-colaboradores do regime colonial, e outros menos significativos que apoiavam os movimentos de libertação, também jogavam a sua

---

<sup>70</sup> Presidente da República do Zaire (1965-1997)

<sup>71</sup> Artur Queiroz, *Angola – A Via Agreste da Liberdade*, p. 16; Pezarat Correia, op. cit., pp. 77-78; Norrie MacQueen, op. cit., pp. 198-199.

<sup>72</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 340, Artur Queiroz, op. cit., p. 16; Pezarat Correia, op. cit., p. 78; Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 32; Norrie MacQueen, op. cit., p. 199.

<sup>73</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 78; Artur Queiroz, op. cit., p. 16; Norrie MacQueen, op. cit., p. 199; Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 32.

<sup>74</sup> Governador- geral da província de Angola (1974).

<sup>75</sup> Governador Geral da Província de Angola (1962-1966 e 1974).

<sup>76</sup> Extracto da entrevista de Rosa Coutinho, na obra de João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa: O Regresso das Caravelas*, p. 93-94; Norrie MacQueen, op. cit., p. 199.

<sup>77</sup> Este movimento apoiou o MPLA. Pezarat Correia, op. cit., p. 75.

<sup>78</sup> Norrie MacQueen, op. cit., pp. 199-200.

<sup>79</sup> Silva Cardoso, op. cit., pp. 416-417; Pezarat Correia, op. cit., p. 75; Norrie MacQueen, op. cit., p. 199.

<sup>80</sup> Foi o movimento mais estruturado e privilegiou o seu apoio à FNLA. Pezarat Correia, op. cit., p. 75; Norrie MacQueen, op. cit., p. 198.

<sup>81</sup> José Gomes, *Os primeiros tumultos em Luanda*, p. 16.

<sup>82</sup> Tropas negras treinadas pela PIDE.

cartada na aposta de dividir forças, mas não tinham qualquer expressão, tendo como exemplo, a União Nacional Angolana (UNA), o Movimento Popular Africano de Angola (MPPA), a Aliança dos Povos de Angola (APA), o Partido de Unidade Angolana (PUA), o partido trabalhista de salvação angolana (PTSA), o Movimento Nacionalista Angolano (MNA), o Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), o Partido Democrático de Angola (NTO-ABAKO)<sup>83</sup>, a NGWISAKO (aliança dos bakongos), AREC-MLEC, CAUNC-FLEC (Cabinda), etc.

A guerra civil avizinhava-se. O governador-geral que era contestado por numerosos sectores sociais entrava em conflito aberto com o MFA local<sup>84</sup>. Após os incidentes, a 22 de Julho, o general Silvino Silvério Marques regressava a Lisboa e ainda neste mesmo mês, o almirante Rosa Coutinho, membro da JSN, era nomeado para presidir à junta governativa de Angola (JGA)<sup>85</sup>. O impacto de Rosa Coutinho foi rapidamente sentido em Luanda<sup>86</sup>. Em 25 de Julho, demitiu todos os 43 membros do governo que fora nomeado por Silvino Silvério Marques<sup>87</sup>. A sua simpatia pelo MFA ficou demonstrada quando, para que construísse a sua base de apoio, autorizou o acesso do Movimento à rede de rádio militar<sup>88</sup> e o Almirante, na sua primeira deslocação a Lisboa dias depois da nomeação, propôs uma aliança Luso-MPLA-UNITA para expulsar a FNLA de Angola, sob pretexto de que Holden Roberto era simplesmente a voz do Zaire, mas que tal proposta era rejeitada por António de Spínola. O governador alimentava um revanchismo do Holden Roberto e suas iniciativas, alegando que durante a guerra colonial havia sido capturado e maltratado pela UPA/FNLA. Para Spínola, não podia pensar-se em nenhuma relação com uma organização que "*recebia ordens de Moscovo*" (referia-se ao MPLA)<sup>89</sup>.

A luz da lei publicada em 24 de Julho, era reconhecido "*o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências*", incluindo a "*independência dos territórios ultramarinos*" e por uma outra publicada em 27 de Julho, considerava-se "*conveniente*

---

<sup>83</sup> Este partido em 1962, fizera parte da FNLA, tendo voltado a cena política angolana em 1974 como formação pacifista. Teve de desaparecer novamente sem se integrar na FNLA numa nova aliança. Bem pelo contrário, chegou mesmo, em certo momento, a tentar uma aliança com o MPLA – ao qual deu, até apoio público. Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 47.

<sup>84</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 200.

<sup>85</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 33 ; Norrie MacQueen, op. cit., p. 201.

<sup>86</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 33.

<sup>87</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 202.

<sup>88</sup> Ibidem; Kenneth Adelman, *Report from Angola*, p. 561; António de Spínola, *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução*, p. 319.

<sup>89</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 203.

*esclarecer o alcance*" do programa do FMA, segundo em que se declarava "*a solução das guerras no Ultramar era política e não militar*", e que de acordo a carta das Nações Unidas se devia "*reconhecer o direito dos povos à autodeterminação*" e no seu artigo 2.º, esta lei afirmava que "*o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluía a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da constituição de 1933, que considerava aqueles territórios parte integrante de Portugal e a partir da publicação da lei 7/74 e com a visita do Secretario Geral da ONU a Portugal, entre os dias 2 a 4 de Agosto de 1974, construindo o corredor às negociações*<sup>90</sup>. A JSN apresentava um novo plano para a efectivação da descolonização a 9 de Agosto e neste novo programa formal estava previsto a cessão das hostilidades, formação de um governo provisório de coligação, na qual participariam em condições de igualdade dos grupos mais representativos, previsão de eleições para uma assembleia constituinte que passava pela realização de recenseamento eleitoral a elaboração da constituição que teria lugar depois das eleições, supervisionadas pelas organizações internacionais, cujos resultados seriam reconhecidos sem reservas pela Metrópole.

A 18 de Junho, Spínola encontrou-se nas Lajes, com o presidente norte-americano, Richard Nixon. Deste encontro não foi emitido qualquer comunicado<sup>91</sup>. O conteúdo das conversações não era do conhecimento da JSN, do governo, do conselho de Estado ou do MFA<sup>92</sup>. Spínola tentava, assim, afastar o MPLA das conversações para a independência de Angola, visto ser, de entre todos os movimentos de libertação, o mais favorecido pelo MFA e pelo próprio governo português, em virtude das preferências ideológicas destes serem as mesmas das daquele movimento.

Entretanto, Nixon deixava a presidência norte-americana. Spínola não encontrava apoio internacional, quer por parte dos Estados Unidos, quer por parte dos países europeus ao seu projecto federalista para África<sup>93</sup>.

Apesar da classe dirigente portuguesa desejar realizar uma descolonização rápida de Angola, o presidente da República, anunciava que conduziria pessoalmente o processo<sup>94</sup>. «*Era preciso salvar Angola*»,<sup>95</sup>.

---

<sup>90</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 85.

<sup>91</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 409; João Paulo Guerra, op. cit., pp. 65-66; Norrie MacQueen, op. cit., p. 119.

<sup>92</sup> Costa Gomes, op. cit., pp. 245-246.

<sup>93</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 119.

A situação mudava a um ritmo tão intenso em que os altos interesses em jogo em Angola, quer do ponto de vista da África do Sul e dos países ocidentais, quer do ponto de vista da União Soviética e dos seus aliados, faziam adivinhar o alargamento de um confronto à margem de Portugal e a estratégia do general Spínola circunscreveu-se no encontro secreto com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em 14 de Setembro de 1974, na Ilha do Sal, Cabo Verde<sup>96</sup>. As propostas formuladas pelo general Spínola para um acordo conducente a autonomia de Angola, passava por um período de transição de dois anos. Haveria um governo provisório de coligação composto pela FNLA, a UNITA e representantes de outras forças, excluindo o MPLA<sup>97</sup>. Realizar-se-iam eleições, para uma assembleia constituinte<sup>98</sup>. Também, Spínola e Mobutu tinham concordado em reconhecer Daniel Chipenda<sup>99</sup> o legítimo dirigente do MPLA, com a consequente marginalização de Agostinho Neto e da sua facção pró-soviética<sup>100</sup>. Tanto Spínola como Mobutu pensavam que Chipenda era manipulável, desde que providenciados os estímulos adequados. Deste modo, o cenário montado por eles na ilha do Sal não era inteiramente impossível e, pouco depois do encontro com Spínola, Mobutu tentou chamar a atenção de Julius Nyerere<sup>101</sup> e Kenneth Kaunda para os méritos do projecto<sup>102</sup> e para o historiador John Marcum, Mobutu calculou que Spínola estava pronto a aceitar para Angola uma aliança Mobutu-Holden Roberto-Chipenda. O governo provisório seria assim constituído pela FNLA, a facção-MPLA de Daniel Chipenda e Mário Pinto de Andrade, e por todos grupos étnicos<sup>103</sup>.

Em contrapartida, Mobutu pediu, na ocasião, o apoio de Spínola a Holden Roberto, a separação de Cabinda das negociações relativas a Angola, privilegiando a FLEC, e o apoio para a criação posterior de uma federação Zaire-Angola-Cabinda, presidida pelo

---

<sup>94</sup> António de Spínola, op. cit., p. 191.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 309; José Freire Antunes, *O Factor Africano*, p. 100.

<sup>96</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 86; Silva Cardoso, op. cit., p. 413; João Paulo Guerra, op. cit., pp. 66-67; Norrie MacQueen, op. cit., pp. 204-205; Iko Carreira, op. cit., p. 124.

<sup>97</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 417; Iko Carreira, op. cit., p. 124; Kenneth Maxwell, op. cit., pp. 119-120.

<sup>98</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 120.

<sup>99</sup> Foi político angolano (1931-1996), Foi um combatente angolano e um dos principais intervenientes da Guerra pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), onde se destacou como comandante da Frente Leste antes de criar a Revolta de Leste, uma facção do MPLA. Posteriormente junta-se à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de onde sai para, de novo, integrar o MPLA; sai novamente em Julho de 1992. Daniel Chipenda era da etnia ovimbundo. Candidato independentes as eleições de 1992. Morreu em 1996.

<sup>100</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 120; Norrie MacQueen, op. cit., p. 205.

<sup>101</sup> Foi político Tanzaniano (1922-1999) e presidente da República (1962-198)

<sup>102</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 121.

<sup>103</sup> John Marcum, *Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-76*, p. 251; Norrie MacQueen, op. cit., p. 205.



próprio Mobutu, tendo Holden Roberto como vice-presidente<sup>104</sup>. Spínola terá aceitado, sob certas condições, o apoio de Mobutu junto dos chefes de Estado africanos para a sua política externa, a permanência das sociedades portuguesas e das multinacionais instaladas em Angola, pelo prazo de 20<sup>105</sup> anos e o apoio de Mobutu para a eventual recuperação da Guiné e de Moçambique para o seu projecto federal<sup>106</sup>.

Nota-se que havia duas correntes em torno da independência de Angola, uma de Spínola que a 26 de Setembro recebeu em Lisboa, representantes de cerca de 30 agrupamentos políticos angolanos, com objectivo de evitar a rápida independência e a outra de Rosa Coutinho apoiada pelas potências ocidentais, que haviam elas próprias descolonizado que consistia em negociar apressadamente com os três MLN. A maior preocupação de Spínola era "*salvar Angola*", recordando o conselho de Nixon: «*Abandonem a Guiné, que não interessa a ninguém. Dêem-lhes a independência. Nós ganharemos tempo e vós, prestígio. Reforçai a pressão em Angola, que esta é connosco*»<sup>107</sup>. A 30 de Setembro Spínola renúncia à presidência, o que proporciona um novo alento à descolonização que conhece uma nova fase, o novo presidente da República, general Costa Gomes cria condições que permitem os MLN tomarem um papel mais activo no processo da descolonização, pondo assim, fim as esperanças de uma solução federalista ou da criação de uma comunidade luso-afro-brasileira<sup>108</sup>.

Como sabemos o processo de descolonização começou com o estabelecimento de tréguas entre Portugal e os MLN<sup>109</sup>. Com excepção da UNITA, o MPLA e a FNLA só assinaram com os militares portugueses o cessar-fogo, depois da publicação da lei 7/74, a 15 de Outubro, com a FNLA, em Kinshasa<sup>110</sup> e a 21, na chana do Lunhamege (Moxico) com o MPLA<sup>111</sup> e com assinaturas dos acordos militares para a cessação das hostilidades iniciava-se a fase de acordos bilaterais entre os MLN (FNLA/UNITA), a 25

---

<sup>104</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 417; Norrie MacQueen, op. cit., p. 205; Pezarat Correia, op. cit., p. 87.

<sup>105</sup> R. A. H. Robinson, *Contemporary Portugal: A History*, p. 213; Norrie MacQueen, op. cit., p. 205.

<sup>106</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 417.

<sup>107</sup> Dalila Cabrita Mateus, *A Purga em Angola* (Nito Alves e Sita Vales, Zé Van Dunem, p. 145; Joelle Kuntz, *Les Fuzils et les Urnes*, p. 71 ; Pezarat Correia, op. cit., p. 87 ; R. A. H. Robinson, *Contemporary Portugal*, p.212; Norrie MacQueen, op. cit., p. 198.

<sup>108</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 198 ; Gerald J. Bender, *Angola Sob Domínio Colonial*, p. 332; António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, p. 311.

<sup>109</sup> João Paulo Guerra, op. cit., p. 95.

<sup>110</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 101, Kenneth Maxwell, op. cit., p. 122.

<sup>111</sup> Silva Cardoso, op. cit., pp. 392-393, 402; Kenneth Maxwell, op. cit., p. 121; Pezarat Correia, op. cit., p. 103, Artur Queiroz, op. cit., p. 48; Adelino Gomes, *Quando os inimigos se trataram como irmãos*, pp. 2-3.

de Novembro, em Kinshasa; MPLA/UNITA, a 18 de Dezembro, no Luso<sup>112</sup> e FNLA/MPLA, a 4 de Janeiro de 1975, em Mombaça (Quénia)<sup>113</sup>, Acordos que visavam os movimentos de libertação tratarem de todos os problemas relacionados com a descolonização.

Estabelecidos os acordos, decidiram pôr termo do rol de divergências que pudessem comprometer o estabelecimento de um clima favorável à cooperação que passava pela não ingerência nos assuntos internos e por um esforço comum eliminar as cisões internas que pudessem dificultar a unidade nacional, bem como o princípio de que a paz se negocia entre quem faz a guerra e com base nessa teoria, avançou-se para o processo de negociações, para pôr fim à guerra, e transferir o poder.

Esforços foram desdobrados no sentido de os MLN e Portugal encontrarem uma plataforma de entendimento. Foram rondas negociais em Mombaça<sup>114</sup>, de 3 à 5 de Janeiro de 1975, sob os auspícios do presidente Mzei Jomo Kenyatta. A FNLA, o MPLA e a UNITA acordaram em Mombaça, ser necessário preservar a integridade territorial de Angola, incluindo Cabinda e acordaram cooperar em todos os domínios<sup>115</sup>.

Na esteira das negociações de Mombaça, em Janeiro de 1975, estavam criadas as condições para a celebração de um acordo que formalizasse as condições de transição do poder em Angola, não obstante a descolonização angolana não ficava decidida por este acordo, a independência e a solução política não seriam suficientes porque subsistiam ainda outras questões, que todos conheciam mas que se recusavam a considerar e estavam criadas as condições para a conclusão do processo de descolonização. Partiu-se para Penina com a convicção de que este seria o passo derradeiro para o futuro de Angola e a maioria dos presentes, principalmente os da delegação portuguesa, acreditavam que esta negociação coroaria de êxito o processo de descolonização portuguesa.

Não houve preocupação em analisar o passado de cada um dos movimentos. As divergências entre os três preocupavam os Países da Linha da Frente, como o demonstraram a cimeira havida em Outubro de 1974, em Mulungush, Zâmbia, com a participação dos residentes Kenneth Kaunda da Zâmbia, Julius Nyerere da Tanzânia e o

---

<sup>112</sup> Rosa Coutinho, op. cit., p. 363; Silva Cardoso, op. cit., pp. 430-431, Artur Queiroz, op. cit., pp. 54, 59; Norrie MacQueen, op. cit., p. 213, Pezarat Correia, op. cit., p. 105.

<sup>113</sup> Todas as negociações que envolveram a FNLA, foram sempre realizadas no estrangeiro.

<sup>114</sup> Adelino Gomes, art. cit., pp. 2-3.

<sup>115</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 122; Artur Queiroz, op. cit., p. 65; César Oliveira, op. cit., p. 102; Pezarat Correia, op. cit., p. 105.

presidente da FRELIMO Samora Moisés Machel e, na qualidade de convidado o presidente do Zaire Mobutu Sese Seko, cuja agenda do dia foi a solução dos diferendos entre a FNLA, o MPLA e a UNITA<sup>116</sup> e esta cimeira considerada como tábua de salvação não resolveu o problema da unidade dos três MLN angolanos<sup>117</sup>.

A deterioração da situação em Angola abria portas a interferências externas e o conflito internacionalizava-se: no norte, a FNLA recebia reforços do exército zaireense, o MPLA acolhia os primeiros instrutores cubanos e recebia reforços de soldados da FRELIMO, do PAIGC e da Guiné-Conacry<sup>118</sup>. A UNITA, no centro-sul, recebia o apoio sul-africano<sup>119</sup> por outros os três MLN endurecidos pelos combates e todos com fortes raízes étnicas e em parte regionais<sup>120</sup> competiam uns com os outros, tanto como contra os portugueses.

A FNLA o movimento de libertação mais expressivo militarmente, parecia deter capacidade militar para impor a sua vontade aos outros movimentos<sup>121</sup>. Era contudo, politicamente fraco e dependendo de uma liderança personificada. Estava enraizada na tribo bakongo do norte de Angola<sup>122</sup> e beneficiava neste contexto, do apoio do Zaire, contíguo à zona de Angola, o que fazia com que a esmagadora maioria dos seus elementos não dominassem a língua portuguesa<sup>123</sup>. Perante as dificuldades sentidas, a FNLA decidiu reagir com acções intimidatórias, facto que a levou a não concorrer para a conquista de simpatias. De qualquer forma, este movimento representou, para muitos brancos, receosos do "*poder comunista do MPLA*", o melhor aliado, pois gozava do apoio declarado dos EUA. Era dos três movimentos o que tinha maiores dificuldades de integração. O MPLA, as suas raízes assentavam nos mbundos. Não gozava das simpatias da população branca, apesar de ser o mais europeizado, de ser composto por negros, mestiços e brancos<sup>124</sup>. Privilegiava o contacto com os extractos sociais mais baixos, não obstante os seus quadros mais do que qualquer outro movimento possuírem uma preparação intelectual europeizada<sup>125</sup>. O MPLA, tardaria em recuperar da

---

<sup>116</sup> S. Slipchenko, *No Sul da África*, p. 32.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>118</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 111.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 144.

<sup>121</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 76.

<sup>122</sup> Costa Gomes, op. cit., p. 315.

<sup>123</sup> Fernando da Costa, art. cit. p. 45.

<sup>124</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 119, 144.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 119; Costa Gomes, op. cit., p. 315.

fragilidade militar em que foi surpreendido pelo 25 de Abril<sup>126</sup>. Beneficiou do apoio ideológico da ala esquerda portuguesa, onde se incluíam os mentores da revolução portuguesa<sup>127</sup>. Este apoio tornou-se decisivo para o Acordo do Alvor<sup>128</sup>. A UNITA encontrava-se enraizada na tribo ovimbundu<sup>129</sup>. A sua base de apoio encontrava-se sobretudo na massa camponesa, dado que este movimento adaptava-se bem ao pacote ideológico maoísta defendido por Jonas Savimbi as estratificações étnicas (dos ovimbundus). Não era bem aceite nos bairros populares da capital, onde a luta pelo poder era determinante.

Embora sendo uma organização pequena e deficientemente armada, era o movimento que maiores dividendos retirou. Esforçou-se por aparecer aos olhos dos brancos como uma organização moderada, capaz de governar o país e disposto a respeitar os seus interesses. Todos julgavam que conheciam suficientemente bem a realidade angolana e todos consideravam que a descolonização solucionaria os problemas<sup>130</sup>.

#### **1.4. O ACORDO DE ALVOR**

Os nacionalistas angolanos de Mombaça dirigiram-se para o Hotel Penina Golf, no Alvor<sup>131</sup>, na costa Portuguesa do Algarve, a fim de discutir com o Governo Português o calendário para a independência de Angola. O líder da UNITA regressava a Portugal pela primeira vez desde que fugira do País, 15 anos antes em 1959. Aceite o princípio do direito à independência, estabelecida a plataforma de entendimento entre os MLN, neutralizadas as tendências "*rodesianas*" e separatistas e reconhecidos os três movimentos com o apoio da OUA e da ONU, foi assinado, a 15 de Janeiro de 1975 o Acordo em Alvor, a transferência do poder e um período de transição<sup>132</sup>.

Este Acordo constituiu o instrumento jurídico que viria pôr fim à presença portuguesa em Angola quase cinco (V) séculos depois, na medida em que concebeu a transição do poder para os três movimentos, reconhecidos como únicos e legítimos representantes do

---

<sup>126</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 76; Kenneth Maxwell, op. cit., p. 119.

<sup>127</sup> Costa Gomes, op. cit., p. 315; Norrie MacQueen, op. cit., p. 202.

<sup>128</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 121. Rosa Coutinho, diria que quer o MPLA, a UNITA e a FNLA estavam, na altura, quase derrotados. Sendo assim, Portugal teve de reconstruir um deles, o MPLA, para lhe entregar o poder, porque era o movimento com maior implantação do ponto de vista político, o melhor que se enquadrava na população africana dos musseques, apesar militarmente o mais fraco. Costa Gomes, op. cit., p. 315; Fernando da Costa, op. cit., p. 45; Silva Cardoso, op. cit., pp. 468-469.

<sup>129</sup> Kenneth Maxwell, op. cit., p. 144.

<sup>130</sup> Justino da Gloria op. cit. p.80

<sup>131</sup> Adelino Gomes, art. cit., p. 3.

<sup>132</sup> Pezarat Correia, op. cit., pp. 124-125; Kenneth Maxwell, op. cit., p. 123; S. Slipchenko, op. cit., p. 33.

povo daquele território, incluindo o enclave de Cabinda. Em conformidade com o Acordo no artigo 5º, o poder seria exercido pelo Alto-comissário que tomou posse o brigadeiro Silva Cardoso a 28.01.75 e por um Governo de Transição, que tomaria posse a 31.01.1975 e durante este período, a luz do artigo 8º, "*o Estado português comprometia-se a transferir progressivamente, o poder para os órgãos de soberania angolana*", cuja independência<sup>133</sup> por força do artigo 4º, seria proclamada a 11.11.1975.

Com Alvor resolveu-se questões atinentes a independência, porém, não se conseguiu ultrapassar as velhas rivalidades entre os MLN, o que dificultou a estes respeitar o Acordo. As suas acções não eram dirigidas contra a presença portuguesa. Os MLN lutavam entre si, procurando cada um hegemonizar através da eliminação ou simples redução da influência e poder político dos adversários, aqui reside a génese do conflito angolano<sup>134</sup> e a situação tornou-se irremediável. Vários esforços foram empreendidos de ressalvar o Alvor, Lisboa chegara à conclusão de que as eleições previstas no acordo estavam apenas a contribuir para a escalada da violência e, por isso, pretendeu a sua suspensão. O sufrágio, previsto para Outubro de 1975, não chegou a realizar-se. Angola mergulhava, numa guerra civil<sup>135</sup>.

Uma tentativa de conciliação entre os três movimentos teve lugar em Nakuru, no Kénia, de 16 a 21 de Junho de 1975<sup>136</sup>. A cimeira, proposta pelo presidente Keniano Mzei Jomo Kenyatta, excluía deliberadamente Portugal, contrariando o Acordo do Alvor, artigos 27.º e 58.<sup>o</sup><sup>137</sup>. A OUA e a maioria dos Estados africanos alertavam os movimentos para a necessidade de se estabelecer um cessar-fogo e de se cumprir o disposto no Acordo.

Os três Movimentos comprometeram-se a colaborar com o Governo de Transição, a desarmar os seus apoiantes civis e a trabalhar no sentido de criar um exército nacional<sup>138</sup> Único. Nakuru depressa foi esquecido e a guerra entre os movimentos recomeçava, a 23 de Junho<sup>139</sup>. A impotência portuguesa foi aproveitada pelas superpotências e pelos países da África Austral, que transformavam a guerra civil num palco do conflito Leste-

---

<sup>133</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 131.

<sup>134</sup> Pezarat Correia, op. cit., pp. 138, 140; David Martelo, op. cit., pp. 168-169.

<sup>135</sup> Clara Viana, *Os Segredos do Alvor*, p. 2.

<sup>136</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 141.

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>139</sup> Pezarat Correia, op. cit., pp. 142-143; Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 111 .

Oeste<sup>140</sup> e nesta nova realidade uma tentativa de conciliação foi levada a cabo tendo-se realizado em 28 de Julho, em Bukavu, uma cimeira em que participaram os presidentes Mobutu Sese Seko (Zaire), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Marian Ngouabi (Congo), Samora Moisés Machel (FRELIMO), Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA), Daniel Júlio Chipenda e Pinto de Andrade (MPLA) e William Eteki Boumoua (secretário-geral da OUA)<sup>141</sup>. O teor dessas conversações são desconhecidos não obstante haver informações de que abordaram sobre a necessidade de o MPLA resolver a sua situação interna e de se aproximar da FNLA e marginalizar a UNITA<sup>142</sup>.

Apesar do malogro das tentativas de Mulungush, Nakuru e Alvor, os países da Linha da Frente continuaram envidando esforços para uma conciliação e a possível proclamação da independência e assim, foi realizada uma cimeira promovida pelos chefes de Estados da Tanzânia, da Zâmbia, do Botswana, Moçambique e esteve também presente o presidente do Congo francês<sup>143</sup> em Setembro, na capital zambiana.

A pedido dos Países da Linha da Frente, a OUA realizou uma cimeira que teve lugar em Kampala em Outubro, com a participação dos três MLN, 10 países africanos e uma delegação portuguesa<sup>144</sup>, tendo-se avançado a hipótese da formação de um governo provisório de unidade nacional e o envio para Angola de uma comissão de conciliação da OUA a fim de se obter um cessar-fogo imediato entre os três movimentos<sup>145</sup> e esta foi a última tentativa para pôr cobro à guerra civil e assegurar a transição pacífica para a independência, mais uma vez sem sucesso, de Março a Novembro de 1975, data acordada para a independência, os movimentos entravam numa intensa luta pelo poder.

O MFA tentou encetar contactos a vários níveis, porém, sem sucesso, sucediam-se as reuniões de dirigentes dos movimentos que, entre acusações mútuas, acordavam cessar as hostilidades para as recomeçarem logo e tornava-se evidente que seria a guerra a decidir qual dos movimentos protagonizaria a independência de Angola. Nestas circunstâncias, por proposta do MFA de Angola, o conselho da revolução (CR), adaptava face ao conflito em 19 de Maio, uma atitude de "*neutralidade activa*"<sup>146</sup>.

---

<sup>140</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 143.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 104; Silva Cardoso, op. cit., p. 385; Iko Carreira, op. cit., p. 166; Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., pp. 197-198.

<sup>142</sup> Silva Cardoso, op. cit., p. 385.

<sup>143</sup> S. Slipchenko, op. cit., p. 34.

<sup>144</sup> S. Slipchenko, op. cit., p. 35.

<sup>145</sup> Ibidem; Artur Queiroz, op. cit., p. 110.

<sup>146</sup> Costa Gomes, op. cit., p. 316; Clara Viana, art. cit., p. 4.

Portugal vivia um período de grande instabilidade política, pelo que se tornou incapaz de controlar o processo angolano e impondo-se aos movimentos que se digladiavam no terreno. O alto-comissário em Angola, Silva Cardoso, era acusado de não respeitar a neutralidade escolhida por Lisboa de se enfeudar à FNLA e à UNITA e de ser abertamente anti-MPLA<sup>147</sup>, pelo que este movimento solicitava, em 23 de Maio, a sua substituição.

Para tornar ainda mais irremediável a situação, um grupo liderado por Henriques Tiago Nzita criou em Paris, em 24 de Julho de 1975 o governo provisório de Cabinda. Os separatistas procuraram criar um Estado independente com o apoio do presidente zaireense, assim, em 31 de Julho, a FLEC proclamou unilateralmente a independência de Cabinda, que foi rejeitada por Portugal e pelos MLN. Luís Ranque Franque<sup>148</sup> anunciava em Kinshasa, a 1 de Agosto, a formação de um governo rival, liderado por Francisco Lubota, antigo oficial da FNLA e ex-secretário-geral da FLEC e a partir desde período a FLEC passou a ser constituída por quatro facções.

Nesta conjuntura, a União Soviética como os Estados Unidos, aumentavam os programas de auxílio as suas forças de interposição militares no interior de Angola<sup>149</sup>. O MPLA que corria o risco de ser derrotado militarmente pela FNLA e pela UNITA, nos finais de Julho de 1975, já controlava totalmente a capital do país, a FNLA na localidade de Caxito e a UNITA implantava-se no Sul<sup>150</sup>.

Silva Cardoso que vivia em conflito com a estrutura local do MFA pediu a demissão, a 30 de Julho e em substituição foi nomeado o almirante Leonel Cardoso, que tomou posse em 30 de Agosto e permaneceu em Angola até ao dia da independência.

Em 22 de Agosto, por decreto do conselho da revolução era suspenso "*transitoriamente*" o Acordo do Alvor<sup>151</sup>. O Governo de Transição dissolvia-se, se bem

---

<sup>147</sup> Artur Queiroz, op. cit., pp. 70-71, Norrie MacQueen, op. cit., p. 214.

<sup>148</sup> Foi político angolano em 1963 presidente fundador da MLEC (Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda); 1963 MLEC fez fusão com CAUNC (Comité de Acção da União Nacional de Cabinda) fundado por Nzita Henrique Tiago e ALLIAMA (Aliança Nacional do Maioyombe), fundado por António Sozinho para formarem em Ponta Negra Republica do Congo a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda); Franque (morreu em 2007) assume a presidência, Sozinho é eleito secretário-geral e Nzita é o vice-presidente. Nzita Tiago é actualmente presidente e exilado na França.

<sup>149</sup> Walter Issacson, *Kissinger: A Biography*, p. 676; Clara Viana, op. cit., p. 2.

<sup>150</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., pp. 111, 122; Silva Cardoso, op. cit., p. 468; Costa Gomes, op. cit., p. 337-338.

<sup>151</sup> Clara Viana, art. cit., p. 4.

que, já não existia, com o abandono dos ministros da FNLA e da UNITA<sup>152</sup>, permanecendo apenas os ministros nomeados pelo MPLA e por Lisboa<sup>153</sup>.

Portugal ainda procurou sem sucesso desencadear uma ampla ofensiva diplomática junto de países africanos, da Europa de leste, da Europa ocidental, Brasil e Austrália para aplicar as medidas adoptadas pelas Nações Unidas e pela OUA<sup>154</sup>, sem sucesso e abandonava assim, o evoluir da situação aos movimentos de libertação.

No entanto, ainda no começo de Agosto, Lisboa anunciava que, com o auxílio de vários governos estrangeiros, seriam repatriados por via aérea, antes da independência, todos os europeus. Para a operação contribuíam, com outras facilidades, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, as duas Alemanhas e a União Soviética. O principal ponto de partida foi a cidade do Huambo (ex-Nova Lisboa), dando que em Agosto e Setembro, Luanda não era suficientemente segura<sup>155</sup>. Nas palavras de Pezarat Correia, Portugal estava «*obrigado ao ingrato papel de, numa situação de guerra, exercer um poder de jure sem capacidade para o exercer de facto*»<sup>156</sup>.

#### **1.5. A CONFLUÊNCIA DOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS NA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA**

Todos os acontecimentos de 1975 são decisivos para o que vai se passar em Angola. Toda esta política pública e privada, todos estes jogos nacionais e internacionais refletiam uma realidade, a guerra civil que se travava por todo território. Internamente com a confluência dos ambientes internos e externos favoráveis, O MPLA proclamou a independência de Angola em Luanda excluindo a FNLA e a UNITA, o que criou um processo de radicalização e legitimação da luta militar e por convergência de interesses, conta com o apoio da URSS e forças de interposição cubanas. A ofensiva da tríade FAPLA, Forças internacionalistas cubanas da “Operação Carlota” e acessória Russa tem o resultado que o MPLA esperava, garantir a vitória militar, em direcção ao norte, zona de influência da FNLA apoiada militarmente pelo Zaire e ao centro e sul, zona da UNITA apoiada pela África do Sul, forças de interposição do Bloco Ocidental<sup>157</sup>.

A UNITA, entre 9 e 12 de Fevereiro de 1976, iniciou a “*longa marcha*”, do Bié (Silva Porto) até Menongue (ex-Serpa Pinto), onde esperava receber apoio em armas e fundos

---

<sup>152</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 225.

<sup>153</sup> Clara Viana, art. cit., p. 4.

<sup>154</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 149.

<sup>155</sup> Cf. *Descolonização Portuguesa: Aproximação a um Estado*, pp. 283-285.

<sup>156</sup> Pedro de Pezarat Correia, op. cit., p. 149.

<sup>157</sup> John Stockwell, op. cit., p. 254; Pezarat Correia, op. cit., p. 169.



da CIA<sup>158</sup>. Pressionado pelas forças do MPLA, retirar-se-ia para Lumbala N'guimbo (ex-Gago Coutinho) onde passou a receber apoio logístico, armas e fundos da CIA<sup>159</sup>. Aqui Jonas Savimbi reuniu cerca de 4 000 apoiantes, tendo-os dividido em diversas colunas com objectivo de se instalar a guerrilha na região do Lungue-Bungo. A longa marcha terminou no Cuelei, a sul do Huambo, onde Jonas Savimbi chegara acompanhado por cerca de 66 seguidores<sup>160</sup>.

A guerrilha alastrava-se em toda região a sul do CFB, nas províncias do Moxico, Bié, Huambo e Kuando-Kubango<sup>161</sup>. Militarmente a guerra era uma realidade e diplomaticamente o governo do MPLA procurava afirmar o novo Estado no concerto das Nações, cujo primeiro passo foi a admissão de Angola nas Nações Unidas, em 1 de Dezembro de 1976. Os Estados Unidos vetavam na votação das Nações Unidas<sup>162</sup> e José Eduardo dos Santos, então vice-primeiro ministro da República Popular de Angola discursando na tribuna na assembleia-geral, afirmava que o exercício do veto pelos EUA era uma ofensa à comunidade internacional<sup>163</sup>. Nesta fase além do teatro militar com a UNITA, o governo do MPLA enfrentava uma cisão no seio do partido, movido pelo Alves Bernardo Baptista "Nito Alves"<sup>164</sup>, dirigente de proa, com uma forte implantação no poder popular da área suburbana de Luanda, tentou substituir Agostinho Neto, através de um golpe de Estado. Nito Alves era um político angolano que pretendia acabar com os desvios que sofria o processo conducente ao socialismo que passava por eliminar os obstáculos à construção de um Estado "*em que a igualdade de direitos e de oportunidades*" fosse praticada, posições assumidas nas suas "*13 Teses sobre a minha defesa*", em que acusava a direcção de fomentar a discriminação racial e social<sup>165</sup>.

A história das motivações do golpe de 27 de Maio são até aqui obscuros, os apoios com que Nito Alves terá contado ainda estão na imaginação, mas a verdade é que enquanto as forças cubanas surgiram deliberadamente a apoiar Agostinho Neto, a União Soviética

---

<sup>158</sup> John Stockwell, op. cit., pp. 259-260.

<sup>159</sup> Victoria Brittain, *Morte da Dignidade: A Guerra Civil em Angola*, p. 46; Miguel Zau Puna em Drumond Jaime e Hélder Barber, op. cit., p. 175; José Patrício, *Angola – EUA – Os Caminhos do Bom Senso*, p. 58; John Stockwell, op. cit., p. 260.

<sup>160</sup> José Patrício, op. cit., p. 58.

<sup>161</sup> Miguel N'zau Puna em Drumond Jaime, Hélder Barber, op. cit., pp. 175-176.

<sup>162</sup> Cf. *Livro Branco das Agressões do Regime Racista da África do Sul Contra a RPA*, p. 98.

<sup>163</sup> Cf. José Eduardo dos Santos, *Admissão de Angola na OUA*, p. 15.

<sup>164</sup> Político angolano (1945 – 1977) foi ministro do Interior de Angola desde a independência em 11 de Novembro de 1975, até à data em que o presidente Agostinho Neto aboliu o cargo em Outubro de 1976. Membro reformador do MPLA e tornou-se conhecido internacionalmente devido a tentativa do golpe Estado, conhecido por Fraccionismo, de que foi mentor em 1977.

<sup>165</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., pp. 181, 190; Luzia Moniz, *Angola 25 Anos*, p. 87.

manteve uma atitude muito mais ambígua<sup>166</sup>. Refira-se, que Nito Alves, não teve o apoio que esperava dos soviéticos para a prossecução do golpe. O golpe fracassou mas os seus reflexos, pela violência, número de mortos e fortíssima repressão que provocou, ainda hoje têm cicatrizes visíveis no seio do MPLA e da própria sociedade civil angolana<sup>167</sup>.

O extermínio de Nito Alves e de outros oponentes de Agostinho Neto e razões do golpe assemelham-se de uma luta de facções, muito frequente no interior de partidos ou movimentos unidos, únicos em regimes totalitários de esquerda e de direita. Neste sentido, este episódio da história de Angola, faz lembrar a luta de José Estaline que dirigiu a URSS em 1924 e 1953, contra os seus oponentes até ao extermínio total de qualquer oposição no Partido Comunista da União Soviética e no País em Geral. Convém salientar que Estaline não liquidou todos seus camaradas de uma vez só, mas, utilizou habilmente as contradições entre eles. Começou por liquidar o “desvio da Direita”, e depois o “desvio da esquerda”, etc. No caso de Agostinho Neto utilizou inicialmente Nito Alves para atacar e acabar com a “Revolta Activa” e a Organização Comunista (OCA) e depois chegou a vez dele e de muitos outros. As “Treze Teses da Minha Defesa” fazem lembrar as cartas enviadas por revolucionários russos como Bukharine e outros para Estaline a fim de tentarem provar a sua fidelidade à causa<sup>168</sup>. Fenómenos semelhantes tiveram lugar noutros partidos comunistas e operários que chegaram ao poder apos a Segunda Guerra Mundial. Os regimes ditatoriais de direita não escapam a essa norma. Basta lembrar a chamada de “*Noite das facas longas*” na Alemanha de 29 para 30 de Junho de 1934. Na UNITA a história do caso “Tito Chingunji”, secretario para as Relações Exteriores até altura da sua morte em 1986<sup>169</sup>.

A FNLA enfraquece na luta em 1977. Para a UNITA a luta vai continuar e em 1978 ressurgia como a grande força de oposição ao governo do MPLA. Estavam criadas as condições para a emergência de um conflito sem solução à vista porque as diferenças ideológicas que separavam os movimentos nos anos da luta de libertação nacional persistiam. Internamente e externamente o MPLA atacava os pontos estratégicos da UNITA, e procurava dissuadir diplomaticamente o Ocidente a não fornecer apoios. O

---

<sup>166</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., p. 182; José Patrício, op. cit., p. 156.

<sup>167</sup> Jean-Michel Mabeko Tali, II Vol., op. cit., pp. 181-224 ; Guia do Terceiro Mundo, *Angola*, p. 577; Paulo Tuhafeni, *A Imprensa e o 27 de Maio*, p. 2-3.

<sup>168</sup> José Milhazes, *Golpe de Nito Alves e Outros momentos da História de Angola Vistos do Kremlin*, p.82-83.

<sup>169</sup> Jardo Muekalia-A segunda Revolução Memórias da luta pela Democracia, p.237.

Movimento de Jonas Savimbi tornava-se numa força de guerrilha, determinada em combater o comunismo e a intervenção externa, personificados pelo MPLA.

Em 10 de Setembro de 1979 morre Agostinho Neto sucedendo-lhe José Eduardo dos Santos<sup>170</sup>, cuja estratégia de governação estava orientada no combate à UNITA e na convicção de que para o problema angolano existia apenas antagonismo de uma solução militar e esta sucessão acontece num momento complexo, fruto de divisões no seio do MPLA. As diferenças étnicas, ráticas e ideológicas, os conflitos pessoais e as ligações ao exterior, constituíam outros motivos de divisão e atrito. Por outro lado, a guerra de guerrilha tornava imprescindível a presença militar soviético-cubana.

Para a UNITA a década 80 foi decisiva, uma vez que, Angola sentiu-se palco do conflito Leste-Oeste<sup>171</sup>, situação agudizada com a chegada de Ronald Reagan à presidência dos EUA, que aumentou a intensidade das chamadas "*guerras por delegações*" nos países do Terceiro Mundo e a UNITA nesse sentido começou a ver o seu estatuto de beligerante reconhecido internacionalmente e a receber os apoios externos para sustentar a guerra contra a expansão do comunismo em África e que possibilitou-lhe desenvolver acções quase em todo o território nacional, facto que levou o governo angolano se apercebendo que não tinha capacidade para derrotar a UNITA, mas, em contrapartida, adoptava uma posição que consistia em recusar a negociar com o líder da UNITA, pensando que a solução do conflito consistia na exclusão do líder.

Na busca de apoios diplomáticos Jonas Savimbi encontrou-se com Pieter Botha<sup>172</sup>, em Dezembro de 1980, que lhe assegurou o envio de instrutores, armas e meios logísticos e bases na Namíbia<sup>173</sup> e em consequência desta garantia surgiu a Jamba, em 1981, uma base de apoio situada no sudeste de Angola, junto da confluência dos rios Kuando e Kubango<sup>174</sup>, na zona fronteiriça do território angolano com as Repúblicas da Zâmbia, Namíbia e Botswana.

Este auxílio e o apoio dos EUA fizeram com que a UNITA reforçasse do ponto de vista militar, passando a ocupar posições no Kuando-Kubango, Moxico e a desenvolver

---

<sup>170</sup> Político prudente, concluiu os seus estudos superiores no Instituto de Petróleo e Gás de Baku, na extinta União Soviética, onde se formou em Engenharia de Petróleo, em 1969 e desde de 1979- Presidente da República de Angola e do MPLA, partido que governa este País desde da proclamação em 11.11.1975,

<sup>171</sup> Victoria Brittain, Morte da Dignidade- a Guerra civil em Angola p. 59.

<sup>172</sup> Político Sul-africano (1916-2006); Presidente do regime do apartheid na Africa do Sul (1978-1989).

<sup>173</sup> José Patrício, op. cit., p. 59.

<sup>174</sup> Victoria Brittain, op. cit., pp. 47-48; José Patrício, op. cit., p. 59.

acções no caminho-de-ferro de Benguela<sup>175</sup> e incursões à província da Huíla e no planalto central, lançando ataques contra o caminho-de-ferro de Benguela, entre o estreito corredor do Bié e Huambo, até ao Luena no leste, além de explorar diamantes nas províncias das Lundas<sup>176</sup> e desenvolver acções a barragem de Loumaum, privando de energia eléctrica as cidades do litoral (Benguela e Lobito)<sup>177</sup>. As acções evoluíram para o Norte entre as provinciais do Uíge, Kwanza-Norte e Malange<sup>178</sup> em 1984 e este sucesso no teatro das operações da UNITA preocupavam os apoiantes externos do MPLA, que receavam a queda do governo.

A partir de 1985, a UNITA passou a exercer acções de guerrilha nos cabos de abastecimento de energia eléctrica para Luanda. Em Setembro, as forças governamentais lançavam duas grandes ofensivas. A primeira a norte partindo do Luena, permitiu tais forças controlar na totalidade a comuna do Cazombo<sup>179</sup> e a segunda desencadeada a partir do Menongue, com o objectivo de alcançar Mavinga, depois a Jamba<sup>180</sup>. A UNITA, apesar de ter sofrido a perda de Cazombo, de importância vital porque ficava sem acesso directo ao Zaire, conservou grande parte do seu território, não cedendo Mavinga e manteve a ocupação do CFB<sup>181</sup>.

Em 1986, as forças governamentais tentaram outras ofensivas contra as zonas controladas pela UNITA mas, essas acções fracassaram tendo a UNITA mantido as vilas de Munhango e Cangumbe no CFB.

Em 1987, a UNITA adquiria uma posição de destaque na arena internacional, na medida em que era considerada como um actor fundamental no cenário político angolano. No mês de Agosto, as forças governamentais lançavam uma contra-ofensiva a partir do Kuito-Kuanavale, semelhante àquela que se detivera às portas de Mavinga em 1985<sup>182</sup>. Apesar de tudo, a UNITA atingia o ponto máximo em Setembro na batalha do Lomba II, após uma tentativa do governo em criar uma testa-de-ponte na margem esquerda do rio Lomba<sup>183</sup>.

---

<sup>175</sup> Armando de Campos, *África do Sul – Potência Regional*, p. 300; George Wright, op. cit., pp. 248-249.

<sup>176</sup> George Wright, op. cit., p. 207.

<sup>177</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 300.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 300.

<sup>179</sup> George Wright, op. cit., p. 239.

<sup>180</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 346.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> George Wright, op. cit., p. 252; Luís Castelo Branco, *As Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC*, p. 81.

<sup>183</sup> George Wright, op. cit., p. 252; Armando de Campos, op. cit., p. 303.

Em Janeiro de 1988 a UNITA desencadeou uma forte ofensiva com dois objectivos: a reocupação parcial do CFB e a tomada do Kuito-Kuanavale, o que lhes permitiria um melhor abastecimento da guerrilha no planalto central<sup>184</sup>. O primeiro objectivo foi alcançado, com a ocupação do Munhango e de Camacupa (ex-general Machado). Estas acções aliadas à destruição da ponte do rio Kuanza, provocou o isolamento do Cuemba, principal ponto de apoio as forças governamentais entre Kuito-Bié e Luena.

Nos meses de Abril e Maio as forças do MPLA davam início a uma ofensiva contra UNITA apoiada pelas forças de defesa da África do sul em torno das localidades do Ruacaná, Chipa, Calueque e conseqüentemente no Kuito-Kuanavale<sup>185</sup>. Falhando o seu objectivo de conquistar a localidade do Kuito-Kuanavale<sup>186</sup>. A África do Sul, depois de ponderar os custos elevados materiais e humanos empreendidos na guerra, dava-se por perdida militarmente a batalha<sup>187</sup>.

Em Setembro, as forças governamentais lançavam uma ofensiva no Bié e no Moxico, tendo novamente afastado a UNITA do CFB, com a reconquista das localidades de Cangumbe, Cavimbe, Sautar, Munhango, Salemo, Luando.

O fim da guerra fria que pode ser considerado como a “*victoria do bloco ocidental e derrota do bloco do Leste*” criou alterações no xadrez político internacional, tendo ocorrido na ex. URSS a *perestroika* e a *glasnost* que teve as suas repercussões em Angola. José Eduardo dos Santos anunciava um plano de modernização económica em que a iniciativa privada, era considerada fundamental para relançar a economia, enquanto, Jonas Savimbi ganhava uma simpatia internacional.

O MPLA e o governo angolano viam-se obrigados a flexibilizar as suas posições e a tomarem consciência de que, face à resistência armada da UNITA, a negociação era a única saída para o conflito.

---

<sup>184</sup> George Wright, op. cit., p. 253.

<sup>185</sup> *Kuito-Kuanavale foi a maior batalha militar efectuada no continente africano ao Sul do Sahara na última metade do século XX. Ali travaram-se mais de trinta violentos combates entre as forças governamentais angolanas e cubanas, de um lado e unidades militares sul-africanas e da UNITA, de outro lado. O exército sul-africano concentrou as suas forças e o maior poderio de fogo possível na tentativa de tomar de assalto aquela localidade. Estavam ali mais de 9 000 efectivos, mais de 400 tanques e carros blindados, mais de 200 canhões de artilharia de longo alcance e morteiros sul-africanos. Mesmo com a batalha de Kuito-Kuanavale, as incursões da África do Sul no interior de Angola não cessavam, particularmente sempre que a UNITA estivesse em dificuldade. George Wright, op. cit., pp. 252-254; Armando de Campos, op. cit., p. 348.*

<sup>186</sup> Luís Castelo Branco, op. cit., p. 85.

<sup>187</sup> George Wright, op. cit., pp. 254, 259.

## **CAPÍTULO II - A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA UNITA DE 1975 A 2002**

### **2.1. A DISTRIBUIÇÃO DE PODERES NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA**

Como nenhuma outra organização, o percurso e a actividade da UNITA em todas as abordagens, confunde-se com o percurso e actividade do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi. A formulação da política externa nasce de uma convergência de interesses políticos económicos e sociais de origem variada e a sua transformação pela organização em acção diplomática ou militar como seus instrumentos fundamentais. A interação com o mundo exterior é vital para a sobrevivência de qualquer unidade política. O comportamento de quem decide origina-se de sua percepção, de suas escolhas e das expectativas geradas do seu posicionamento escolhido<sup>188</sup>.

Desta forma, cada decisão política é condicionada pela interpretação de três elementos: a situação política interna, em que pesa a conjuntura política e económica; a sua política externa, que envolve conhecimentos do cenário internacional e a unidade institucional decisória.

Segundo Lukamba Paulo Gato<sup>189</sup>, a política externa é uma área de actuação de competência exclusiva do Chefe de Estado ou do Líder máximo de qualquer organização Política. Na UNITA a formulação da Política Externa era da competência exclusiva do Dr. Jonas Malheiro Savimbi, que representava o Partido no plano interno e internacional.

A formulação da Política Externa da UNITA teve três fases fundamentais: a 1ª vai desde a constituição estatutária em 1964 até à assinatura dos Acordos de Alvor em 1975; a 2ª vai desde a eclosão do conflito armado em 1975 até à realização das eleições multipartidárias em 1992; e a 3ª vai desde o conflito pós-eleitoral em 1992 até à derrocada da UNITA, simbolizada pela morte do seu líder em combate a 22.2.2002, que este trabalho pretendeu abordar.

---

<sup>188</sup> Joveta José, A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil, p.54.

<sup>189</sup> Ex. Director do Gabinete de Jonas Savimbi, Ex. Embaixador da UNITA na França, Ex. Secretario Geral da UNITA até a Morte de Jonas Savimbi, Deputado da Assembleia Nacional pela Bancada da UNITA em entrevista com autor sobre o Tema, p.1

Segundo José Ernesto Mulato<sup>190</sup>, a formulação da política externa da UNITA, nasceu de uma inspiração do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi que antes de fundar esse Movimento e se filiar à UPA-FNLA, já transportava consigo um auto domínio que o havia permitido conhecer o mundo. A sua incomensurável capacidade de discernimento, aliada ao seu carácter e integridade, permitiu-lhe enquanto na UPA - FNLA, tornar-se num dos diplomatas africanos bem-sucedidos da época, o que lhe facilitou, já como Presidente da UNITA, a criação de um corpo diplomático sagaz que a priori se assegurou a partir dos estudantes angolanos espalhados pelas grandes universidades da Europa, das Américas e da África independente. Vejamos, como, quando e de onde emergiu a diplomacia da UNITA.

A primeira fase da história diplomática da UNITA começou em 1964, quando Jonas Malheiro Savimbi abandona a UPA, onde exerceu funções de Secretário-geral e de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE<sup>191</sup>, inicia um périplo para vários países do Leste e do Oeste em busca de apoios para a formação de uma alternativa no seio dos movimentos existentes<sup>192</sup>.

Um dos grandes problemas da luta de libertação, naquela altura, era que o MPLA era um movimento tribal essencialmente Kimbundu e a FNLA/GRAE era fundamentalmente Bakongo, deixando de fora mais de metade da população autóctone que pertencia a grupos diversos, como os ovimbundu, Chokwe, Lunda, Nganguela, Nyaneka-Humbe, Hereros, e bosquimanos. O MPLA tinha-se transformado num movimento “pró Comunista”, sob a protecção de Moscovo, e a FNLA/GRAE era “apoiada pelo ocidente”. Um novo movimento político seria obrigado a trabalhar para a maioria dos angolanos e pela independência total de todos, mesmo provenientes de forças políticas vindas do exterior<sup>193</sup>.

Em 1966, quando, oficialmente se proclamou a fundação da UNITA, um dos vectores importantes na política externa era o de expandir a mensagem do Movimento aos quatro cantos do Mundo<sup>194</sup>. Nesta senda, jovens estudantes angolanos que se encontravam no exterior, vieram fazer parte da Direcção, nomeadamente: António (Tony) da Costa

---

<sup>190</sup> Ex. Embaixador da UNITA na Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Londres, EUA; 3º Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola e Deputado pela Bancada Parlamentar da UNITA; Vice-Presidente da UNITA em entrevista com autor sobre o Tema, p.1

<sup>191</sup> Governo Revolucionário de Angola no Exílio

<sup>192</sup> Fred BridGland, op. cit., p.75

<sup>193</sup> Fred BridGland, *idem*, 75

<sup>194</sup> Samuel Chiwale, op. Cit., p.95

Fernandes, Jorge Ornelas Sangumba<sup>195</sup>, Ernesto Mulato, José de Assunção Ndele<sup>196</sup>, Rúben Chitakumbi<sup>197</sup> e demais, que são chamados a fazer parte da equipa diplomática. Nesta altura a Direcção da UNITA cria três vectores para captar apoios:

- Na África, a partir do Cairo, a diplomacia era exercida por António (Tony) da Costa Fernandes e na Zâmbia por Samuel Piedoso Chingunji “Kafundanga”<sup>198</sup>.

- Na Europa a sede da diplomacia estava baseada na Suíça e era coordenada pelo José Ndele, Rúben Chitakumbi e Francisco Vigário<sup>199</sup>, e na Suécia a coordenadora era a Stella Makungu<sup>200</sup>.

- No Continente americano a sede estava situada nos EUA. O trabalho era desenvolvido por Ernesto Mulato, Ornelas Sangumba e posteriormente, Emanuel Barbosa Tchiuka, José Chisseva e Jeremias Chitunda<sup>201</sup>.

A partir de 1968, Jonas Malheiro Savimbi e Miguel N’zau Puna<sup>202</sup> entraram para o interior de Angola, através da Zâmbia e de uma forma clandestina pois que, Savimbi fora expulso desse País em 1967. A entrada definitiva de Jonas Savimbi para o interior, foi o culminar da estratégia da UNITA em ter os dirigentes junto das populações. Daí em diante, a acção dos guerrilheiros da UNITA começou a subir de intensidade e o mundo teve o sinal das acções concretas, através dos vários representantes, sobretudo a ligação interior/Zâmbia e para o resto do mundo<sup>203</sup>.

Em países onde a UNITA não tinha representação, foram criadas várias células de apoiantes, com destaque para França, onde o grande mobilizador foi António Sebastião

---

<sup>195</sup> Político angolano (1944-1982) foi Secretário das Relações Exteriores da UNITA durante a Guerra de Independência de Angola (1966-1975); assassinado pelo seu partido em 1981.

<sup>196</sup> Membro de proa da direcção e foi primeiro ministro da UNITA no governo de Transição em Angola 1975.

<sup>197</sup> Membro de proa da direcção e representante da UNITA na Suíça, exerceu as funções de secretário do interior até a sua morte em 1985.

<sup>198</sup> Membro de proa da direcção da UNITA, fez treino militar na Republica Popular da China (1965); foi o primeiro chefe de Estado - Maior General das FALA (Exército da UNITA e viria a falecer, em 1973.

<sup>199</sup> Um Diplomata da UNITA natural de Catete, foi um exímio futebolista na Cufue. Foi uma figura pouco conhecida na história do Partido pelo seu desaparecimento prematuro em 1973, mas foi um grande nacionalista.

<sup>200</sup> Membro de direcção e coordenadora da diplomacia da UNITA na Suécia, desde da fundação em 1966.

<sup>201</sup> Foi político angolano (1942-1992) Membro da e representante nos EUA (1974-1986), vice- Presidente até a data da sua morte em Lunda a 2 de Novembro de 1992 pelo MPLA em Luanda.

<sup>202</sup> Membro de direcção e coordenadora da diplomacia da UNITA na Suécia, desde da fundação em 1966.

<sup>202</sup> É político angolano (1934-2014) Membro e representante Argélia e Tunísia (1964/66), Secretario Geral da UNITA até 1990; Secretário do interior até a data da sua dissidência da em 1992; embaixador de Angola no Canada (2000-2008); actualmente é deputado da Assembleia Nacional pela Bancada Parlamentar do MPLA em Luanda

<sup>203</sup> Emídio Fernando, Jonas Savimbi – Biografia- No Lado Errado da História, p.107-110



Dembo. Ainda nos anos 60, a diplomacia da UNITA já tinha expressão; por vezes criou embaraços ao governo Tanzaniano nas suas relações com a China, em virtude de ter retido o material logístico destinado à UNITA, e que era oferta daquele país Asiático.

As autoridades chinesas exerceram uma grande pressão ao governo Tanzaniano para devolver o material, o que viria a acontecer. Este chegou, por via terceiros países, com o apoio do Rei Hassan II. Isto aconteceu porque o ex. Presidente da Tanzânia Julius Nherere e seus Ministros Ahmed Salim e o Major Mbita que era o Chefe de Gabinete do Comité de Libertação da OUA, cujos escritórios estavam baseados em Dar- Es-Salam Salam, nunca simpatizaram com a UNITA. Muitas vezes, quando o Comité de Libertação da OUA recebia donativos para os Movimentos de Libertação, a UNITA foi sempre preterida, em detrimento do MPLA e da FNLA pois invocavam o não reconhecimento da OUA<sup>204</sup>. A ex-União Soviética era um dos maiores contribuintes no arsenal militar à OUA e uma das condições era dar-se a maior parte ao MPLA e à SWAPO. O material doado à SWAPO, parte servia para os guerrilheiros da UNITA, uma vez que estavam juntos<sup>205</sup>.

Nesta trajectória diplomática a FNLA e o MPLA, sempre se recusaram em participar em conferências internacionais, ao lado da UNITA, pelo simples facto, de que na altura, a OUA não havia reconhecido este Movimento de Libertação em Angola. Algumas vezes os organizadores dos certames nem sempre cediam à chantagem. Havia personalidades Políticas, jornalistas e outras entidades que enalteciam nas conferências, a presença da UNITA, na altura, como um dos poucos que tinha os seus dirigentes máximos no interior do País ao lado do povo, o que era uma nova experiência na luta de Libertação em Angola.

Nessa altura, a diplomacia era muito visível, nos Estados Unidos, Suécia, Suíça, Inglaterra e Holanda, através de um grupo de apoiantes pró - chinês. António (Tony) da Costa Fernandes no Cairo, e Jorge Sangumba e Ernesto Mulato em Londres, multiplicavam-se em contactos permanentes com várias figuras, para o reconhecimento internacional da UNITA. Foi neste período em que o aparelho diplomático do Galo Negro<sup>206</sup> criou sérios embaraços no seio dos países membros da OUA e à própria

---

<sup>204</sup> Emídio Fernando, *idem*, 107

<sup>205</sup> Fred BridGland, op. cit., p.78; Samuel Chiwale, Op. cit., p. 131-133

<sup>206</sup> Nome vulgar com que é caracterizada a UNITA por ter um dos seus símbolos na Bandeira do Partido o Galo Negro a Cantar. Naquela altura da fundação, a inspiração foi o Black cockerel zambiano para o

diplomacia portuguesa. Países como o Senegal de Leopold Sédar Senghor, o Kénia de Jomo Kenyata, a Costa do Marfim de Felix Houphoet Boigny e o Egipto de Ahmed Nasser, questionavam a Organização da Unidade Africana para a causa da Luta de Libertação que a UNITA estava a levar a cabo em Angola<sup>207</sup>.

Foi assim que a partir de 1969 a 1974, várias personalidades Afro-Americanas e Jornalistas estrangeiros visitaram as áreas libertadas da UNITA. Os jornalistas Kachoto do Times of Zâmbia, Leon Dash do Washington Post, Fritz Sitte da Áustria, Kwado Akpan, Malik Chaka e M. Simons, foram os pioneiros<sup>208</sup>.

A partir de 1970, a UNITA contou com uma nova geração de intelectuais, quando na Suíça, mais uma vez, jovens estudantes como João Vahikeni, Jaka Jamba, Fernando Wilson dos Santos e na França, António Sebastião Dembo<sup>209</sup> e António Vakulukukuta se juntaram à causa que este Movimento defendia, integrando-os nas suas estruturas nas diversas esferas<sup>210</sup>.

Com as visitas de jornalistas de renome internacional como Fritz Sitte em 1971, da Áustria, Leon Dash, repórter do Washington Post em 1973, a entrega de prisioneiros à IRC<sup>211</sup>, o reconhecimento pelo Conselho Mundial das Igrejas, o reconhecimento por grupos americano, o Comité de Apoio à libertação da África<sup>212</sup> e o envolvimento no esforço para a unificação dos três movimentos<sup>213</sup>, mesmo sem o reconhecimento da OUA e de alguns Estados Africanos, a UNITA, um movimento de alinhamento ideológico de esquerda, tinha cumprido com o vector da primeira fase da diplomacia, cujo auge foi o reconhecimento internacional, nas vésperas da assinatura do Acordo de Alvor em Janeiro de 1975 e o reconhecimento do estatuto de membro observador nas Nações Unidas tendo como seu representante o Engenheiro Jeremias Kalandula Chitunda.

Apesar das reticências de alguns círculos da comunidade nacional e internacional, a forte personalidade de Jonas Savimbi, que nunca trocou o apoio dos aliados com as suas

---

grito das independências africanas Kwacha Africa, kwacha Angola, Kwacha UNITA eram os slogans determinantes

<sup>207</sup> Fred BridGland, op. cit., p.89

<sup>208</sup> Fred BridGland, op. cit., p.111; Samuel Chiwale, op. Cit., p.131-155

<sup>209</sup> Foi Politico angolano (1944-2002); representante da UNITA na Argélia e França (1969/74) foi vice-presidente (1992-2002) e presidente (2002), altura da sua morte.

<sup>210</sup> Samuel Chiwale, *idem*, 113

<sup>211</sup> Comité Internacional da Cruz Vermelha- comitté Internationale da Croix Rouge

<sup>212</sup> Africa Liberation Support Committee

<sup>213</sup> Fred BridGland, op. cit., p.105-106,111,128

posições claras, no combate libertador e na defesa dos mais necessitados, fez com que a UNITA conseguisse ultrapassar o isolamento dos anos 70.

A segunda fase da formulação da política externa da UNITA que vai de 1975 a 1992 é motivada pela vitória da URSS na Guerra do Vietnam, um conflito armado ocorrido no sudoeste asiático entre 1955 a 1975. Esta vitória criou uma expectativa da URSS em intervir na África Austral, principalmente em Angola, uma Zona de influência do ocidente. Esta sub-região é de importância vital na geopolítica mundial, por se configurar como uma rota natural que liga os oceanos Pacífico, Atlântico e o Índico, passando pelo Cabo da Boa Esperança (África do Sul) ou então fazendo a ligação pelo Caminho-de-Ferro de Benguela, uma linha ferroviária que parte da cidade portuária do Lobito-Angola.

Atravessa o subcontinente em ligações com outros caminhos-de-ferro até ao Oceano Índico. É uma passagem natural de navios de grande porte do Continente americano para o Médio Oriente. Quando a União Soviética se posicionou em apoiar o MPLA, por intermédio do PCP, com as forças de interposição cubanas, cuja estratégia consistia na expansão da ideologia comunista, os EUA, mesmo que já apoiavam alguns MLN na região e em Angola, a FNLA, através das suas agências de inteligências, foram apanhados de surpresa. Vivendo ainda consequências resultantes da derrota militar, política e estratégica em Vietnam, não tinham capacidade interventiva numa guerra de escala. A solução encontrada era socorrer-se das forças militares da África do Sul e da República do Zaire como forças de interposição.

Segundo Lukamba Paulo Gato<sup>214</sup> a intervenção militar das forças de defesa da África do Sul em Angola, em 1975, não foi comunicada previamente ao líder da UNITA. As FALA combateram contra as forças de Defesa Sul-africana em 1975 no sul de Angola. Só mais tarde, o Dr. Savimbi foi convocado pelo Presidente Zambiano Kenneth Kaunda, para lhe informar da importância estratégica desta intervenção. Houve convergências de interesses estratégicos entre a luta da UNITA e do bloco ocidental, com os EUA à testa; isso consistia em travar a expansão do comunismo pelo Mundo. A URSS e seus aliados, bem como os EUA e os seus aliados, não vieram parar a Angola a convite do MPLA, da FNLA e da UNITA. Os Estados na sua política externa não se movem por pedidos, nem por convites. Os Estados na sua política externa movem-se pelos interesses estratégicos

---

<sup>214</sup> LuKamba Paulo Gato, Op.cit.:p.1

bem traçados e examinados até à minúcia. Nas relações internacionais não existem amizades, nem inimizades. Existem apenas interesses convergentes e divergentes.

Segundo José Ernesto Mulato<sup>215</sup>, depois de ter descarrilado o processo da independência e Angola ter passado para a zona de influência da coligação russa- cubana com o MPLA no poder, a diplomacia da UNITA foi reformulada ideologicamente da esquerda para a direita, com base em convergências de interesses e tornou-se mais ampla, uma vez que, era alimentada pelos vectores diplomáticos do ocidente. Em 1975 a UNITA obteve o estatuto de membro observador nas Nações Unidas tendo como seu representante o Engenheiro Jeremias Chitunda.

Depois do recuo estratégico que a Direcção da UNITA decidiu empreender em 1976 face a intervenção militar russo-cubana em Angola, no IV Congresso realizado em 1977, Jeremias Chitunda foi nomeado Secretário para a Informação e Representante do Partido em França. Três anos depois, em 1980, foi nomeado Representante do Partido nos Estados Unidos da América, cargo que desempenhou até Agosto de 1986. Durante as suas funções nos Estados Unidos o Engenheiro Jeremias Kalandula Chitunda dirigiu a campanha de informação e mobilização da opinião pública americana a favor da luta de resistência do povo angolano enquadrado na UNITA, criando assim condições que levaram ao levantamento da Emenda Clark pelo Congresso Americano e impedindo o reconhecimento do regime do governo MPLA pelo Governo Americano.

Fazendo dos Estados Unidos a sua base de acção, o Eng.º. Chitunda estendeu a sua campanha de informação e de mobilização da opinião pública internacional para os outros países do Mundo e, nessa cruzada, empreendeu missões diplomáticas à Indonésia, Japão, Singapura, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Oman, Quatar, Egipto, Sudão, Somália, Quénia, Marrocos, Senegal, Costa do Marfim, Togo, América Latina e países da Europa Ocidental<sup>216</sup>.

A República do Zaire foi o trampolim e retaguarda segura da acção diplomática da UNITA. Apesar do Presidente Mobutu ter tido uma aproximação a Agostinho Neto em 1976, foi apenas o que é próprio das barganhas diplomáticas, pois que, o Presidente do Zaire nunca nutriu estreitamento de relações com a República de Angola, em virtude do apoio que sempre prestou aos catangueses. Isso abriu todas as entradas à UNITA. Em 1978, os primeiros quadros da UNITA começaram a instalar-se em Kinshasa para uma

---

<sup>215</sup> José Ernesto Mulato, op.cit.:p.3

<sup>216</sup> Makuta Kondo, Onde Andam os coros dos negociadores da UNITA assassinados em Luanda.,p.3.

actividade diplomática mais activa, destacando-se Rúben Chitacumbi, Samuel Chivukuvuku<sup>217</sup> e mais tarde Abel Chivukuvuku, Marcelo Moises Ndachala “Karriga”, Kalins Kangunga, João Baptista Vindes, Aníbal Candeia<sup>218</sup>, Virgílio Samakuva “ Dick” entre outros.

Em 1981, Savimbi visita os EUA com honras de Chefe de Estado e a partir de 1985, o presidente americano Ronald Reagan decidiu revogar a Emenda Clark, uma das consequências resultantes da guerra do Vietname; e na política externa da sua administração, decidiu apoiar aberta e incondicionalmente, em todas as vertentes, a UNITA. A diplomacia ganhou novos contornos, e em todas as partes do mundo ocidental instalaram-se representações oficiais, com o estatuto quase de embaixadas.

No Continente africano, na Costa do Marfim, John Marques Kakumba<sup>219</sup>, como itinerante e Virgílio Samakuva<sup>220</sup> permanente; em Marrocos Jaime Furtado<sup>221</sup>;

No continente europeu: em Portugal Alcides Sakala<sup>222</sup>; em França Paulo Lukamba Gato; no Reino Unido António (Tony) da Costa Fernandes e posteriormente Jardo Muekalia<sup>223</sup>; na Alemanha Carlos Kandanda<sup>224</sup> e Anibal Candeia; mais tarde a equipa é reforçada por Alicerces Andolozzi Mango<sup>225</sup>; na Suécia Stella Makunga, que fazia parte do círculo de Olaf Palm, nutrindo grandes simpatias pelo líder da UNITA;

---

<sup>217</sup> Irmão mais velho de Abel Chivukuvuku

<sup>218</sup> Político angolano (1954-2014), membro da UNITA e do corpo diplomático da UNITA, no Reino Unido e Costa do Marfim, actualmente, membro da Comissão Política da UNITA.

<sup>219</sup> Político angolano e representante da UNITA junto dos países da África de Oeste, fez parte das delegações da UNITA a Casa Branca em companhia de Jonas Savimbi (1981-1990); deputado a Assembleia Nacional pela Bancada Parlamentar da UNITA em 2004; morreu em 2010.

<sup>220</sup> Político angolano e membro da UNITA (1974); diplomata da UNITA em várias capitais África, representante da UNITA na Costa do Marfim até em 2002; actualmente trabalha nos escritórios da UNTA em Luanda e membro da Missão externa.

<sup>221</sup> Político angolano e membro da comissão externa da UNITA; em 2002 foi embaixador de Angola no México no GURN; actualmente é membro da Comissão Política daquele Partido.

<sup>222</sup> Político angolano (1954-2014), membro da UNITA (1974); representante da UNITA nos EUA (1980); representante da UNITA República Federativa da Alemanha, Portugal, Reino Unido, Bélgica e Comunidade Europeia; Secretário para Negócios Estrangeiros da UNITA (1995); Secretário para a função da UNITA saída do IX Congresso da UNITA; presidente da bancada parlamentar da UNITA em 2004; Actualmente deputado, e membro da Comissão Política e Porta- voz da UNITA.

<sup>223</sup> Político angolano (1959-2014), membro da UNITA (1974), fez a formação militar em Marrocos; integrou a missão externa e chefiou representações em e Reino Unido, EUA, África e Europa; fez parte das equipas negociais da UNITA para a Paz em Angola Bicesse e Lusaka; Secretário Adjunto para as Relações, actualmente é membro da UNITA e reside nos EUA onde é Professor em Relações internacionais.

<sup>224</sup> Membro da UNITA e representante na Alemanha durante a guerra civil, até a sua dissidência. Membro fundador e actualmente é deputado a Assembleia Nacional de Angola pela Banca Parlamentar da Casa-se onde ocupa o cargo de 4º Vice-presidente.

<sup>225</sup> Foi político angolano (1953-1992), membro da UNITA (1974); Chefe do Departamento de quadros no CEEKK (1982); chefe do Gabinete de Jonas Savimbi (1983); representante da UNITA na Republica

No Continente americano, nos Estados Unidos Abel Chivukukuvu em Nova Iorque; em Washington D.C Tito Chingunji<sup>226</sup> e Marcos Samondo<sup>227</sup>.

Em 1989, foram operadas mudanças estratégicas o que culminou com a rotatividade do corpo diplomático na Europa, com o objectivo de adaptá-lo aos novos ventos que estavam a soprar, atinentes às conversações com o Governo do MPLA para a Paz e Reconciliação Nacional em Angola. Nesta senda, para o Reino Unido é acreditado Isaiás Ngola Samakuva; para a Alemanha federal Ernesto Mulato e em Portugal Alicerces Andolozzi Mango; Alcides Sakala representa a UNITA na Bélgica e União Europeia; Jardo Muekalia chefia os escritórios em Washington em substituição de Tito Chingunji, no entanto caído em desgraça por ter procurado ser o protagonista de reformas no seio do Movimento, numa altura que era o diplomata itinerante de Jonas Malheiro Savimbi para contactos exploratórios com o MPLA<sup>228</sup>.

Nesta etapa, a Alemanha jogou um papel preponderante para o sucesso diplomático da UNITA nos vários areópagos. Pode considera-se ter sido a placa giratória histórica da diplomacia, fruto de, em 1975, o presidente Eyadema do Togo ter apresentado o Dr. Savimbi ao Ministro Presidente da Baviera, o Dr. Joseph Strauss foram protagonistas desse trabalho.

Carlos Kandanda, de 1976 a 1987, e posteriormente Aníbal Candeia de 1987 a 1993. Munique serviu de porta para se chegar à Capital Federal Bona onde o liberal, Ministro dos Negócios Estrangeiros Dietrich Genscher, era o maior obstáculo. Mas havia muitos apoios, por exemplo acesso directo ao gabinete do Ministro Presidente, a Fundação Hans Sidel, Deputados do Parlamento Federal oriundos da Baviera e de Parlamentares do Estado em si. Também contaram com a imprensa, em especial a voz da Alemanha. O vector importante era fixar-se temporariamente na capital Bona. Na tentativa de atingir este objectivo, passaram na Alemanha os embaixadores: Alcides Sakala e Jardo Muékalia, ambos desenvolveram um grande trabalho, mas, só consolidou-se a presença em Bona, quando Alicerces Paulo Mango dirigiu a missão diplomática.

---

Federativa da Alemanha (1987); Secretario para os Negócios Estrangeiros (1989); representante da UNITA em Portugal (1990); Secretario Geral da UNITA (1991) e morto pelo MPLA em Novembro de 1992.

<sup>226</sup> Político angolano e membro da UNITA (1966-1988); foi Secretario para as Relações Exteriores de (1980-1986); Representante da UNITA em Washington, D.C EUA; foi assassinado em 1991, em circunstâncias ainda não totalmente compreendidas.

<sup>227</sup> Político Angolano (1956-2003); representante da UNITA em Washington e na ONU, em 1998 foi indicado por Jonas Savimbi ao cargo de Ministro de Geologia e Minas e foi membro da Comissão Externa da UNITA até a sua morte.

<sup>228</sup> Jardo Muekalia, op. Cit., p.244

Este trabalho de grande nível de Alicerces Andolozzi Mango, aproveitou os bons momentos da era Ronald Reagan; os vários contactos com o Governo Federal estavam ao nível da chancelaria, Ministro da Cooperação, Parlamento, Fundações, Instituições Políticas e de Negócios. A partir desse esforço titânico o Governo Federal Alemão começou a considerar a UNITA como interlocutor válido no que concerne às relações com Angola.

Os Estados Unidos de América, já tinham retomado o apoio à UNITA, mas, era sempre necessário manter a chama da diplomacia, pois, não só os aliados nunca são permanentes como também, os corredores diplomáticos do governo angolano em Luanda, tudo empreendia para pôr fim aos apoios recebidos, inclusive o do governo Sul-Africano que indiscutivelmente era substancial para a sobrevivência da Organização.

Foi um corpo diplomático dinâmico e actuante que no espírito de ser conhecido mais de perto e uma constatação in loco da UNITA, o seu povo e os quadros em volta de Jonas Malheiro Savimbi que, o Presidente da África do Sul Pieter Botha, visitou a Jamba (Sede da Diplomacia da UNITA) de 22 a 24 de Julho de 1985, acompanhado por uma alta delegação do seu Executivo, destacando-se os Senhores Pick Botha<sup>229</sup>, General Magnus Maln<sup>230</sup>, General Geldenhuys<sup>231</sup>, General Pieter<sup>232</sup> e General Van Tonder.

Nessa época, já a Jamba<sup>233</sup> pelo seu valor político e militar, tornou-se num palco de frequentes visitas de personalidades vindas um pouco por todo mundo. No interior, ou mesmo pelo País, a luta expandira-se. A guerra apesar de guerrilha, a sua forma tomara outro carácter com as unidades de penetração, forças e unidades especiais semi-regulares e regulares, equipadas com mísseis antiaéreos (*stingers*) de fabrico norte-americano, mísseis antitanques de fabrico francês e mísseis LRAC (*lances roquetes anti chars*).

O desafio em travar a expansão do comunismo através do exército cubano, pela África Austral, estava feito. Em Luanda, o aparelho diplomático do Governo do MPLA manobrava, tendo mesmo travado temporariamente os contactos com o governo Sul - Africano ao que o corpo diplomático da UNITA conseguiu dar volta à situação, até

---

<sup>229</sup> Ministro das Relações Exteriores

<sup>230</sup> Ministro da Defesa

<sup>231</sup> Chefe de Estado Maior do Exército

<sup>232</sup> Chefe dos Serviços de Segurança

<sup>233</sup> Base Central da UNITA Fundada em 1978

entrar-se no *linkage*, aos acordos de Nova Iorque, que impunha a retirada dos Sul - Africanos da Namíbia e dos cubanos de Angola, como condição “*sine qua non*” para a independência do sudoeste africano “hoje República da Namíbia”.

As delegações estrangeiras multiplicavam-se em visita à Jamba. Políticos, jornalistas, homens de negócios, músicos etc; politicamente, a Direcção do Movimento preparava um promissor programa de governação que reencontrasse o País e priorizasse ou beneficiasse em primeiro lugar o angolano e o angolano sempre. Para o benefício da cidade era preciso priorizar o campo.

Com a troca de representações diplomáticas *ad hoc* e permanentes<sup>234</sup> entre a Jamba e várias capitais<sup>235</sup> do mundo, a Diplomacia da UNITA tinha cumprido com a segunda fase da sua política externa.

A terceira fase da diplomacia da UNITA começou com a reformulação da política externa norte americana em relação à República de Angola, motivada pelo fim da Guerra-Fria. Como já dissemos, na vida política a nível internacional, os actores não perseguem amizades, simpatias ou convites. Aqui funciona a matemática de partidas dobradas.

Não pode haver crédito sem débito. Aqui tudo é negócio sofisticado, também designado por “lobby”. São objectivos estratégicos que movem os actores e os alinhamentos políticos. O povo que não conhece a sua história, será sempre obrigada a repeti-la. Afinal nem os Estados Unidos da América, nem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e aliados eram amigos de Angola e do seu povo. Perseguiam os seus interesses estratégicos em jogo. Esta é a possível análise que justifica a terceira fase da diplomacia da UNITA que vai de 1992 a 2002.

Terminada a Guerra-Fria, a África Austral deixou de constituir uma zona de importância para o confronto militar das grandes potências; porém, passou a ocupar no contexto das nações, um espaço vital às disputas económicas (petróleo e diamante), onde tudo dependia da máxima maquiavélica “os fins justificam os meios”<sup>236</sup>.

Nesta nova disputa, se para a Rússia não era necessárias as preocupações estratégicas, uma vez que, apesar de tudo, o MPLA continuava no poder, para os Estados Unidos,

---

<sup>234</sup> Representação da Americana na Jamba sita no irmão Cordeiro

<sup>235</sup> As visitas do Presidente Sul-africano a Jamba e vice-versa, a visita de. Savimbi em várias capitais dos Estados Africanos, Europeias e a sua recepção como Chefe de Estado Na casa Branca

<sup>236</sup> Diogo Freitas do Amaral. Historia das Ideias Politicas. I Volume.



não obstante a saída airosa como vencedor da Guerra-Fria, era necessário uma reformulação da sua política externa na convivência com Angola. E olhando para a matemática estratégica, nesta nova batalha tinha-se a ganhar com José Eduardo dos Santos e o MPLA no poder, que fazem parte do bloco do Leste que perdeu a Guerra-Fria, do que com a UNITA e Jonas Malheiro Savimbi que ajudaram o americano como força de interposição para sair vencedor da guerra-fria. Se Jonas Savimbi na negociação dos recursos minerais com o ocidente fazia exigências, José Eduardo dos Santos faria concessões. Nesta óptica a América do Norte decidiu estreitar relações diplomáticas com Governo angolano e cessar com a UNITA; estavam os Democratas com o Bill Clinton no poder.

No ano de 1992 a diplomacia é catapultada para uma dinâmica mais activa; porém, sofre um resfriamento em relação aos EUA, pois, aos americanos que eram aliados, estranha e persistentemente perguntavam se caso a UNITA e Jonas Savimbi perdessem as eleições aceitariam os resultados. E a mesma pergunta nunca tinha sido feita aos outros Partidos concorrentes às eleições de 1992.

Descobriu-se que já havia uma concordância de posições, na base de interesses económicos. Depois da queda do Muro de Berlin, das eleições de 1992 e conseqüentemente o regresso à guerra era necessário redimensionar a acção diplomática pela seguinte razão: deixavam de existir os dois blocos e passou a haver na prática, concordância em pontos de vista entre Estados Unidos e a Rússia perante o conflito angolano.

Segundo José Ernesto Mulato<sup>237</sup>, sobre este aspectos, Jonas Savimbi tinha acautelado o corpo diplomático, quando dizia que a queda do Muro de Berlin e a conseqüente desintegração da ex-URSS, era muito perigosa para muitos em África, pois, a existência de relações privilegiadas entre os EUA e a Rússia iria beneficiar só os amigos da Rússia, porque os americanos na sua visão globalista e de expansão energética no mundo, têm a tendência de sacrificar os seus aliados, enquanto a Rússia não o faz.

Numa simples ilustração, ver-se-á que desde a queda do Muro de Berlim, os Partidos<sup>238</sup> que ascenderam ou se mantiveram no poder foram os que beneficiariam do apoio da ex-URSS.

---

<sup>237</sup> José Ernesto Mulato, op.cit.;p.3

<sup>238</sup> ANC na África do Sul, MPLA em Angola, FRELIMO em Moçambique, SWAPO na Namíbia, ZANU no Zimbabwe; etc.

Contudo, a diplomacia da UNITA tinha a missão imperiosa de reverter o quadro com acções concretas e acutilantes, esclarecendo com factos sobre o diferendo angolano. Isto exigiu uma mudança na sua estratégia diplomática na Europa e em África.

A administração do presidente Bill Clinton, retirou quase todo o apoio à UNITA, numa fase derradeira de preparação das eleições. Mais uma vez, por forças de circunstâncias, Jonas Savimbi teve de reformular a política externa para a esquerda. Enviou Lukamba Paulo Gato como embaixador itinerante ad-hock, para estreitar relações diplomáticas com o governo francês de Francois Mitterrand e o seu grupo de contactos, tendo fornecido apoio multiforme, o que assegurou a campanha e não só, até à morte do líder.

Nesta rotatividade diplomática, o Eng.º Adalberto da Costa Júnior<sup>239</sup> assumiu a chefia da representação em Portugal; Virgílio Samakuva é movimentado de Abidjan para Madrid<sup>240</sup> e Marcelino Saguende representante em França.

Em 1995 surgiu uma outra rotação de diplomatas com a abertura da representação em Itália por solicitação de militantes e simpatizantes naquele país.

Foi assim que Adalberto da Costa Júnior é nomeado como representante da UNITA em Roma e no Estado ou bastidores do Vaticano; o médico Isaac Wambembe estreia-se na vida diplomática, como representante em Lisboa; Alcides Sakala deixa Bruxelas, regressa para o interior de Angola, onde assume o cargo de Secretário para os Negócios Estrangeiros, tendo substituído por Azevedo Kanganji. Aníbal Candeias “Kilé” foi para o Reino Unido; Isaiás Samakuva foi indicado por Jonas Malheiro Savimbi para chefiar a delegação da UNITA na CCPM<sup>241</sup> em Luanda.

Em África também houve movimentações; foram nomeados David Kokelo para a Costa do Marfim, Enoque Kamalata para o Gabão; Kallins Kangunga para o Togo e depois dele, Matoso Sapalalo.

Desarticulados de Kinhasa, Júlio Kanyualuku para o Burkina Faso e João Baptista Vindes assume a representação do Togo onde sai para Burkina Faso em 1999, depois de Ernesto Mulato que deixava a Alemanha ter sido nomeado para o Togo. Na Zâmbia Cipriano Chipipa e Félix Kandimba, enquanto Jaime Furtado se manteve em Marrocos.

---

<sup>239</sup> Político angolano; membro da UNITA (1974); representante em Portugal e em Itália e junto da Santa Sé (1992-2002), membro da Missão externa da UNITA até a realização do IX Congresso; actualmente é vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA e deputado a Assembleia Nacional.

<sup>240</sup> Reino de Espanha estreitou relações de amizade com a UNITA desde 1976

<sup>241</sup> Comissão Conjunta Político Militar

Também houve incursões diplomáticas na região dos Grandes Lagos com destaque para Uganda e Ruanda, onde Marcelino Moises N'Dachala “Karricha” e Emanuel Mundombe<sup>242</sup> “Boris” fortaleciam os laços de cooperação.

“Os cemitérios de todo mundo estão cheios dos amigos dos americanos”<sup>243</sup>. Com a convergência de interesses entre os EUA e a Rússia sobre África Austral, em particular o conflito angolano, a diplomacia da UNITA começou a reviver os tristes episódios. Depois da sua última viagem a Kinshasa no princípio de Dezembro de 1996, Jonas Savimbi teria mandado no dia 6, uma mensagem curta a alguns representantes diplomáticos na qual dizia “*cheguei muito bem apesar de ter havido e provado manobras dos Kagames. O que vi no vizinho é tão mau como degradante. A África tem falta de dirigentes. Sigam, oiçam e preparem-se para o pior. Mas a nossa dignidade na liberdade e democracia não serão nunca postas na praça*”<sup>244</sup>. Assim, aconteceu e o auge foi a condenação internacional pela ONU, de um partido político com sanções a todos os níveis.

## 2.2. OS VECTORES ESTRATÉGICOS DA UNITA NO DOMÍNIO EXTERNO

Os vectores estratégicos a UNITA no domínio externo são uma abordagem dividida em três fases: a primeira que vai desde da sua constituição até 1975; a segunda vai de 1975 a 1992, e por último a terceira fase que vai de 1992 a 2002.

O primeiro vector estratégico da diplomacia da UNITA no domínio externo, começou em 1959, quando, o futuro líder e decisor da política externa da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, perseguido pela PIDE-DGS por causa das suas actividades políticas, fugiu de Portugal, onde estava a estudar medicina; passa por Espanha, França, com destino à Suíça, ajudado por Partidos comunistas desses países.

Ali a prioridade foi decidir qual seria o melhor caminho para atingir os seus objectivos políticos. Existiam dois movimentos de libertação, constituídos, mas actuando fora de Angola, no exílio o MPLA, fundado em 1956 e sediado na Guiné Conacri e a UPA, sediada em Léopodville- Congo Belga.

---

<sup>242</sup> Membro da comissão externa da UNITA

<sup>243</sup> Jaime Nogueira Pinto, Os Jogos Africanos, p. 501

<sup>244</sup> Jardo Muekalia, Op. Cit., p.307

Depois de vários contactos com a Direcção do MPLA e da FNLA, com a UGEAN<sup>245</sup>, alguns dirigentes africanos como Tom Mboya<sup>246</sup> e Jomo Kenyatta<sup>247</sup>, Jonas Malheiro ingressou na UPA/FNLA/GRAE, em 1960, onde ocupou o cargo de Ministro dos negócios estrangeiros até à sua renúncia do cargo em Julho de 1964<sup>248</sup>. Depois de uma diplomacia itinerante pelas capitais dos Estados africanos independentes, Europa do Leste e Ásia, em busca de apoio internacional, de regresso, em Outubro de 1964, em companhia de António da Costa Fernandes, no Hotel em Champaix, nos Alpes suíços, concluíram o programa do novo partido, no qual vinham trabalhando desde de Maio. Decidiram que era a altura de criar o partido, mas seria essencial que a fundação oficial se realizasse em Angola. Acordaram numa nova constituição e em que o nome do partido seria UNITA, simbolizando a unidade necessária entre todos os povos de Angola para derrotar o colonialismo. A fundação aconteceu em Muangai, no interior de Angola em 1966<sup>249</sup>.

Nesta primeira fase, o vector estratégico da UNITA no domínio externo consistia em expandir a mensagem para o reconhecimento do Movimento a nível interno e internacional, e a busca de apoios para a luta contra a dominação portuguesa. Estes objectivos foram atingidos com a presença da UNITA na assinatura dos Acordos de Alvor em 1975, como um dos legítimos representantes do povo de Angola à independência.

O segundo vector estratégico da diplomacia da UNITA no domínio externo começou em 1975, quando o MPLA com apoio da URSS e forças de intervenção cubanas, proclamou a independência de Angola, transformando o País num sistema político de orientação comunista e de partido único. Nesta fase, o projecto era a libertação do País que, do ponto de vista da UNITA estava sob a dominação estrangeira. Era a busca da alteração da mentalidade “exclusivista” que dominava o pensamento do partido no poder, o MPLA. Pretendia-se reclamar a condição de cidadãos angolanos com direitos, no seu próprio País. Isto é que motivou e vinha definido em três objectivos muito simples: primeiro, a retirada de todas as forças estrangeiras do País; segundo, levar o

---

<sup>245</sup> União Geral dos Estudantes Africanos Negros

<sup>246</sup> Presidente do Congresso da União Comercial do Kenia

<sup>247</sup> Primeiro-ministro do Kenia desde de 1963.

<sup>248</sup> Fred Bridgland, op. Cit., p.62-70

<sup>249</sup> Fred Bridgland, *idem*, 73-80

MPLA a reconhecer a UNITA, dialogar e reconciliar-se com ela; terceiro adoptar em Angola um sistema político multipartidário<sup>250</sup>.

Com estes três objectivos, que nessa fase constituíam vectores estratégicos, a diplomacia ganhou maior proeminência a partir dos anos 1981/5. Nesta altura Savimbi resolveu fazer da diplomacia uma outra arma estratégica. Aliás, diga-se de passagem que as maiores batalhas realizaram-se a nível da Europa, dos Estados Unidos, espaços que foram, e continuam a ser, palcos principais da política internacional. Em África também se desenvolveu uma actividade intensa. Por seu turno, ao nível da Europa e dos EUA era uma questão de mensagem. A UNITA estava ali a promover a necessidade de reconciliação, a necessidade de adopção de um sistema democrático.

Tinha uma mensagem que coadunava mais com esses tempos. Os diplomatas do governo defendiam a ideia de que a democracia não era parte da cultura africana e que a UNITA era simplesmente laçao ao serviço dos estrangeiros. Eles tinham um problema de mensagem que complicava a diplomacia do governo.

O discurso da UNITA era um discurso dos novos tempos, que continha reivindicações legítimas. Aos poucos foi-se conseguindo criar núcleos de apoio dentro das próprias estruturas em países onde os diplomatas operavam, ao nível dos parlamentos, executivos e da sociedade civil e que se transformaram em palcos de projecção das políticas da UNITA.

Em finais dos anos 80 e princípios dos anos 90, a luta revelou-se desigual; a diplomacia da UNITA levou uma enorme vantagem por causa dos ventos que sopravam do Leste; a própria África estava imbuída em processos através de conferências nacionais, que também visavam quebrar com os Estados mono partidários<sup>251</sup>.

O saldo resultante foi Angola transformar-se em 1992, no País com o sistema de orientação multipartidário, com a realização das primeiras eleições, ganhas pelo MPLA. Foi de facto a democracia interessante e terá sido um grande contributo para que Angola chegasse no limiar onde se encontra. Senão este País seria como a Rússia, Coreia do Norte, Cuba ou a China.

O terceiro vector estratégico da diplomacia da UNITA no domínio externo começou em 1992, depois do fracasso do processo de paz de Bicesse e a consequente eclosão do

---

<sup>250</sup> Cláudio Fortuna, existe um pequeno Savimbi no coração de cada angolano, segundo Jardo Muekalia, p.3.

<sup>251</sup> Jardo Muekalia, op. Cit., p. 11 e 313

conflito pós-eleitoral. Os EUA como todas as potências têm interesses. Porque as relações são movidas por interesses e não por amores. A UNITA e Savimbi, não perceberam que nos anos anteriores, sobretudo na época da guerra fria, receberam apoio americano porque enquadravam-se na política geral de combate ao comunismo e não nas amizades. É evidente que não foram somente os Estados Unidos que beneficiaram desta relação. A UNITA também beneficiou, para levar a cabo os seus objectivos.

Terminada a guerra fria, alterado o quadro, o desenho era diferente do ponto de vista americano. Passou a falar-se muito do potencial de Angola na produção de gás natural; os americanos queriam liderar esta exploração. E isto só seria possível estreitando relações diplomáticas com o MPLA como governo; isto foi feito com o reconhecimento de Angola pelos EUA em 1994.

Nesta nova abordagem depois de várias reuniões, houve uma, no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais, em Novembro de 1998, durante a qual, praticamente foi decidido que os EUA deviam abandonar o Jonas malheiro Savimbi e apoiar a “guerra limitada” que o governo de Angola desenvolvia contra as tropas da UNITA. “*Fazer a guerra para acabar com a guerra*”. Estavam presentes o embaixador Ndalú, o representante da UNITA nos EUA Jardo Muekalia, representantes das companhias petrolíferas, representantes do Pentágono, do Departamento de Estado, da Casa Branca, da sociedade civil e académicos.

A maioria dizia que era tempo da América abandonar a política de equidistância. Aliás, esta foi uma das recomendações da referida reunião do Centro de Estudos Estratégicos. A América precisava de mudar no quadro de uma corrida por espaços económicos que receava perder. Além disso, havia as sanções contra a UNITA, implementadas pelo mundo inteiro. A América queria consolidar o seu interesse económico na área do petróleo e expandir o campo de acção para o gás natural. Ficou claro naquela reunião, que havia necessidade de se direccionarem as baterias diplomaticas contra a direcção da UNITA e contra Jonas Malheiro Savimbi, para acabar com o conflito e viabilizar aquele desiderato económico<sup>252</sup>.

A diplomacia da UNITA, nesta fase, tinha como vector estratégico no domínio externo, convencer os líderes mundiais sobre a situação real do que se passava em Angola. Por

---

<sup>252</sup> Claudio Fortuna, Op. Cit., p.7; Jardo Muekalia, op. cit., p. 312-315 e 322.

outra, também tentou voltar à esquerda aliando-se aos antigos aliados do MPLA. Porém era tarde demais e em pleno século XXI, não era possível sustentar uma guerra contra o Conselho de Segurança<sup>253</sup> da ONU.

### **2.3. O PROCESSO NEGOCIAL PARA A PAZ NO SUDOESTE AFRICANO (OS ACORDOS DE NOVA IORQUE)**

As negociações conducentes à resolução do conflito no Sudoeste Africano (República da Namíbia) afiguravam-se como a condição *sine qua non* para a resolução do conflito em Angola, embora o governo da República Popular de Angola continuasse a fazer uma abordagem diferente, que talvez fosse a faceta política.

O que estava em jogo eram as lutas equidistantes, a presença da URSS e forças de interposição cubanas em Angola, com o objectivo de expandir o comunismo a nível internacional; a Namíbia afigurava-se, geopoliticamente, como uma zona tampão para os EUA e os seus aliados.

O problema da independência no Sudoeste Africano não foi dificultado, nem a solução dependia da boa vontade da África do Sul, uma vez que, tanto o MPLA, a SWAPO, a UNITA, a África do Sul e Cuba eram em última instância, forças de interposição das superpotências. São os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que complicaram a aplicação da Resolução 345/78, com o *linkage* ou com base em outros meios que são usados na política externa dos Estados. São estes que no fim da I Guerra Mundial, nas vestes da SDN<sup>254</sup> entregaram o Sudoeste Africano, território colonizado pela Alemanha, para ser administrada pela Sociedade Sul Africana em 1922, como recomendação da reunião de Versailles (França), em que esta foi a solução encontrada quando estes decidiram cooperar tanto na Namíbia, como em Angola, na década 80/90.

O governo angolano que sempre se opôs à estratégia de *linkage* aceitou no fim a mediação dos Estados Unidos, com o qual esteve em negociações desde 1982, pese embora não reconhecessem o governo do MPLA e apoiassem a UNITA<sup>255</sup>.

As negociações entre delegações da República Popular de Angola e da África do Sul, realizadas na Ilha do Sal (Cabo Verde) por duas vezes, em 1983, e os encontros

---

<sup>253</sup> China, Estados Unidos, França, Reino Unido, e Rússia.

<sup>254</sup> Sociedade das Nações, primeira Organização universal de carácter político que surgiu no fim da I guerra Mundial (1923)

<sup>255</sup> Justino Ramos da Gloria. Angola, op. Cit.; p.143-145

sucessivos de 1984, na perspectiva de se criarem condições para a aplicação da Resolução 435/78 do CS da ONU, não sortiram efeitos esperados, em virtude das posições assumidas pelas partes. Para se ultrapassar o impasse e flexibilizar a sua posição, a 23 de Agosto de 1983, José Eduardo dos Santos recebeu em Luanda, Javier Perez de Cuellar<sup>256</sup>, a quem reafirmou a sua vontade em continuar a trabalhar para a resolução do conflito no sudoeste africano, hoje Namíbia.

As partes, sob mediação de Chester Arthur Crocker<sup>257</sup> e de Kenneth Kaunda, tiveram uma ronda negocial a 16 de Fevereiro de 1984 em Lusaka, cujo resultado foi a assinatura do "Compromisso de Lusaka"<sup>258</sup>. No documento onde vinha plasmado a retirada das tropas sul-africanas de Angola, num período de 30 dias, também constava desmilitarização da fronteira Angola-Namíbia<sup>259</sup>, um passo importantíssimo para a pacificação da região Austral de África. Porém, os compromissos assumidos não foram honrados<sup>260</sup>, por causa das reservas sul-africanas em relação ao cumprimento da Resolução 435/78, encorajada pelos Estados Unidos com política de "*engajamento construtivo*", da autoria de Chester A. Crocker, com ela visava, criar um clima regional favorável à estratégia Norte americana<sup>261</sup> no combate à expansão do comunismo, bem como a "teoria de *linkage*"<sup>262</sup> que relacionava a retirada das tropas sul-africanas da Sudoeste Africano com a saída simultânea das tropas cubanas de Angola, numa visão da Guerra-Fria<sup>263</sup>.

Apesar do papel de mediador, a administração Reagan não deixou de realizar a sua pressão, relacionando a presença das tropas cubanas em Angola com o processo da independência da Namíbia. Face a esta situação, os governos de Angola e de Cuba publicaram, a 4 de Fevereiro de 1982, uma declaração Conjunta, na qual afirmaram que a presença das tropas cubanas era uma questão bilateral e agiam em conformidade com

---

<sup>256</sup> Secretário-geral da ONU (1981 -1991)

<sup>257</sup> Sub Secretario de Estado Norte-americano para os Assuntos Africanos (1981-1989)

<sup>258</sup> Pazarat Correia, op. cit., p. 46, Luís Castelo Branco, op. cit., p. 78; Armando de Campos, op. cit., pp. 289, 297, 345-346; Armelle Enders, op. cit., p. 124, José Patrício, op. cit., p. 35; George Wright, op. cit., p. 225.

<sup>259</sup> Luís Castelo Branco, op. cit., p. 78; José Patrício, op. cit., p. 35; Armando de Campos, op. cit., pp. 345-346; Fernando Marques da Costa e Natália Falé, Guia Politico dos PALOP, p. 25; George Wright, op. cit., pp. 225-226.

<sup>260</sup> Luís Castelo Branco, op. cit., p. 80.

<sup>261</sup> José Patrício, op. cit., p. 16.

<sup>262</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 346.

<sup>263</sup> José Patrício, op. cit., p. 16; Armelle Enders, op. cit., p. 124 ; George Wright, op. cit., pp. 221-223; Pazarat Correia, Angola do Alvor a Lusaka, p. 47; A. Urnov, A Africa do Sul Contra a Africa, p. 286; S. Slipchenko, op. cit., p. 81.



a Carta da ONU no artigo 51º, do capítulo VII<sup>264</sup>. A declaração aludia ainda que, as tropas cubanas só se retirariam de Angola uma vez excluída toda e qualquer eventualidade de agressão armada. O governo cubano por sua vez reiterava que acataria sem hesitação qualquer decisão adoptada pelo governo angolano, relativamente a retirada do seu contingente.

Na sequência destas iniciativas, a 19 de Março de 1984, José Eduardo dos Santos deslocou-se a Cuba, onde assinou uma declaração conjunta com Fidel de Castro, sobre os requisitos necessários à retirada das tropas cubanas de Angola<sup>265</sup>. Para se ultrapassar o impasse criado, Angola apresentou ao Secretário-geral da ONU, em 17 de Novembro de 1984, uma plataforma de negociações globais com quatro pontos na agenda, onde se previa a conclusão de um acordo com a participação de Angola, Cuba, SWAPO e da África do Sul, desde que houvesse garantias do Conselho de Segurança da ONU, com as seguintes cláusulas: 1. Retirada das tropas sul-africanas de Angola; 2. Aplicação da Resolução 435/78 da ONU; 3. Fim de incursões no território angolano; 4. Cessação de todo e qualquer apoio à UNITA. O governo angolano comprometia-se a estabelecer um prazo de 36 meses como meta para a retirada das tropas cubanas do sul de Angola, ao sul do paralelo 13<sup>266</sup>, uma vez que, a África do Sul receava que o estacionamento de forças naquela zona constituía uma ameaça ao processo de implementação da Resolução 435/78.

Com as negociações em curso, os Estados Unidos propunham, em Mindelo, (Cabo Verde), em Março de 1985, um documento designado "*Bases de Negociações*"<sup>267</sup>.

Para demonstrar que a resolução do conflito do Sudoeste Africano dependia da retirada dos cubanos de Angola e não de condicionantes, porque Angola ter sido uma base de apoio da SWAPO e do ANC, levou-se a cabo várias acções persuasivas combinadas dentre as quais destacamos: a tentativa de sabotagem das instalações petrolíferas do Malongo, por um grupo de comandos sul-africanos em 20 de Maio; a revogação da "*Emenda Clark*" pelo Congresso dos EUA, a 12 de Julho; realizou-se na Jamba uma magna conferência com a presença de Lewis Leharman chefe da delegação americana,

---

<sup>264</sup> S. Slipchenko, op. cit., p. 82; ; A. Urnov, op. cit., pp. 274-275.

<sup>265</sup> S. Slipchenko, op. cit., p. 104; A. Urnov, op. cit., p. 287; George Wright, op. cit., p. 227.

<sup>266</sup> Linha situada a 30 Km ao sul do paralelo 13, ao longo da costa em direcção ao norte até à fronteira entre Angola e a Zâmbia.

<sup>267</sup> A. Urnov, op. cit., p. 289; José Patrício, op. cit., pp. 17-18.

portadores de uma carta de Ronald Reagan<sup>268</sup>, dirigida a Jonas Savimbi e de representantes dos líderes de movimentos que combatiam a expansão do comunismo na Nicarágua, no Afeganistão e em Laos<sup>269</sup>, bem como a recepção em Washington na Casa Branca, de Jonas Savimbi com honras de Chefe de Estado<sup>270</sup>.

Esses acontecimentos ocorridos em 1985, levaram o Chefe de Estado angolano a suspender durante 18 meses as negociações<sup>271</sup>. Sem lograr êxitos desejados com essa estratégia, o presidente angolano, por ocasião do 40º aniversário da ONU, em Nova Iorque, criou um corredor para se reatorem as negociações com o Chester A. Crocker, no dia 22 de Outubro, baseando-se nos "*proximity talks*".

Fruto de mudanças operadas na cena política internacional, em que se destaca o fim da Guerra-Fria, a ascensão à cadeira máxima do poder na URSS (Rússia) de Mikhail Sergueievitch Gorbatchov e a reeleição de Ronald Reagan para a presidência dos EUA, houve convergência de interesses estratégicos entre superpotências e motivos para a cooperação na resolução de conflitos que assolavam o Terceiro Mundo<sup>272</sup>. Por esta causa, o presidente Soviético predispôs-se em juntar-se ao seu homólogo americano na busca de esforços para a pacificação da África Austral, apoiando os esforços americanos de aproximação das partes envolvidas no conflito<sup>273</sup>. Nesta conjuntura política internacional, os membros permanentes do CS da ONU passaram a cooperar entre si para a resolução do conflito no Sudoeste Africano<sup>274</sup>.

Embora a URSS tivesse mostrado vontade em colaborar com os EUA para a resolução do conflito no Sudoeste Africano, de forma a contribuir para a solução do conflito angolano, a seu tempo parecia não estar disposta a ser excluída da região<sup>275</sup>. Muitos autores analisam que para além de estar em causa o prestígio soviético, havia ainda a considerar a posição do MPLA na futura conjuntura política angolana, em que a UNITA reivindicava a sua quota-parte<sup>276</sup>. A partir de Novembro de 1985, em Lusaka, o contacto de "*proximity talks*" entre Angola e África do Sul foi conduzido por Chester Crocker

---

<sup>268</sup> Jonas Savimbi, *Por Um futuro Melhor.*, 93.

<sup>269</sup> George Wright, *op. cit.*, p. 236, Jonas Savimbi *op. cit.*, p. 94

<sup>270</sup> in *TASS*, 31 de Janeiro de 1986.

<sup>271</sup> José Patrício, *op. cit.*, p. 17; George Wright, *op. cit.*, pp. 236, 239, 244.

<sup>272</sup> Mikhail Gorbatchov, *Perestroika*, p. 210.

<sup>273</sup> Sebastian Balfour, *Fidel Castro*, p. 168.

<sup>274</sup> Mikhail Gorbatchov, *op. cit.*, p. 211.

<sup>275</sup> Armando de Campos, *op. cit.*, p. 348.

<sup>276</sup> *Ibidem*.

que serviu de elo de ligação, discutindo com as partes e tentando encontrar, nesse vai e vem, uma base de entendimento<sup>277</sup>, enquanto a URSS era apenas observadora.

Encontramos autores e analistas políticos que procuram fazer uma ligação entre o sucesso nas negociações e a vitória militar das tropas coligadas Angola-Cuba contra o exército sul-africano e a UNITA no Kuito-Kuanavale, bem como a crise económica na África do Sul, agravada pelas sanções económicas impostas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. Este factor terá obrigado a África do Sul a procurar negociações para a implementação da Resolução 435/78, pondo termo ao conflito no Sudoeste Africano e a independência da Namíbia<sup>278</sup>. Esta visão parece-nos que estrategicamente não faz nexos, uma vez que, dentro dos estudos sobre as estratégias, a vitória numa batalha não altera uma estratégia; e se fosse; as negociações não teriam lugar nas zonas de influência do bloco ocidental<sup>279</sup>.

Com a convergência na abordagem de interesses estratégicos sobre a África entre a URSS e os EUA, Pieter Botha foi orientado a anunciar, numa sessão parlamentar na África do Sul a 4 de Março de 1986, a intenção do seu governo de cumprir, a partir de 1 de Agosto do mesmo ano, a Resolução do CS da ONU 435/78. Em resposta, José Eduardo dos Santos, efectuou uma visita à República de Cuba em Agosto de 1987, onde foi definida a estratégia de submeter, primeira à parte norte-americana como mediadora, o projecto do governo angolano de um acordo quadripartido. Este gesto abriu uma nova etapa no processo negocial na África Austral e em Janeiro de 1988, a delegação angolana integrou Cuba, o que possibilitou este País fazer parte pela primeira vez na mesa de negociações<sup>280</sup>. E daí em diante, as conversações tiveram lugar entre a delegação conjunta Angola-Cuba e a delegação americana que desempenhou o papel de mediador entre Angola e Cuba por um lado, e a África do Sul, por outro.

Depois de vários contactos exploratórios em Março, em Luanda, falou-se pela primeira vez, de documentos de trabalho. As conversações quadripartidas, tiveram início a 3 de Maio, em Londres<sup>281</sup>. A escolha de Londres não foi esporádica; foi influenciado por dois objectivos: houve a pretensão dos EUA de envolver alguns países ocidentais, entre

---

<sup>277</sup> José Patrício, op. cit., p. 21.

<sup>278</sup> Victoria Brittain, op. cit., pp. 84-86; Armando de Campos, op. cit., p. 348; José Patrício, op. cit., p. 38; George Wright, op. cit., pp. 252-254, 259-260; Luís Castelo Branco, op. cit., p. 82, 85; Armelle Enders, op. cit., p. 124; Sebastian Balfour, op. cit., pp. 169-170; Pezarat Correia, op. cit., pp. 45-46; Norrie MacQueen, op. cit., p. 269. .

<sup>279</sup> Jardo Muekalia, op.cit. pp.226-229.

<sup>280</sup> George Wright, op. cit., pp. 253-254.

<sup>281</sup> José Patrício, op. cit., p. 21.

os quais a Grã-Bretanha, que mantinha relações amistosas com a África do Sul no campo económico, e na altura era o único país que sempre se recusou a aplicar sanções contra a África do Sul<sup>282</sup>; e também tinha uma embaixada acreditada em Luanda.

Em segundo lugar porque, devido às sanções selectivas impostas pelo congresso norte-americano, o executivo americano tinha menos influência sobre o governo sul-africano<sup>283</sup>.

Na reunião de Londres, a delegação sul-africana, embora não tivesse rejeitado a proposta angolana, colocou em questão a participação da SWAPO no processo negocial, uma vez que, não se tratava de um País independente<sup>284</sup>.

Após o encontro de Londres as equipas negociais voltaram a reunir-se, em Maio, na capital congoleza, Brazzaville, de forma que prosseguissem os contactos sobre o Sudoeste Africano, tendo em vista a reunião quadripartida que teria lugar no Cairo, Egipto, entre 24 e 25 de Junho. Na capital egípcia, a delegação sul-africana limitou-se a apresentar uma "*Proposta da África do Sul em relação à retirada total das tropas cubanas de Angola e a implementação da Resolução 435/78*", com a seguinte agenda: o fim da guerra civil em Angola e a reconciliação interna, só seria possível com a retirada das tropas cubanas de Angola<sup>285</sup>; em parte esta proposta foi rejeitada pela delegação mista Angola-Cuba, que a qualificou de pouco séria e denotava a falta de vontade política dos seus proponentes. Sem muito a fazer, porque se vislumbrava o desmembramento da URSS, a delegação Mista submeteu uma outra proposta de onze pontos, contendo os princípios que seriam incluídos num possível acordo<sup>286</sup>.

O governo angolano já tinha avançado a sua posição quanto à distinção entre ATN (Agrupamento de Tropas do Norte) e o ATS (Agrupamento de Tropas do Sul) e pela primeira vez, nas conversações, submeteu um calendário sobre a retirada por etapas, de todas as tropas cubanas estacionadas em Angola, desde que a África do Sul retirasse as suas forças do território angolano e permitisse o início da implementação da Resolução 435/78 e cessassem todo o apoio logístico e militar à UNITA. Uma vez cumpridas essas condições, a retirada das tropas cubanas efectuar-se-iam em duas fases: na primeira fase, um primeiro contingente das tropas cubanas retirar-se-iam de Angola 24 meses

---

<sup>282</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>283</sup> José Patrício, op. cit., p. 22.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> George Wright, op. cit., p. 260; José Patrício, op. cit., pp. 24-25.

<sup>286</sup> José Patrício, op. cit., p. 22.

após a independência da Namíbia e uma segunda etapa, a retirada seria 48 meses após a independência da Namíbia. E por outra, a equipa negocial angolana afirmou que a UNITA representava um problema angolano, não obstante a sua existência depender do apoio da África do Sul e dos EUA.

Na ronda negocial de Cairo entre 24 a 25 de Junho, restabeleceu-se o espírito de franqueza, realismo e abertura quadripartida de Londres, o que deixou antever perspectivas de paz para Angola e para a independência da Namíbia. Ficou decidido que os dois projectos fossem considerados como documentos de trabalho no encontro que teria lugar em Nova Iorque<sup>287</sup>, tendo como alicerce os compromissos assumidos.

Do Cairo, as quatro delegações reuniram-se de 11 a 13 de Julho, na Ilha Governador, em Nova Iorque, a fim de se encontrar uma solução para a pacificação da região Austral de África<sup>288</sup>.

Baseando-se nas cláusulas assumidas em Londres e no Cairo, as delegações, em Nova Iorque, chegaram a um acordo "*ad referendum*" intitulado "*Princípios para uma solução pacífica no Sudoeste de África*", servindo de material de apoio para futuras rondas negociais no âmbito da Resolução 435/78<sup>289</sup>. Entre 2 a 5 de Agosto, em Genebra, procurou-se traduzir esses documentos em princípios acordados em Nova Iorque. Vários documentos foram aprovados, dentre os quais: o Protocolo de Genebra e o projecto de acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul. Também de 11 a 15 de Novembro em Genebra, decorreu uma reunião que se debruçou sobre o prazo total da retirada das tropas cubanas de Angola<sup>290</sup>.

Neste processo, a capital do Congo Francês foi palco de cinco rondas negociais. No final assinou-se o "Protocolo de Brazzaville", em 13 de Dezembro<sup>291</sup>. Este documento afigurou-se como o mais elaborado, onde se podia encontrar respostas relativamente às questões até então pendentes<sup>292</sup>.

No documento ficou plasmado que a implementação da Resolução 435/78 seria a partir de 1 de Abril de 1989. Também previa a retirada por fases, das tropas cubanas de

---

<sup>287</sup> George Wright, op. cit., p. 263; José Patrício, op. cit., p. 25.

<sup>288</sup> José Patrício, op. cit., pp. 25.

<sup>289</sup> George Wright, op. cit., p. 263; José Patrício, op. cit., pp. 25.

<sup>290</sup> Pizarat Correia, op. cit., p. 47; José Patrício, op. cit., p. 25; George Wright, op. cit., p. 266.

<sup>291</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 351; George Wright, op. cit., p. 267.

<sup>292</sup> Pizarat Correia, op. cit., p. 47; José Patrício, op. cit., p. 26; George Wright, op. cit., pp. 267-268; Armando de Campos, op. cit., p. 351; Luís Castelo Branco, op. cit., p. 109.

Angola e a constituição de uma comissão conjunta para a verificação da aplicação do Acordo<sup>293</sup>.

À luz do Protocolo, as partes dirigiram-se para os EUA, para rubricarem a 22 de Dezembro de 1988 a assinatura dos Acordos de Nova York (um acordo tripartido entre Angola, Cuba e a África do Sul. Num outro, bilateral, entre Angola e Cuba, sob olhar dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança<sup>294</sup> da ONU, e com a assinatura dos Acordos de Nova York, punha-se fim a dois conflitos: a guerra entre a África do Sul, Angola e Cuba e a guerra entre a África do Sul e a SWAPO.

Por força dos Acordos de Nova York, resultantes de uma clara aplicação do projecto desenhado na política externa norte americana de Chester A. Crocker, em 1 de Abril de 1989, à implementação da Resolução 435/78, tomou um carácter irreversível. As forças cubanas que chegaram a Angola como internacionalistas retirar-se-iam desse País como contingente sob verificação da UNAVEM I, entre Janeiro de 1989 a Maio de 1990 em 4 fases<sup>295</sup>.

A independência da Namíbia era já inadiável, pelos compromissos que a África do Sul assumira. Com a independência da Namíbia, as forças da SWAPO deixavam as suas bases em Angola e instalavam-se no interior da Namíbia. Os campos do ANC em Angola, no âmbito dos Acordos de Nova York, eram desmantelados<sup>296</sup>. Por último, a URSS, estava num processo de aplicação de uma nova política, quer no plano interno como no plano externo, política essa que se fundamentava na não confrontação militar, na coexistência pacífica e na busca do diálogo permanente, como única via para a solução dos diferendos e conflitos entre Estados.

Neste contexto, os EUA tinham que pensar como ajustar a sua política relativamente a Angola, tendo em conta que, os pressupostos em que se fundamentava a sua linha de acção, até então, estavam alterados, nomeadamente, a presença das tropas cubanas em Angola que, segundo eles, serviam os interesses da União Soviética<sup>297</sup>. Enquanto isto,

---

<sup>293</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 351; José Patrício, op. cit., p. 26; George Wright, op. cit., pp. 267-268.

<sup>294</sup> José Patrício, op. cit., p. 26; George Wright, op. cit., p. 268; Maurice Vaisse, op. cit., p. 206; Victoria Brittain, op. cit., p. 90; Armando de Campos, op. cit., p. 352; Pezarat Correia, op. cit., pp. 47-48; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 26; Luís Castelo Branco, op. cit., p. 109; Armelle Enders, op. cit., p. 124.

<sup>295</sup> Armando de Campos, op. cit., p. 352.

<sup>296</sup> Victoria Brittain, op. cit., pp. 89-90.

<sup>297</sup> George Wright, op. cit., p. 268.

quer os Estados Unidos quer a União Soviética, continuaram o seu apoio às forças beligerantes angolanas<sup>298</sup>.

Não obstante os compromissos assumidos pela África do Sul relativamente à Namíbia, as forças sul-africanas concentravam-se na faixa de Caprivi, apoiando a UNITA, como provam os acontecimentos de 8 de Fevereiro de 1990, em que o exército sul-africano, penetrou em território angolano, numa profundidade de 40 km, em auxílio da UNITA.

Importa sublinhar que, enquanto foi responsável pela administração do Sudoeste Africano, Pretória manteve perto da fronteira com Angola, um exército constituído por cerca de 23 000 homens do SWAFT<sup>299</sup>. Além destas forças, ainda existia um conjunto de forças especiais como o KOETVOET<sup>300</sup> e a SWAPOL<sup>301</sup>.

A África do Sul, na perseguição dos seus inimigos que tinham as bases de apoio instaladas no território angolano, contribuiu para o agudizar do conflito, actuando no objectivo estratégico que perseguia até a separação do seu conflito interno das influências externas aos últimos desenvolvimentos que se seguiram à subida ao poder do presidente Frederic De Klerk .

Para consumir este objectivo estratégico, estabeleceu uma zona de segurança do seu território (incluindo o Sudoeste Africano).

Como dissemos, “*a política externa dos Estados é e não é o que parece*”, veríamos que terminada a intervenção sul-africana em Angola com a aplicação dos Acordos de Nova Iorque, Pretória continuou o seu apoio multiforme à UNITA. O então chefe da contra-informação militar da África do Sul, Van Niekerk, os oficiais da CIA, Claire George e Franc Sturges, bem como altas patentes do regime do presidente Mobutu Sesse Seko, reuniram-se em Dezembro de 1988, em Kinshasa, para discutirem uma agenda da qual constava o apoio à UNITA, após a independência da Namíbia<sup>302</sup>.

No entanto, iria começar uma nova fase negocial entre os protagonistas do conflito angolano que se consumou em rondas negociais conducentes à assinatura dos Acordos de Bicesse, a 31 de Maio de 1991.

---

<sup>298</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 95.

<sup>299</sup> Exército sul-africano da Namíbia.

<sup>300</sup> Forças especiais sul-africanas.

<sup>301</sup> Forças policiais sul-africanas da Namíbia.

<sup>302</sup> George Wright, op. cit., p. 278; Cf. s/autor, Contra a conspiração, p. 2.

## 2.4 ANGOLA RUMO À PACIFICAÇÃO-ACORDOS DE BICESSE-PORTUGAL 1991.

O *linkage* e o engajamento construtivo determinaram a saída das forças de interposição sul-africanas-cubanas. Depois de 18 anos de guerra nos seus três níveis<sup>303</sup>, criaram-se condições para negociar a cessação das hostilidades entre o MPLA e a UNITA. Um processo que ficou adiado por razões até hoje desconhecidas e todos culpam a Guerra-Fria, argumentando que esta região, nesta fase, afigurou-se como a trincheira firme para as ideologias em confrontos em busca de hegemonia mundial.

Passando vários anos entre o antagonismo e a flexibilidade, de conversações para a questão da paz em Angola, iniciaram-se com os Acordos de Nova York. O ponto mais alto foi a cimeira de Gbadolite, na República do Zaire, onde, mesmo sem ter o sucesso desejado, foi um marco indelével, uma vez que, desde 1975, foi o primeiro “*tetê-à-tetê*” oficial entre o governo do MPLA e a UNITA.

Com o primeiro e segundo níveis de conflitos resolvidos e falhada a iniciativa de Gbadolite pelo esforço do Presidente Mobutu na mediação, numa crescente pressão externa para que os beligerantes do conflito interno negociassem a paz, ambos moveram-se em façanhas diplomáticas à procura de um possível mediador. Portugal apresentou-se como o mais provável por razões históricas<sup>304</sup>.

Depois de um lobby diplomático da UNITA em várias capitais africanas, americanas e europeias para afastar as tentativas de Gbadolite (22.06.1989) e outras iniciativas sustentadas por Luanda, a primeira manifestação pública de um plano de paz foi da UNITA, apresentado através de António (Tony) da Costa Fernandes<sup>305</sup>, em Washington<sup>306</sup>. Na cerimónia da independência da Namíbia<sup>307</sup> em Março de 1990, José Manuel Durão Barroso<sup>308</sup> manteve contacto com o Presidente José Eduardo dos Santos, e este na sequência de outros, foi crucial, uma vez que, o presidente do MPLA e governo confirmou a disposição em reatar o diálogo com a UNITA, partindo de pressupostos diferentes daqueles que faziam parte da agenda de Gbadolite. Gbadolite visava " a *integração*" dos membros da direcção da UNITA no governo e o exílio de

---

<sup>303</sup> Guerra fria, conflito regional e conflito interno

<sup>304</sup> José de Matos Correia, Os Acordos de Paz do Estoril e a Coexistência de Ordens Jurídico-Políticas, p. 115.

<sup>305</sup> Foi membro do Bureau Político da UNITA durante muitos anos e subscritor do manifesto do movimento em 1964. Nesta fase da apresentação do Plano de Paz era Secretário para as relações Exteriores. Desertou da UNITA em 1992 e, é actualmente Embaixador de Angola em Londres.

<sup>306</sup> Jardo Muekalia op. Ct., p255; Cf. Crónica de Uma Mediação, in Política Internacional, p. 12.

<sup>307</sup> Ibidem.

<sup>308</sup> Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação do governo português



Jonas Savimbi<sup>309</sup>; por outro, no decurso da cerimónia, José Eduardo dos Santos entregou a James Baker um plano com o objectivo de se chegar a um cessar-fogo e negociações directas<sup>310</sup>.

Depois de várias iniciativas para se pôr fim ao conflito interno angolano reconhecido que a UNITA e Jonas Malheiro Savimbi eram figuras incontornáveis para a resolução do conflito angolano e no dia 6 de Abril de 1990, o Presidente dos Santos aceitou o plano de paz da UNITA e encerrou oficialmente a agenda negocial africana de Gbadolite<sup>311</sup>; desta feita estavam criadas as condições para reatar as rondas negociais e Portugal aceite pelas partes como país mediano.

A primeira ronda teve lugar na cidade de Évora de 24 a 25 de Abril de 1990, sob os auspícios do primeiro-ministro de Portugal, por intermédio de José Manuel Durão Barroso<sup>312</sup>; o governo angolano apresentou uma agenda negocial de nove pontos como condicionantes para uma paz negociada<sup>313</sup>, que mereceu objecções da UNITA. A segunda aconteceu em Oeiras, no Forte de S. Julião da Barra, de 16 a 18 de Junho de 1990<sup>314</sup>, com inúmeras divergências e dificuldades, uma vez que, ainda não se fazia sentir a mediação portuguesa; cabia às partes encontrar linhas de convergência. A terceira teve lugar de 27 a 30 de Agosto de 1990, no Instituto de Altos Estudos Militares em Lisboa; aqui Portugal percebeu que a exemplo de 1975, não seria possível conduzir o processo sem a intervenção de superpotências, apoiantes das partes em negociações e que no fim do dia ditavam as regras do jogo<sup>315</sup>.

Apoiada a iniciativa portuguesa, as partes aceitaram continuar as consultas<sup>316</sup> com a presença dos observadores e entre 24 e 27 de Setembro de 1990 em Sintra, na Academia da Força Aérea, realizou-se a quarta ronda negocial<sup>317</sup>, onde foi discutido o documento

---

<sup>309</sup> Jardo Muekalia op. cit., p.257

<sup>310</sup> José Patrício, op. cit., pp. 31, 41; George Wright, op. cit., p. 289.

<sup>311</sup> George Wright, op. cit., p. 290.

<sup>312</sup> Norrie NacQueen, op. cit., p. 270; George Wright, op. cit., p. 291; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., pp. 27-28; Pizarat Correia, op. cit., p. 52; José de Matos Correia, op. cit., p. 115.

<sup>313</sup> José de Matos Correia, op. cit., p. 115; João Serra, Dos Santos versus Savimbi, p. 9.

<sup>314</sup> George Wright, op. cit., p. 292; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 28; José de Matos Correia, op. cit., p. 115.

<sup>315</sup> George Wright, op. cit., p. 295; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 28; José de Matos Correia, op. cit., p. 115.

<sup>316</sup> José Manuel Durão Barroso, A Cooperação Internacional e os Processos de Paz: O Exemplo Angolano, p. 17.

<sup>317</sup> O estatuto de observador permitia aos representantes dos dois países acompanhar «por dentro» as negociações, embora não lhes facultasse a presença formal à mesa dos trabalhos, direito que apenas assistia às partes angolanas e a Portugal. José de Matos Correia, op. cit., p. 116; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 28.

que continha os princípios políticos e do cessar-fogo. A presença dos observadores afigurou-se crucial para a busca de consensos nos pontos divergentes. Para que as partes não se sentissem sem o apoio das superpotências e como membros do CS da ONU, havia garantia de que o acordo fosse legitimado por aquela organização de carácter político universal. O resultado foi a divisão dos assuntos a tratar em duas subcomissões: "*uma para os princípios políticos fundamentais da instauração da paz em Angola, e outra para os assuntos militares relativos ao cessar-fogo*"<sup>318</sup>.

Na sequência negocial, a quinta ronda realizou-se em Estoril de 16 a 20 de Novembro do mesmo ano; aqui as partes discutiram a agenda apresentada na ronda quatro e sobre um anexo aos princípios políticos; mais tarde seria designado por CCPM. Foi possível chegar-se a um entendimento sobre vários assuntos agendados<sup>319</sup>. Depois, foi completada por um encontro pentapartido<sup>320</sup>, no Departamento de Estado, em Washington, a 13 de Dezembro de 1990, em que participaram Herman Cohen pelos Estados Unidos, Iuri Jukalov pela União Soviética, Lopo Ferreira do Nascimento pelo governo, Jeremias Chitunda pela UNITA e António Monteiro, pela parte portuguesa e seria primeira vez que em simultâneo as delegações faziam parte à mesma mesa, negociando a paz para Angola. No decurso deste encontro foi elaborado um texto para solucionar as questões que ainda não haviam sido acordadas pelas partes nas cinco rondas, conhecidas como "*Conceitos para resolver as questões ainda existentes entre o governo e a UNITA*"<sup>321</sup>. A pentapartida foi a sequência dos encontros que tiveram lugar em Washington, a 12 de Dezembro, entre o Secretário de Estado James Baker e Pedro de Castro Van-Dúnem (Lóy), Ministro das Relações Exteriores de República Popular de Angola e entre Eduard Chevardnadze, Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética e Jonas Savimbi<sup>322</sup>. Em Portugal discutia-se a paz e cessação das hostilidades, criando condições para a sexta ronda negocial. No interior de Angola a UNITA continuava a ofensiva militar cercando as províncias do Bié e do Luena<sup>323</sup> e esta situação criou impasses nas conversações. Para se voltar à mesa negocial, realizou-se

---

<sup>318</sup> José de Matos Correia, op. cit., pp. 115-116; ; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 28.

<sup>319</sup> José de Matos Correia, op. cit., pp. 116.

<sup>320</sup> Cf. Declaração conjunta do encontro a cinco sobre Angola, foi publicada na Revista *Política Internacional*, n.º 4, Verão 1991, p. 21.

<sup>321</sup> José de Matos Correia, op. cit., p. 117.

<sup>322</sup> George Wright, op. cit., p. 298.

<sup>323</sup> *Ibidem*.

entre 4 a 5 de Março de 1991, uma reunião tripartida – Portugal, Estados Unidos e União Soviética<sup>324</sup>.

Passados 16 anos de um dos maiores e mais prolongados conflitos ao sul do Sahara, na costa ocidental de África, a 31 de Maio de 1991, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, José Eduardo dos Santos encontrou-se com Jonas Malheiro Savimbi e assinavam o Acordo de Paz para Angola, que pôs fim à guerra<sup>325</sup>. O acto foi presidido pelo primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva, observado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro, do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Manuel Durão Barroso, de James Baker, Alexandre Brassmertnykh, e Javier Perez de Cuellar; do presidente em exercício da OUA, o ugandês Yoweri Museveni<sup>326</sup>, do secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen e de personalidades do corpo diplomático e eclesiástico acreditado em Portugal; da parte do governo angolano e da UNITA, estiveram presentes as principais personalidades ligadas às conversações, iniciadas em Évora, em Abril de 1990. Para enfatizar o acto, que constituía uma viragem decisiva na evolução da crise angolana, José Eduardo dos Santos na sua intervenção, dizia: «Semeamos a árvore da paz. Não basta que a semente brote. É preciso que ela dê frutos para o povo angolano»<sup>327</sup> e Jonas Savimbi, prometeu "Nós, na UNITA e nas FALA<sup>328</sup>, faremos tudo para que esses acordos sejam integralmente cumpridos. As armas já não têm razão de ser<sup>329</sup>".

Segundo Justino da Glória (2002), Bicesse foi, precisamente, a consagração de 10 anos de diplomacia americana, que se desdobrou para levar de vencido o regime do MPLA e vencedor um dos mais importantes aliados em África, a UNITA, ao equilíbrio do poder<sup>330</sup>. Foi um triúfno para os americanos, que tinham conseguido, através da sua

---

<sup>324</sup> José de Matos Correia, op. cit., pp. 117-118; George Wright, op. cit., pp. 299-300; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 29.

<sup>325</sup> Norrie MacQueen, op. cit., p. 270; Margareth Joan Anstee, *Órfão da Guerra Fria*, p. 37; José de Matos Correia, op. cit., p. 119; George Wright, op. cit., pp. 299-300; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 29; Pezarat Correia, op. cit., pp. 52-53; Victoria Brittain, op. cit., p. 95; João Serra, op. cit., p. 9.

<sup>326</sup> Victoria Brittain, op. cit., pp. 95-96; Pezarat Correia, op. cit., pp. 52-53.

<sup>327</sup> José Eduardo dos Santos na cerimónia da assinatura do Acordo de Bicesse, in *Jornal de Angola*, 1 de Junho de 1991, p. 3.

<sup>328</sup> Designação dada as forças guerrilheiras da UNITA.

<sup>329</sup> Jonas Savimbi na cerimónia da assinatura do Acordo de Bicesse, in *Jornal de Angola*, 1 de Junho de 1991, p. 3.

<sup>330</sup> Victoria Brittain, op. cit., p. 96.

diplomacia, alterar o equilíbrio das forças em conflito, dando à UNITA a legitimidade paralela ao MPLA ou ao governo angolano.

Incontestavelmente, a diplomacia portuguesa, por este acordo jurídico de uma grande densidade, mudou de forma apreciável a trajectória dos acontecimentos. Foi uma contribuição, sem precedentes, ao fortalecimento da amizade e cooperação entre os povos de Portugal e de Angola. Desdobraram-se todos os meios diplomáticos e humanos para que o governo angolano e a UNITA resolvessem as suas diferenças à volta de uma mesa de negociações.

Pelo Acordo de Bicesse, o MPLA e a UNITA igualavam-se em termos políticos, pois nessa altura, o MPLA não mais beneficiava do apoio Soviético na totalidade, fruto da Guerra-Fria, a URSS se tinha desmoronado. Enquanto isso, os Estados Unidos continuavam a dispensar o seu apoio à UNITA<sup>331</sup>. A negociação era a única alternativa encontrada pelo governo do MPLA.

Assinado o Acordo de Bicesse, Portugal limitava-se a exercer as suas funções de observador nos órgãos de transição. Nada do que se passava, entretanto, era da sua responsabilidade; todos os acontecimentos descritos, em seguida, eram da exclusiva responsabilidade dos angolanos.

Apesar da euforia após a assinatura Acordo de Bicesse, o futuro não se apresentava risonho, apesar de que nada indicava que os acordos iriam falhar, as contradições eram muitas e tal como em 1975, temia-se que apenas uma das partes chegasse ao poder pelas eleições, e que a outra aceitaria os resultados. Entretanto, as estruturas político-militares de transição eram colocadas em funcionamento e sucediam-se as acusações mútuas de violação dos acordos. O governo do MPLA apostava na recuperação do país procurando apresentar obra feita, enquanto a UNITA tentava surpreender as acções do governo, desencadeando uma luta política que apesar de ter entusiasmado os angolanos, não se coadunava com os seus interesses.

A 10 de Novembro de 1991, o presidente da República anunciava a realização de eleições multipartidárias para a primeira quinzena de Setembro de 1992<sup>332</sup>. No final do

---

<sup>331</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 55; George Wright, op. cit., p. 302.

<sup>332</sup> George Wright, op. cit., p. 303; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., pp. 29-30; José Patrício, op. cit., p. 66.

ano de 1991, a implementação do Acordo de Bicesse estava longe de ser satisfatória quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista militar<sup>333</sup>.

Como exemplo, do ponto de vista militar, havia uma multiplicidade de factores: a presença de potências militares estrangeiras estava fora de hipótese, o que punha ambas as partes sob uma pressão tremenda, caso as coisas fossem bem-sucedidas.

Uma nova ideia surgia, entretanto, caso as duas forças armadas fossem desmobilizadas e transformadas numa única força antes das eleições e de uma nova lei constitucional; e não depois, como acontecera noutros cessar-fogos e noutras cessações de hostilidades. Era indispensável que houvesse um estrito controlo e monitorização das forças; mas o acantonamento das tropas decorria de forma imperfeita, atrasada pela UNITA em relação aos calendários previstos, retardando-se assim o processo de desmobilização simultânea e a criação de um exército nacional único<sup>334</sup>.

Também se associaram outros factores negativos: a situação sócio-económica, a pobreza, a fome e o desemprego; a desmobilização dos efectivos militares deixava mais pessoas desempregadas, bem como o controlo defeituoso sobre os armamentos o que tornava a situação favorável ao banditismo armado<sup>335</sup>.

Do ponto de vista político, verificavam-se também atrasos preocupantes: o recenseamento eleitoral era uma das prioridades deste período de transição; dificilmente se realizava, o que comprometia o acordado e exigia a opção por outros modelos de controlo eleitoral. A ordem das eleições não estava claramente acordada, apesar dos apelos dos observadores internacionais para que fossem simultâneas. A extensão da administração do território também não era feita, o que implicou a existência de áreas fora do controlo e da administração do Estado<sup>336</sup>. Numa única palavra, faltou um pouco mais de tempo de convívio e de sangue frio entre as partes. O povo não estava preparado e a sociedade internacional estava mais interessada na geopolítica do petróleo e diamantes. E assim aconteceu em Angola o que se há-de-falar por quem quiser escrever.

---

<sup>333</sup> Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 30.

<sup>334</sup> Justino da Gloria op. Cit., p. 169

<sup>335</sup> Justino da gloria op. Cit., p. 170.

<sup>336</sup> Jsustino da Gloria op.cit. p. 173.

## 2.5. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS

Depois do colapso dos Acordos de Alvor que previam no Capítulo VI, o estabelecimento de um governo de transição, baseado numa fórmula de coligação e este devia tomar posse até ao fim de Janeiro, marcar a realização das eleições em nove meses<sup>337</sup>; passando 17 anos de conflito armado e fruto dos Acordos de Bicesse realizaram-se as primeiras eleições da história de Angola, em conformidade com a Lei nº 5/92 de 16 de Abril. A exemplo de 1975, não pode haver desculpas para a forma como foram preparadas as eleições, designadamente para a completa abdicação da comunidade internacional. A já difícil situação que se vivia em Angola, o pleito ficou condenada ao fracasso a partir do momento em que as partes, sob a responsabilidade da ONU e a Troika de Observadores permitiram que o MPLA e a UNITA chegassem as eleições sem deporem as armas. Uma vez que, eram organizações políticas que não tinham qualquer experiência de convivência democrática, foram autorizados a fazerem a política com os dedos no gatilho das suas Kalashnikov.<sup>338</sup>

Mesmo sem experiência eleitoral, tanto para a classe política como para o povo, todos tinham a percepção da importância do evento. O exercício do voto por todos os cidadãos era essencial, o recenseamento era uma das prioridades deste período de transição; quanto aos outros procedimentos, eram difíceis de levar a cabo, mesmo no âmbito da CCPM e porque se de um lado a UNITA ainda controlava parte do território nacional, o que impedia o recenseamento; por outro o MPLA governo colocou um finca-pé em que, os angolanos emigrados eram cerca de 3 milhões e o exercício do seu direito de voto seria complicado ou mesmo impossível fora de Angola; a luta política subia de tonalidade e os interesses estrangeiros e futuros investidores começavam a instalar-se dificultando, a organização.

Outrossim, avizinhava-se a disputa presidencial entre José Eduardo dos Santos, Holden Roberto, Daniel Chipenda e Jonas Savimbi, fazendo pressão para que a eleição tivesse lugar antes das eleições nos EUA, em Novembro de 1992, independentemente das condições em que seriam feitas, como era o caso da não formação do exército nacional único, a grande tensão motivada pela deserção de Miguel NZão Puna e Tony da Costa Fernandes, em Fevereiro de 1992, figura de proa, que denunciaram a existência algures,

---

<sup>337</sup> Jornal da Província de Angola, Quinta-feira, 16 de Janeiro de 1975. Texto do Acordo Entre o Governo Português e os Movimento de Libertação.

<sup>338</sup> Fred Bridgland, op. cit., p. 152.

no Moxico de um suposto exército secreto da UNITA e a ausência de efectivos das FAPLA das áreas indicadas para a sua concentração, a subsequente emergência da Polícia Antimotim, formada à margem dos Acordos com auxílio da Espanha<sup>339</sup>.

Foi nessas condições e contrariando toda a expectativa da comunidade internacional em torno do processo eleitoral, as reacções da UNITA, aos resultados preliminares das eleições multipartidárias, começavam logo por ensombrar todo um processo que mesmo sem lisura que se pretendia exemplar e digno de ser seguido pelos restantes países de África.

A UNITA e os seus dirigentes, contestaram os resultados que deram a vitória ao MPLA e ao seu candidato José Eduardo dos Santos, na primeira volta das eleições presidenciais, e esta denúncia transformou-se numa clara condução do país à crise e à tensão<sup>340</sup>.

Esta página da história de Angola leva-nos as lembranças da decisão do presidente dos EUA em entrar na guerra depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001. Em que até no fim do dia, tudo estava apostado para a intervenção no Afeganistão em perseguição do Asama Biladen. Também aconteceu em Angola em que com a contestação dos resultados pela oposição, horas depois, a população civil estava armada para fazer a guerra contra os opositores contestatários, o que em condições normais levaria algum tempo para o seu rearmamento. A história deve esclarecer o que se passou de concreto e que custou ao país perdas irreparáveis dos meios humanos e materiais.

Quando o ciclo de violência pareceu terminar e dar-se início ao processo de reconciliação nacional, a guerra surgia novamente, agora com a maior tragédia, porque as partes passavam por contestar ou impor a ordem pela via armada, os resultados das eleições realizadas entre os dias 29 e 30 de Setembro de 1992, com a participação de 16 partidos políticos.

Nas eleições legislativas o MPLA ganhava por maioria (53,74%), o que lhe dava 129 assentos, enquanto a UNITA teve 36% dos votos, ou seja, 70 assentos; nas presidenciais, José Eduardo dos Santos vencia Jonas Savimbi por 49,57% contra 40,07%<sup>341</sup> e vislumbrava uma segunda volta.

---

<sup>339</sup> Jardo Muekalia, op. Cit., p.279

<sup>340</sup> Pazarat Correia, op. cit., p. 60; Victoria Brittain, op. cit., p. 109-110.

<sup>341</sup> George Wright, op. cit., pp. 312-313; Pazarat Correia, op. cit., pp. 60-61; Victoria Brittain, op. cit., p. 113 e 118.

Este resultado para a UNITA foi uma grande surpresa e não esperava esta derrota porque tudo indicava a vitória, porém esquecera-se de alguns episódios dentre os quais sublinho a conversa de Samuel Chiwale e Fernando Dias da Piedade Nandó (CHIWALE, 2008).

*“... Durante o almoço, o vice Ministro do Interior virou-se para mim e, no tom irónico que lhe era característico, disse- Mas, ó mais -velho Chiwale, vocês pensam mesmo que vão vencer as eleições?- Claro- respondi de modo incisivo. Quem participa numa eleições, fá-lo para ganhar e não para perder, não acha?- O Vice Ministro pôs-se a rir ao mesmo tempo que se justificava: - Deixe disso, mais-velho será que não vê que nós é que temos a faca o e o queijo nas mãos e que não vamos dar o poder de bandeja? Além disso, queria dizr-lhe que não é com comícios e com camponeses que se ganham as eleições<sup>342</sup>*

A escolha da paz e da democracia era uma opção consciente, livremente assumida pelo povo angolano, que rejubilava com a assinatura do Acordo de Bicesse e mesmo sem condições dava uma extraordinária lição ao participar de forma ordeira e massiva nas primeiras eleições multipartidárias. Ficando a parte que dependeria da classe política e da comunidade internacional. Com este e vários outros episódios que as partes contam e a cumplicidade de uma sociedade internacional que em Angola precisava mudar o quadro de uma corrida por espaços económicos que receava se as eleições fossem ganhas pelas outros partidos, a não ser o MPLA, as eleições foram realizadas e afiguram-se como as primeiras da história deste País.

## **2.6. AS CAUSAS E AS CONSEQUÊNCIAS DO FRACASSO DE BICESSE**

Angola: Órfão da Guerra-Fria, uma radiografia do colapso do processo de Paz neste País, título do livro da autoria de Margareth Joan Anstee, Representante Especial do Secretário-geral e Chefe da Missão de Manutenção de Paz da ONU em Angola entre 1992/93; é a única razão que explica os enigmas atrás das causas e as consequências do fracasso de Bicesse<sup>343</sup>.

Conforme referimos, terminada a Guerra-Fria para a comunidade internacional, a África em geral e Austral em particular, passou a ser uma zona de interesse económico. O

---

<sup>342</sup> Samuel Chiwale, op.cit.p.281

<sup>343</sup> Margareth Joan Anstee, op. cit., p. 30-48, Emidio Fernando, op. cit., p. 272-277



processo negocial para a paz em Angola visou o alcance da paz para o sucesso na exploração dos recursos naturais e não de um estudo profundo das causas do que esteve na base do fracasso dos Acordos de Alvor.

A negociação da paz em 1991 não dependeu da boa vontade das partes em conflito no território angolano, uma vez que, na terceira ronda, Portugal País mediano, tomou consciência de que não era possível conduzir o processo sozinho, na medida em que não tinha meios para conceder as garantias que as partes reclamavam para cessarem as hostilidades. Estas garantias passavam pelas superpotências, os principais apoiantes de cada uma das partes<sup>344</sup>.

Foi uma forja, uma vez que, aquilo que constitui a sociedade civil e líderes de opinião em Angola não foram sem quer envolvidos nem consultados, inclusive as igrejas.

As reuniões de alto nível entre os EUA e a URSS, com as partes angolanas, tiveram lugar no Departamento de Estado Norte Americano a 13 de Dezembro de 1990; de onde resultou o conhecido “ Documento de Washington” que ditou uma paz do MPLA e da UNITA<sup>345</sup> e depois o fracasso de Bicesse<sup>346</sup>.

A aplicação do processo de paz que culminaria com a realização das primeiras eleições em Angola, foi tudo preparado sob observação da comunidade internacional, sem condições<sup>347</sup>. Não havendo condições humanas, nem materiais para a verificação. Tacitamente a comunidade internacional assumiu que as eleições foram fraudulentas.

Se houve fraude, então a direcção da UNITA tinha a noção clara de que os resultados tinham sido fraudulentos. Houve grupos que se formaram posteriormente para investigar o processo, que integrava o pessoal das Nações Unidas e dos outros partidos concorrentes naquele processo eleitoral. Tudo isso está relatado em diversos arquivos da CCPM.

O relatório das Nações Unidas também provou que houve irregularidades. Se fosse um processo eleitoral feito na Europa, provavelmente teria sido repetido. Mas era Angola e como sabemos, há padrões diferentes. Há um padrão para a África e há outros padrões para a Europa ou outras partes do mundo. O cúmulo aconteceu com o lançamento do

---

<sup>344</sup> George Wright, op. cit., p. 295; Fernando Marques da Costa, Natália Falé, op. cit., p. 28; José de Matos Correia, op. cit., p. 115.

<sup>345</sup> Jardo Muekalia, op. cit., p. 272-277.

<sup>346</sup> Emidio Fernando, op. cit., p. 254

<sup>347</sup> Margareth Joan Anstee, op. cit., p.45

livro pela Representante Especial do Secretário-geral e Chefe da Missão de Manutenção da Paz da ONU em Angola entre 1992/93, Margareth Joan Anstee; a arbitro do processo pela comunidade internacional, considerando o que “viu e ouviu e concluiu” que a comunidade internacional só o admitiu porque este país é ou fora Órfão da Guerra-Fria.

Quanto à reacção da direcção da UNITA, pode se avaliar como tendo havido um alguma simplicidade, sobretudo quando se chega à conclusão de que a direcção da UNITA decidiu fazer a guerra. Todavia, verificou-se um momento de indecisão, de alguma incerteza e até de certa tensão. Aliás, existiu um processo interno de negociação entre o Governo e a UNITA em que inúmeras delegações se deslocaram ao Huambo e outras do Huambo rumo a Luanda, inclusive o Vice-presidente Jeremias Chitunda; outros ainda morreram negociando<sup>348</sup>.

Estava-se a tentar resolver a situação da crise que se vivia pelo país, naquela altura, sendo particularmente difícil determinar a responsabilidade. Registaram-se massacres na cidade de Luanda e a comunidade internacional optou na altura por questões de prudência por manter o silêncio ou que poderia ser entendido internamente como uma espécie de cumplicidade. Naquela altura em que houve massacres em Luanda, a direcção da UNITA não tinha feito qualquer declaração de guerra. Depois dos massacres de Luanda, ainda teve lugar um encontro no Namibe. Seguiu-se a chamada “limpeza as cidades”, que se alastrou às capitais provinciais; o modelo de “limpeza” utilizado em Luanda, acabando por suceder o mesmo no Lubango, no Lobito e no Huambo<sup>349</sup>.

Se há pretensão de olhar para aquele tempo com isenção, podemos concluir que houve de certa forma erros cometidos por ambas as partes, faltando nesse aspecto o que designamos de um pouco mais de “sangue frio” sobretudo dos líderes, para poderem sentar-se e analisar com maior clareza exactamente o que é que se devia fazer, para se sair da crise resultante da passividade da comunidade internacional que se aproveita sempre da falta de maturidade política dos dirigidos e dirigentes à todos os níveis. A exemplo da Primavera Árabe que esta a derrubar as culturas milenares e de tudo o que significou a África do Norte e Médio Oriente.

A desconfiança partiu mesmo do presságio inicial; aquilo o que também se chama “os ingredientes da tempestade”. Por um lado, as forças de intervenção rápida que o

---

<sup>348</sup> Samuel Chiwale cit., p. 284.

<sup>349</sup> Jaime Nongueira Pinto cit., p. 324-326

governo criou à revelia dos acordos e o rearmamento da população civil, cujo desarmamento está finalmente em curso em 2013. Foram retiradas unidades militares que deviam ser desmobilizadas, para ser formada a Polícia de Intervenção Rápida (PIR). A falta de transparência da UNITA que tinha uma espécie de um exército escondido de dez mil homens, algures no Moxico<sup>350</sup>. A ausência do convívio entre as pessoas que reforça pode ser considerada também como um dos enigmas das causas e consequências do fracasso da Paz de Bicesse. É de notar que isto em si criou a desconfiança que nunca foi debelada ao nível mais alto, quer do Presidente da República, quer do líder da UNITA.

Ora, o que aconteceu é que se foi aumentando a desconfiança e acabou-se por fazer do processo de Paz e eleitoral, uma espécie de “continuação da guerra por outros meios”, ao invés de ser parte da resolução de um conflito. O processo de paz e as eleições deixaram de ser um instrumento de resolução de um conflito e passaram a ser a continuação da guerra por outros meios. Este posicionamento responde a questão das causas e consequências do fracasso de Bicesse<sup>351</sup>.

A lição mais importante apreendida é que se deve priorizar o diálogo<sup>352</sup>. As forças principais que determinam o desenvolvimento do país têm de priorizar o diálogo, desde a condução da política nacional, as oportunidades de desenvolvimento socioeconómico, e o respeito pela diversidade. Se fizermos do diálogo a prática da nossa política, do consenso e da concertação instrumentos principais da política nacional, poderemos ganhar muito mais como nação e como Estado. A comunidade internacional que segue uma lógica da *realpolitik* tem vindo a tomar uma posição que tende a revelar o seu aparente desinteresse quer na obtenção efectiva da paz ou na concretização de guerra, defendendo apenas e somente a maximização dos seus interesses em jogo. A questão do que se passou no processo de pacificação de Angola em 1992/93, infelizmente outros povos no mundo continua a repetir as mesmas lições com tanta amargura. Vejamos a África do Norte.

Do ponto de vista académico, o diálogo pode ser incentivado através de tertúlias temáticas, conferências orientadas, contributos escritos de Centros de Estudos de toda a natureza e índole, convidados com experiências a partilharem e todo um esforço

---

<sup>350</sup> Emidio Fernando, op. cit., p. 257

<sup>351</sup> Claudio Furtunato . cit., p. 4-5.

<sup>352</sup> Peregrino Isidro Wambu Chindondo, como é que o Tio Sobreviveu ´entrevista, 10.7.2012, p. 6

compensatório nas diversas áreas de estudos científico e não só. Semear a concórdia na diferença, estudando os casos de sucessos ou aprendendo dos casos de insucessos, pode prevenir novos conflitos no futuro, evitando desperdícios de recursos nacionais.

## **CAPÍTULO III-A REDEFINIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA UNITA DE 1992 A 2002**

### **3.1. A CONTENÇÃO DEMOCRÁTICA DURANTE O CONFLITO PÓS-ELEITORAL**

Ignorando todos os percalços verificados ao longo do processo e as denúncias de fraude eleitoral por parte da UNITA e de sete outros Partidos e Coligações, bem como de candidatos concorrentes como Jonas Savimbi, Holden Roberto, Daniel Chipenda, António Alberto Neto e Simão Cacete, a Comissão Nacional Eleitoral e a Representante Especial do Secretário-geral da ONU em Angola, anunciaram a 17 de Outubro de 1992, os resultados eleitorais<sup>353</sup>.

Com anúncio dos resultados pela ONU, a convivência pacífica tornou-se irremediável e no dia 5 de Novembro, um grupo de onze oficiais generais da UNITA retirava-se do Exército Nacional Único<sup>354</sup>. Em Novembro, mais uma vez, depois de 1975, a capital do País era palco de uma escalada de guerra<sup>355</sup>.

A recusa dos resultados eleitorais pela oposição transformou-se numa guerra sangrenta. Tanto o MPLA como a UNITA não estavam preparados para enfrentar os ditames que um regime multipartidário comporta: - o de não ser eleito pelo povo para exercer o poder ou o de ser eleito e respeitar aquele que sair derrotado das eleições<sup>356</sup> e que reclama a legitimidade do que não esteve bem. Uma vez que, o que se assistiu da parte do vencedor, até candidatos e o eleitorado dos Partidos e Coligações que não tinham nada a ver com a UNITA foram alvos de agressões a todos os níveis em Luanda.

A partir deste momento o conflito evoluía de uma forma curiosa, dado que, em 1991, o MPLA e a UNITA estavam entregues a si próprios e a situação militar numa primeira fase era favorável à UNITA, a exemplo de 1975 que era favorável a FNLA até a entrada

---

<sup>353</sup> Jardo Muekalia, op. cit., p.280-281; Margarteh Joan Anstee, op. cit., pp 315-318

<sup>354</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 69; Jardo Muekalia, op. cit., p. 281

<sup>355</sup> Os activistas do MPLA mobilizaram-se para defender a capital, tal como em 1975, quando a FNLA tinha tentado tomá-la. Dos confrontos violentos, em Luanda resultavam as mortes de três grandes dirigentes da UNITA: Jeremias Chitunda, vice-presidente, Elias Salupeto Pena, representante na comissão conjunta político-militar e Alicerce Mango, secretário-geral.

<sup>356</sup> José Patrício, op. cit., p. 108.

da URSS e forças de interposição cubanas; nesta fase, até a entrada em guerra da comunidade Internacional em defesa do MPLA governo, anulando a cláusula “*Triplo Zero*” e a “*aplicação de sensações*” graduais a todos os níveis<sup>357</sup> expresso na comunicação de António Monteiro, em 2003:

*“[...] uma reunião em Moscovo, no mês de Julho de 1993, marcou o acordo dos observadores quanto à suspensão da "cláusula de triplo zero" dos acordos de Paz, caso a UNITA não desse mostras de vontade negocial. A intenção era levar a sua Direcção a reconsiderar os perigos de uma opção militar que justificaria o rearmamento das forças governamentais. A ausência da resposta positiva almejada, levou o Conselho de Segurança da ONU a decretar em Setembro o embargo de armas à UNITA, reconhecendo simultaneamente o direito do Governo angolano à legítima defesa”<sup>358</sup>.*

A UNITA tomava cerca de 85% do território nacional<sup>359</sup>, sem nunca ter atingido a capital; controlava uma parte das zonas de exploração do petróleo, da produção de café, de diamantes e grande parte dos recursos naturais de Angola, situação que enfureceu e preocupou os investidores internacionais, que durante o período de transição investiam no país.

Com a entrada da comunidade internacional na guerra, a situação tornou-se favorável ao MPLA-Governo e os enigmas por trás das eleições de 29 e 30 de Setembro de 1992, estavam esclarecidos. Mesmo com reinício de rondas negociais e a cessação das hostilidades e a véspera da assinatura do Protocolo de Lusaca na Zâmbia, em Novembro os confrontos prosseguiram, e destes destacavam-se a batalha do Huambo e do Uíge que provocava cerca de 10 000 mortes e a perda das zonas de influência da UNITA.

Em 8 dias a UNITA perdia meia centena de quilómetros de terreno no sudoeste do Huambo, cidade que se transformou numa questão de honra para Jonas Savimbi<sup>360</sup> e o seu Partido. Nessas condições, e no olhar da comunidade internacional, a UNITA perdia o seu quartel-general e marchou em direcção a norte do Huambo nos municípios do Bailundo, Mungo e Andulo, este último, terra natal de Jonas Savimbi, já na província do Bié.

---

<sup>357</sup> António Monteiro, Portugal Estados Unidos e a Guerra Angolana- uma Comunicação apresentada na Conferencia Internacional Portugal, a Europa e os Estados Unidos, p.7-8.

<sup>358</sup> Antonio Monteiro, op. Cit.:p.14

<sup>359</sup> George Wright, op. cit., p. 314.

<sup>360</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 86.

O comportamento de ambas as partes não era o esperado, os acontecimentos ultrapassavam o previsto pela mediação portuguesa e pelos observadores internacionais.

O Acordo e os seus ditames pareciam perfeitos; mas a questão enigmática que se coloca ainda hoje é de saber se, quer o MPLA, quer a UNITA, estavam preparados para os respeitar. Se assinaram este Acordo de livre e espontânea vontade ou foi por imposição da *mão invisível* dos americanos e russos, caçadores do recursos naturais.

O conflito interno atingia, em apenas dois anos, cifras impensáveis, sem paralelos nos anteriores: mais de trezentos mil mortos; cerca de um milhão de feridos; 5 capitais de provinciais e dezenas de aldeias no interior reduzidas a escombros ou completamente paralisadas, em termos sociais e económicos; importantes áreas de cultivo tornaram-se totalmente improdutivas por causa de minas; três milhões de pessoas são forçadas a abandonar as suas regiões de origem. Toda a infra-estrutura constituída por pontes, estradas, escolas, hospitais, fábricas, etc., e que havia sido recuperada no período da paz foi totalmente destruída e todos os indicadores provaram que o Acordo de Paz de Bicesse na sua concepção global, não era muito diferente do Acordo do Alvor. Formalizou-se um cessar-fogo entre as partes em conflito e definiu um processo de reconciliação e harmonização nacional, a materialização de um período de transição, que deveria vigorar até à realização de eleições para uma Assembleia Legislativa e de eleições pluralistas para a Presidência da República.

Semelhante ao que estabelecia o Acordo do Alvor, tratou apenas de um Acordo entre os beligerantes, por isso mesmo, assumiram um claro protagonismo no processo de transição. O acordo regulamentava também a constituição de uma força militar mista, as Forças Armadas Angolanas, formadas com base em contribuições proporcionais dos efectivos das anteriores estruturas militares de ambas as partes<sup>361</sup>.

Outra diferença substancial residiu no facto de que, enquanto o período de transição previsto no Alvor se destinava a preparar a transferência do poder de Portugal para os angolanos, o de Bicesse visou, no essencial, a preparação das eleições, que deveriam realizar-se num prazo de 15 a 18 meses<sup>362</sup>.

Quanto ao comprometimento e ao equilíbrio na representação das duas partes na aplicação do acordo, devia ser assegurada através da sua participação paritária em 3

---

<sup>361</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 53.

<sup>362</sup> Ibidem.

órgãos, nomeadamente, a CCPM, a CMVF e a Comissão Conjunta para a formação das Forças Armadas Angolanas (CCFA), nas quais participariam também representantes da Troika de Observadores<sup>363</sup> e outras forças vivas do País.

No Acordo figurava, compreensivelmente, a União Soviética como observador. Tendo em conta os desenvolvimentos posteriores à assinatura do Acordo, muito em particular a reunião de Alma-Ata de 21 de Dezembro de 1991, que deu lugar à criação da comunidade de Estados independentes (CEI) e as subseqüentes declarações do governo da Rússia, aceitando os direitos e obrigações internacionais da antiga União Soviética, o lugar desta última nos órgãos previstos no acordo foi assumido pela Federação Russa. Se a Rússia fazia parte da Troika, a África do Sul também devia fazer, porque tinha uma palavra a dizer na hora do aperto.

No Alvor deixara-se a fiscalização do Acordo dependente, apenas, da boa-fé das partes em conflito. Não havia qualquer participação de órgãos que lhes fossem estranhos e as Nações Unidas não foram chamadas a colaborar<sup>364</sup>.

Finalmente, uma situação de facto que diferia substancialmente da que se verificou quando se negociou o Alvor, foi o facto de uma das partes do conflito estar no poder e dominar todo o aparelho do Estado, sem dar possibilidade de manobra aos demais, inclusive o beligerante.

Bicesse podia ter contado com os ensinamentos do Alvor, até porque as raízes do conflito que se procurava solucionar era as mesma e os principais actores em presença tinham sido também parte activa deste. Os responsáveis maiores pelo Acordo do Alvor sabiam onde é que este tinha falhado e estavam em boas condições para ajudar os mediadores.

No processo tão complexo igual ao descrito com uma comunidade internacional a actuar nos moldes à vista, associado a falta de experiência democrática do povo angolano em geral e dos líderes políticos em particular, a contenção democrática transformou-se nos tristes episódios de um povo e uma nação que há-de-falar quem quiser escrever. A Diplomacia da UNITA nesta fase procurou esclarecer o que tinha passado durante a realização das eleições e que era a razão da eclosão do conflito. Porém, a comunidade internacional tinha traçado a estratégia de apacificar a região

---

<sup>363</sup> Ibidem, pp. 53-54.

<sup>364</sup> Pezarat Correia, op. cit., p. 53.

austral da África durante a década 80, rica em recursos e este projecto, durante a campanha verificou-se que só seria possível a sua materialização se o aliado fosse o MPLA no Poder. Uma vez que, durante a campanha eleitoral o discurso da UNITA não dava provas de uma cooperação fácil na abordagem atinente a matéria económica.

### 3.2 AS NAÇÕES UNIDAS E O PROTOCOLO DE LUSAKA

Nas oscilações cíclicas entre guerra e paz nas últimas décadas, as Nações Unidas desempenharam papéis diferentes em Angola. O seu envolvimento político começou nos últimos anos da década de 80 quando o Conselho de Segurança da ONU supervisionou a independência da Namíbia – sob domínio da África do Sul desde 1915, bem como a retirada das tropas cubanas estacionadas em Angola desde da década 70. Na segunda metade da década de 1990, e à medida que o seu papel na construção e manutenção da paz foi ficando cada vez mais comprometido, a ONU ficou limitada a operações de ajuda humanitária e à promoção dos direitos humanos.

Após muitos anos de impasse, um acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul e o outro entre África do Sul e a SWAPO foram assinados sob os auspícios da Organização das Nações Unidas nos Estados Unidos da América, a 22 de Dezembro de 1988.

A luz dos Acordos de Nova York a ONU teria de conduzir o processo da retirada de cerca de 50.000 soldados cubanos de Angola, as forças Sul-africanas e a consequente supervisão da independência no Sudoeste Africano (Namíbia).

No caso angolano o CS aprovou a resolução 626 que estabeleceu a primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, a UNAVEM I (United Nations Angola Verification Mission) abrangendo 70 observadores militares e 20 funcionários civis. A UNAVEM I foi extinta com a assinatura dos Acordos de Bicesse pelo governo de Angola e pela UNITA, em Maio de 1991. É importante saber-se que nos processos de diálogos conducentes ao alcance da Paz em Angola, a ONU foi sempre preterida não fez parte das rondas negociais até 1991 em detrimento da uma “Troika” de observadores constituída por Estados Unidos, Rússia e Portugal “ [...] *que me fora fornecido um Jumbo 747 para voar, mas com combustível suficiente apenas para um DC-3*<sup>365</sup>”.

---

<sup>365</sup> Margareth Joan Anstee, op.cit.:p.71



Dando seguimento ao Acordo assinado em Bicesse, o CS da ONU aprovou a Resolução 696 a 30.05.1991 que estabeleceu a segunda missão desta Organização para Angola, a UNAVEM II, cuja tarefa mesmo sem ter participado nas negociações era de verificar e observar o desarmamento, apoiar a formação de um Exército Nacional Único, a supervisão da desminagem, aprovisionar o auxílio humanitário bem como trabalhar com as partes para a extensão da administração do Estado nas áreas sob controlo da UNITA. A UNAVEM II a luz da resolução 747 do CS da ONU para levar a cabo esta tarefa contava com um número reduzido de observadores e dinheiros o que demonstrou que o processo de paz para Angola não era prioridade da comunidade Internacional: 350 militares, 90 polícias que na fase das eleições aumentar o número para 126 homens desarmados, 100 eleitorais que na fase das eleições evoluíram para 400 e um orçamento inicial magro de 132,3 milhões de dólares americanos, mais 18,8 milhões de dólares na fase do pleito eleitoral<sup>366</sup>.

*“ A operação da UNAVEM II em Angola pretendia aproveitar o sucesso do envolvimento da ONU na Namíbia e noutros lugares. Contudo, enquanto o papel da ONU na Namíbia envolvia a organização de eleições, o papel da UNAVEM II em Angola era meramente de observação e verificação das eleições. Por outro lado, na Namíbia, um país de menor dimensão e menos devastado pela guerra, a ONU tinha montado uma operação em grande escala, envolvendo mais de 6.000 pessoas; em Angola, a missão da ONU tinha de lidar com um País afectado por uma guerra civil que durara 16 anos, com as suas infra-estruturas destruídas, e com dois grandes exércitos desconfiando-se mutuamente<sup>367</sup>”.*

A missão da ONU para Angola, foi concebida como apenas uma operação de verificação e monitorização, não era nem de construção, nem de mediação, nem de manutenção, nem de imposição de paz.

*“A Representante Especial da ONU Margaret Anstee argumentava que “os países mais intimamente ligados a Angola queriam verdadeiramente que a paz fosse restaurada, mas queriam uma ‘solução rápida’, particularmente as duas super-potências, as protagonistas da Guerra Fria. [...] O resultado foi um acordo defeituoso desde o início, e um papel marginal para a ONU, fadado a ser ineficaz.” Anstee concluiu que a ONU*

---

<sup>366</sup> Margareth Joan Anstee, op. cit., p. 41 e 70-71; Guus Meijer, ACCORD. Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano, p. 28-31

<sup>367</sup> Guus Meijer, op.cit.;p.28

*não deveria voltar a aceitar envolver-se na implementação de um acordo de paz se não tivesse sido envolvida na negociação dos seus termos e mandato*<sup>368</sup>.

Nestas condições descritas acima, a missão da ONU declarou as eleições realizadas em Setembro de 1992 de uma maneira geral “livres e justas”, um veredicto apoiado pela troika de observadores, a Comunidade Europeia, a Organização da Unidade Africana, África do Sul e outros observadores internacionais.

Esta maneira da comunidade internacional decidir o destino dos povos levou à “angolanização” do conflito. Uma realidade que exigia encontrar-se uma saída e sob pressão da comunidade internacional, tentativas negociais foram agendadas que tiveram lugar em vários encontros exploratórios entre o MPLA-Governo e a UNITA afigurando-se os do Namibe, Addis-Abeba, e Abidjan, sem solução.

A indicação do maliano Alioune Blondin Beye<sup>369</sup> trazia novas esperanças para a resolução do conflito. Novas rondas negociais foram desenvolvidas, desta vez, na capital zambiana sob auspícios da ONU e com total apoio da Comunidade Internacional ao governo angolano, alegando a legítima defesa, cujo desfecho efémero seria assinatura do Protocolo de Lusaka em Novembro de 1994<sup>370</sup>.

Numa primeira fase, as conversações tinham pouca importância, visto que, estrategicamente as partes exploravam vantagens alcançadas nas acções militares. Em 7 de Outubro de 1993, o MPLA-Governo apoiando os esforços de mediação, anunciava que estava disposto a participar em conversações com a UNITA, exigindo que Jonas Savimbi aceitasse os resultados eleitorais e a devolução do território ocupado<sup>371</sup> depois das eleições. Em 1 de Novembro de 1993, a UNITA declarou em aceitar os resultados das eleições e que se dispunha a acantonar as suas tropas.

Sob mediação do Representante Especial do Secretário-geral da ONU e na presença de representantes dos governos dos EUA, da Federação Russa e de Portugal, países que compunham a Troika, começavam novas conversações em 15 de Novembro de 1993, em Lusaka. Depois de um mês, o Governo e a UNITA, chegavam ao consenso quanto “*aos princípios gerais e específicos, bem como as modalidades, incluindo a calendarização relativamente as questões militares da ordem de trabalhos*”, e as

---

<sup>368</sup> Guus Meijer, op.cit.;p.28

<sup>369</sup> Representante Especial do Secretario Geral da Nações Unidas para Angola

<sup>370</sup> Margareth Joan Anstee, op. cit., p. 683; Michael G. Comerford, O Rosto Pacifico de Angola – Biografia de um Processo de Paz (1991-2002, p.16

<sup>371</sup> Bailundo, Andulo, Lumbala-Nguimbo, Mavinga, Jamba e Mussende

mesmas incluíam – o cessar-fogo; a retirada da UNITA de todas as áreas ocupadas depois das eleições; o aquartelamento e desmobilização dos guerrilheiros da UNITA; a finalização do processo de constituição das forças armadas e o desarmamento da população civil. A 13 de Dezembro, de 1993, o governo, apresentava uma agenda com dois pontos que consistiam em *partilha e a descentralização do poder*.

A par do diálogo que decorria na capital zambiana, em Angola a luta continuava, com as FAA a ganharem terreno. No dia 29 de Janeiro de 1994, Boutros Boutros Ghali<sup>372</sup>, adiava a aplicação de sanções à UNITA pelo facto das partes demonstrarem boa vontade de se chegar ao acordo. Três dias depois, o governo e a UNITA chegavam ao acordo quanto “aos princípios gerais e específicos e as modalidades referentes a Polícia Nacional, nomeadamente, a composição da Polícia de Intervenção Rápida (PIR).

A 17 de Fevereiro de 1994, os representantes do Governo e da UNITA chegaram a um acordo sobre os referidos princípios, porém, registou-se o impasse devido a distribuição de pastas no futuro governo. A UNITA queria no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) cinco ministérios<sup>373</sup>; sete governos provinciais<sup>374</sup>, bem como, participar nas empresas de exploração petrolífera e diamantífera. Posição não aceite pelo governo e na contra proposta aceitava os ministérios de Geologia e Minas, do Comércio, Saúde e de Hotelaria e Turismo; os vice-ministérios da Defesa, do Interior, da Reintegração Social, das Finanças, da Informação, das Obras Públicas e da Agricultura; os governos provinciais do Kuando Kubango, Uíge, Lunda-Sul e em contra partida exigiam desmobilização e a sua transformação em Partido Político Civil.

Usando o beneplácito dado ao governo pela Troika<sup>375</sup> e comunidade internacional da legítima defesa, na fase derradeira das negociações, o governo fez aquisição de armamento no mercado internacional<sup>376</sup> e lança a ofensiva de grande envergadura para retomar as cidades do Huambo, Soyo e as minas diamantíferas nas Lundas antes da assinatura do Protocolo de Lusaka. Ainda no decurso das conversações a Empresa sul-africana, Executive Out Comes, forneceu instrutores para treinar tropas governamentais.

A 9 de Setembro de 1994, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, dirigiu uma carta ao CS ONU onde aludia “aceitar a fórmula da reconciliação nacional proposta pelo MPLA

---

<sup>372</sup> Secretário-geral da organização das Nações Unidas (1992-1996).

<sup>373</sup> Informação, Interior, Defesa, Finanças e Relações Exteriores.

<sup>374</sup> Uíge, Kuando-Kubango, Lunda-Sul, Benguela e Huambo

<sup>375</sup> António Monteiro, Portugal, Estados Unidos e a Guerra Civil Angola, p. 8.

<sup>376</sup> Brasil, Espanha, Ucrânia, Bulgária, Uzbequistão e China, etc

Governo e que preferia entregar a cidade do Huambo em vez da reconquista pelas FAA<sup>377</sup>; sem resposta nem da parte da ONU, muito menos da Comunidade Internacional.

A 17 de Outubro de 1994, com UNITA debilitada, humilhada e vivendo as sanções as equipas negociais chegaram ao acordo quanto ao Protocolo de Lusaka; a UNITA tinha que desarmar e integrar os seus efectivos nas FAA e a 30 de Outubro de 1994 rubricou-se o Protocolo, ficando assim acordado o dia 15 de Novembro como data da assinatura formal.

Se numa primeira fase Beye apresentou-se como hábil negociador, sem seguir o modelo utilizado pela Anstee, falhou. O substituto da Anstee tinha uma concepção errada do processo de construção da confiança ao não apostar em criar oportunidades para que os principais responsáveis da guerra pudessem encontrar pontos de acordo. Ao contrário da sua predecessora que procurava o envolvimento directo das lideranças das duas partes em conflito sempre que surgia um impasse nas negociações, Beye preferia envolver líderes regionais para pressionar e persuadir os protagonistas, e não ser ele próprio a lidar directamente com eles.

O fracasso de Beye na criação desta plataforma de entendimento entre as partes tornou-se evidente com a recusa do líder da UNITA em comparecer à cerimónia de assinatura por causa da reconquista pelas FAA da cidade do Huambo na altura, seu quartel-general:

*“O Sr. Beye decepcionou-me. Não lhe cabia a ele dizer-me que não viesse a Lusaka para a assinatura do acordo em 20 de Novembro porque era um ‘homem vencido’ ou porque não queria ser humilhado. Ele fala demais! Agora, ele quer vir aqui para se reunir comigo. Nesta altura não vale a pena incomodar-se. Eu não quero mais conversas com ele<sup>378</sup>”.*

Movidos pela pressão internacional em 20 de Novembro de 1994, foi assinado na Zâmbia o Protocolo de Lusaka. Pelo Governo foi signatário Venâncio de Moura<sup>379</sup>, pela UNITA, Eugénio Ngolo Manuvakola<sup>380</sup> e pela ONU Allioune Blondin Beye, na presença de representantes da comunidade internacional. Em simultâneo foi assinada a

---

<sup>377</sup> George Wright, op. cit., p. 351

<sup>378</sup> Guus Meijer, op. cit.;p.30

<sup>379</sup> Ministro das Relações Exterior da Republica de Angola (1992-1999)

<sup>380</sup> Secretario Geral da UNITA (1992-1994)

lei que concedia uma amnistia geral dos crimes cometidos pelos membros da UNITA contra a segurança de Estado angolano, desde as eleições de 1992. Na cerimónia estavam representantes de 29 Estados e o Presidente José Eduardo dos Santos que na altura afirmou o seguinte: *“o governo angolano pela parte que lhe cabia reafirmava o seu compromisso de implementação rigorosa do protocolo, que é a continuação dos Acordos de Bicesse*<sup>381</sup>”

O líder da UNITA não compareceu alegando não haver condições para a sua segurança pessoal. Esta ausência levantaria uma suspeita quanto ao seu empenho no acordo ora assinado e pelo facto das FMU<sup>382</sup> ter lançado um ataque contra a província do Uíge no dia seguinte a assinatura, por outro, Jonas Savimbi fez um discurso pouco claro afirmando que *“o protocolo de Lusaka era pior do que os Acordos de Bicesse e uma violação da Lei Internacional por parte das Nações Unidas*<sup>383</sup>”.

À luz do protocolo de Lusaka a 8 de Fevereiro de 1995, o CS da ONU criava a UNAVEM III, através da Resolução nº 976 e aprovou o envio de 7.000 Capacetes Azuis<sup>384</sup> para Angola, número considerado, deveras e ínfimo tendo em conta a extensão territorial da República de Angola, cuja previsão de chegada do contingente ficaria para Maio.

Também, pela primeira vez desde das eleições, um encontro de alto nível entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi acontecia em Lusaka a 6 de Maio, onde o líder da UNITA reconheceu dos Santos como Presidente de Angola e seu Presidente. Em Setembro de 1995, realizara-se em Bruxelas, capital da Bélgica, a mesa-redonda de doadores da União Europeia, onde Jonas Savimbi afirmou: *“Nunca mais trilharei os caminhos da guerra*<sup>385</sup>” .

Se por um lado o protocolo de Lusaka procurou rectificar os erros verificados nos Acordos de Bicesse por outra, concordamos com a posição sustentada pela Human Right Watch (HRW) de que uma falha muito grande na sua implementação seria a tolerância mostrada pela ONU perante grandes violações por ambos os lados, que

---

<sup>381</sup> George Wright, op.cit.:p.354

<sup>382</sup> Forças Militares da UNITA, designação que se atribuiu ao braço armado da UNITA depois da extinção das FALA, a luz do acordo de Bicesse para a constituição do Exército Nacional Único.

<sup>383</sup> Joao Paulo Guerra, Savimbi, Vida e Morte, p.239

<sup>384</sup> Forças de Manutenção da paz das Nações Unidas, fornecidas pelos Estados Membros da ONU.

<sup>385</sup> João Paulo Guerra,op.cit.:p. 320; PEZARAT, op. cit., p. 167

enfraqueceu o Acordo e gerou um clima de impunidade, o que levou após a assinatura do protocolo de Lusaka, o conflito armado conhecer novos contornos<sup>386</sup>.

Contudo, as ambiguidades continuavam, não apenas devido à má-fé da UNITA como tem sido ventilado na política angolana. A estratégia da ONU em não revelar publicamente violações dos acordos, a sua falta de transparência, a falha de investir tudo em pacotes de sanções, debilitou qualquer intenção que a UNITA ou o governo tinham em observar o protocolo de Lusaka<sup>387</sup>

Depois de várias crises, em Março de 1996, realizava-se na capital Gabonesa, Libreville outro “*tête-à-tête*” entre os protagonistas da cena política em Angola. Uma das questões-chaves neste terceiro encontro foi a oferta a Savimbi do cargo de vice-presidente de Angola por José Eduardo dos Santos. Oferta declinada no decurso do congresso da UNITA, realizado no mês de Agosto no Bailundo. A 9 de Abril de 1997, os 63 deputados da UNITA, tomaram os seus lugares na Assembleia Nacional e o GURN foi empossado a 11 de Abril com representantes de partidos com assentos parlamentar. Mais uma vez, Jonas Savimbi não compareceu na cerimónia, alegando razões de segurança.

Através da resolução 1118, em 30 de Junho de 1997, a ONU decidiu cessar a missão da UNAVEM III, substituindo-a por uma da MONUA<sup>388</sup> e ainda na mesma resolução, o CS da ONU, deu prazo à UNITA, até 15 de Agosto, para desarmar e aquartelar em definitivo as suas tropas, como esta imposição não foi aceite, a 28 de Agosto de 1997, decretou um conjunto de sanções adicionais. Através da resolução 1127, agravada através da resolução 1130, de 29 de Setembro, dando assim clara evidência da passagem da “angolanização” para internacionalização do conflito em Angola, visto que, seria pela primeira vez na história universal em que um partido político é sancionado pela ONU e nesta nova fase do conflito, a UNITA, enfrentou um contexto regional e internacional desfavorável como nunca conhecera<sup>389</sup>.

O protocolo de Lusaka teria caducado antes de entrar em vigor, fruto da sua assinatura a 20 de Novembro de 1994. Beye mostrou uma tolerância excepcional nas suas relações com as partes e tudo fez para criar um clima de confiança e compreensão. A sua morte

---

386 Michael G. Comerford, op. cit., pp. 17; João Paulo Guerra, op.cit.;pp.240 – 24.

387 HUMAN RIGHTS WATCH. Angola Unravels: the rise and fall of the Lusaka peace process, p. 6

388 Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

389 António Monteiro, op. cit., p. 13; Paulino José Cunha da Silva – As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola,p.356-359-363; João Paulo Guerra, op. Cit., p.245

prematura, no acidente de aviação a caminho da República da Costa do Marfim, a 26 de Junho de 1998, enquanto procurava apoio regional para o processo de paz, infelizmente tirou um homem no processo e abriu a rota para o retorno à guerra. Depois de um período de paz no campo militar mais um período de guerra iniciou em Dezembro de 1998<sup>390</sup>.

Na abertura do IV Congresso do MPLA em Luanda entre 5 a 10 de Dezembro de 1998, José Eduardo dos Santos afirmava que *“a única via para o alcance da paz em Angola residia no isolamento total de Jonas Savimbi e o seu Partido e que a ONU tinha falhado no seu desarmamento. As forças da ONU, não eram apenas os escudos atrás dos quais Jonas Savimbi cavou os seus diamantes e rearmou, mas, tinha aceite a ficção da desmobilização da UNITA<sup>391</sup>”*.

A ONU não tinha falhado só no desarmamento da UNITA, também, no rearmamento das FAA e população civil durante o período da implementação dos acordos. O certo é que como consequência, as Nações Unidas foram expulsas de Angola, tendo ficado apenas uma pequena delegação que fazia parte da divisão dos direitos humanos<sup>392</sup>.

A guerra estava declarada, as causas por atrás do conflito tinham mudado desde da assinatura dos acordos de Bicesse. A sede insaciável do líder da UNITA pela conquista do poder político era considerada a razão pelo retorno à guerra em 1992, porém, a luta pelo controlo dos recursos naturais (petróleo e diamante), também, ganhou importância e se tornou motivo. Finanças estatais do sector petrolífero foram investidos fortemente na compra do armamento com o propósito de resistir e acabar com a ameaça da UNITA e por sua vez, Jonas Savimbi procurou controlar uma parte dos diamantes a fim de rearmar e manter a sua capacidade militar, tudo com a conivência internacional<sup>393</sup>. A UNITA exibiu uma inesperada capacidade bélica, fortemente equipada com artilharia de longo alcance, destacando-se o Uragan<sup>394</sup>, mísseis, tanques e viaturas blindadas com o cerco as cidades do Huambo e Bié.

---

390 (RONU 1998p.81; João Paulo Guerra, op. Cit., p.247-248

<sup>391</sup> HUMAN RIGHTS WATCH, op. Cit., p.28; Barry Munslow. Angola: the politics of Unsustainable Development, Third World Quarterly.vol.20, No 3:551-568, p. 556)

<sup>392</sup>392 Michael G. Comerford, op. cit., pp. 19;

<sup>393</sup> 393 Michael G. Comerford, op. cit., pp. 19; Nicholas Howen, Peace-Building and Civil Society in Angola, a role for the International Community, a pedido the UK Foreign and Commonwealth Office e Departamento Para Desenvolvimento Internacional, p.20

394 Arma de fabrico Russo, conhecido tecnicamente Como BM 27.

Em Janeiro de 1999, o Gupo Parlamentar do MPLA na Assembleia Nacional angolana, considerou que “todos os esforços feitos pelo Estado angolano, com vista a completa desmilitarização das Forças militares da UNITA (FMU), previsto no Protocolo de Lusaka, a transformação da UNITA, num partido político, revestido de todos os direitos e deveres constitucionais, falharam, face à pretensão de tomar o poder pela força. Em consequência e com a maioria Parlamentar que ostentava, a Assembleia Nacional, aprovou no dia 27 de Janeiro de 1999, uma resolução classificando Jonas Malheiro Savimbi como um criminoso de guerra e um terrorista internacional e a SADC reconheceu que Jonas Savimbi deixaria de ser um interlocutor válido para a solução do conflito angolano<sup>395</sup>.

O papel da ONU no conflito angolano, deve ser analisado no contexto das circunstâncias históricas, tanto no plano internacional, como no contexto angolano, nas vertentes política e militar, e o mesmo só começa a ganhar contorno nos anos 90<sup>396</sup>. Os esforços da ONU no conflito angolano foram exercidos através de Resoluções, que segundo o conteúdo e a sua materialização prática, nem sempre corresponderam com as expectativas, pois, as ambiguidades e indefinição conjuntural e intrínsecas no difícil exercício de construção de vontades no interesse de uma organização multilateral.

Só assim, se compreende, que nem sempre foi possível interpretar com objectividade algumas resoluções sobre o conflito angolano, devido o peso dos mais diversos interesses geopolíticos e geoestratégicos, já que, o cenário político internacional era dominado pelas superpotências<sup>397</sup>.

O posicionamento da ONU ao longo do processo pode eventualmente revelar vários factores, – a força dos lobbies desta ou daquela parte em conflito junto da ONU; a correlação de forças e a maior ou menor composição dos interesses das potências detentoras do poder de veto no CS da ONU<sup>398</sup> e a história provou-nos que é indubitável que em todos os conflitos onde a ONU é chamada a arbitrar, espera-se por princípio, uma posição de imparcialidade, embora a percepção geral seja diferente.

---

<sup>395</sup> João Paulo Guerra, op. Cit., p.247-248

<sup>396</sup> A maior intervenção da ONU começa com a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, entre os governos de Angola, Cuba e África do Sul, mediados pelos EUA.

<sup>397</sup> Com a queda do muro de Berlim a 9 de Novembro de 1989, o mundo tornou-se Unipolar, com os EUA à cabeça.

<sup>398</sup> São membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e com direito à veto: os EUA, China, França, Federação Russa e a Inglaterra;



*“ [...] nunca o Conselho de Segurança deixa de reflectir os interesses das potências mais influentes e as contradições próprias da correlação de forças do sistema internacional dominante<sup>399</sup>”.*

No caso de Angola, o papel da ONU, verificou-se com maior dinamismo, no período em que a influência soviética se mostrou de grande importância. Sucede um período de influência americana, ao preservarem as suas relações com a África do Sul, agiram de modo eficaz para que houvesse negociações entre o Governo da RPA e as Repúblicas de Cuba e da África do Sul, que culminariam com a assinatura a 22 de Dezembro de 1988 dos Acordos de Nova Iorque. A implementação dos acordos estabeleciam a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), cuja missão fulcral era a independência da Namíbia a 21 de Março de 1990, verificar a retirada faseada, das tropas cubanas até 20 de Maio de 1991<sup>400</sup>.

No decurso das rondas negociações em Portugal, as partes no conflito, solicitaram ao Xavier Perez de Cuellar, que assegurasse a participação da ONU na verificação dos Acordos de Paz, que seriam assinados a 30 de Maio de 1991. O CS adoptou a Resolução 696, conferindo um novo mandato à UNAVEM. Desta feita a UNAVEM II, por um período de 17 meses, até a realização das eleições, e a 6 de Fevereiro de 1992, Margareth Joan Anstee, era indicada a cargo da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Angola e Chefe da UNAVEM II<sup>401</sup>. A 24 de Março de 1992, foi adoptado a Resolução 747, na qual decidiram alargar o mandato da UNAVEM II, a fim de fazer parte da supervisão do preito eleitoral, com a tarefa limitada a observação e verificação e não organizá-las, visto que, o processo foi conduzido pelo CNE, onde estavam representadas todos os partidos políticos legalizados.

Mesmo assim, a missão de observação da UNAVEM II supervisionou a campanha eleitoral, tendo contribuído na elaboração de programas de educação cívica e prestação de apoio, notabilizando-se com destacamento de 15 aviões e 45 helicópteros que jogaram um papel importante, a fim de se ultrapassar as dificuldades logísticas, para alcançar os centros de votação nas zonas recônditas e de difícil acesso. Participou ainda com 400 observadores eleitorais, em equipas de dois elementos, que cobriram as 18 províncias e a maior parte dos 164 municípios, não obstante, em função do seu número insignificante, o que impossibilitou colocar observadores em todo o processo de

---

<sup>399</sup> Paulino José da Silva, As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola, p.121

<sup>400</sup> Paulino José Cunha da Silva, As Resoluções das Nações Sobre Angola, p.123

<sup>401</sup> *ibidem*.124

contagem e em todos os centros de votação já que dos 6000 centros de votação só estiveram presente nos 4000, este facto, comprometeu a lisura do processo eleitoral de 1992.

A UNITA considerou fraudulentos os resultados e reabriram-se as hostilidades e o mandato da UNAVEM II tornou-se cada vez menos relevante, pois que, as armas falavam mais alto. No entanto, o CS prorrogou o mandato da UNAVEM II quatro vezes (4) vezes, através de Resoluções 804<sup>402</sup>, de 29 de Janeiro de 1993, 834<sup>403</sup>, de 1 de Junho, 851<sup>404</sup>, de 15 de Julho e a 864<sup>405</sup> de 15 de Setembro do mesmo ano. Numa altura que a missão da UNAVEM no interior de Angola encontrava-se confinada apenas em cinco cidades<sup>406</sup> com 350 observadores militares, 126 policiais e 14 elementos de pessoal médico<sup>407</sup>.

Washington reconheceu formalmente o governo de Angola em 1993, quando a 19 de Maio, a nova administração americana chefiada pelo Bill Clinton<sup>408</sup>, decidiu estreitar as relações entre os dois países com a criação de uma comissão consultiva bilateral EUA/Angola, cuja estratégia, era para reforçar e aprofundar uma relação que é das mais importantes daquele Estado na África Austral. Este facto político-diplomático foi de vital importância, pois que, contribuiu para uma melhor apreciação pelo CS da situação que se vivia em Angola, sobre a qual o seu governo apelou repetidas vezes para uma actuação da comunidade internacional e solicitou as Nações Unidas que tomassem “enérgicas medidas condenatórias e sancionatórias susceptíveis de obrigar de facto a UNITA a aceitar o jogo democrático e inserir-se no processo global de reconstrução do País e da reconciliação nacional<sup>409</sup> e porque o governo Americano queria liderar as políticas de exploração petrolífera e gás Natural neste território.

---

<sup>402</sup> O CS estabelece as medidas para a instauração de um governo de unidade e reconciliação nacional (GURN), na base dos resultados eleições, cujo vencedor foi o MPLA.

<sup>403</sup> O CS reitera a sua exigência a UNITA que aceite sem reserva o resultado das eleições de 1992 e cumpra integralmente os acordos de paz.

<sup>404</sup> O CS condenava as acções militares da UNITA e exigia a retirada da mesma nos territórios militarmente ocupado antes depois das eleições.

<sup>405</sup> O CS visava a proibição de toda venda e fornecimento de armas, equipamento e assistência militar, bem como venda de combustível para UNITA.

<sup>406</sup> Luanda, Lubango, Namibe, Benguela, e Sumbe.

<sup>407</sup> Paulino José Cunha da Silva, op. Cit., p.141, 148,149 e 154

<sup>408</sup> Presidente dos Estados Unidos da América (1992-2000)

<sup>409</sup> Patrício José, – Angola-EUA. Os Caminhos do Bom Senso, p. 155; Witney W. Schneidman, Confrontos em ÁFRICA. Edição de Livros Revistas, Lda. p.29.

Com a realização da reunião de Moscovo em Julho de 1993, que anunciou o fim da cláusula triplo Zero<sup>410</sup>, constituía-se uma clara evidência da coesão sem precedentes da Comunidade Internacional contra a UNITA. Por não ter cumprido os prazos das resoluções anteriores da ONU, o Conselho de Segurança considerou e decidiu a aplicar novos pacotes de sanções, com a adopção da Resolução 864, de 15 de Setembro de 1993, aquele órgão exortou os Estados membros a absterem-se de vender ou fornecer qualquer forma de apoio ou encorajamento militar, directo ou indirecto à UNITA. Concluindo que, em resultado das acções militares da UNITA, a situação em Angola constituía uma ameaça à paz e segurança internacional<sup>411</sup>.

Na mesma resolução, criou-se o Comité de Sanções do qual faziam parte todos os Estados membros e presidido por Njungana Mahungu<sup>412</sup>, cuja missão “ *era de levar à CS os informes apresentados pelos Estados ao Secretário-geral sobre as medidas adoptadas com vista ao cumprimento das obrigações sobre a proibição de vendas de armas, equipamento militar e combustível à UNITA; solicitar a todos os Estados membros informações adicionais com vista a aplicação efectiva das medidas impostas pela mesma resolução*”<sup>413</sup>.

Numa primeira fase a sua monitorização foi inútil, traduzida no facto do sancionado ter mantido e renovado forças e equipamentos militares consideráveis durante a sua vigência. Também, faltou a capacidade de impedir e condenar nesta fase do processo, uma intervenção militar do governo de Angola as Repúblicas do Congo e do Zaire (RDC).

Desde da sua entrada em vigor, em 1993, o Comité de Sanções, não reuniu praticamente até 1998, excepto uma posição tomada a 12 de Novembro de 1993, num “apelo especial” aos países vizinhos de Angola e outros da região que poderiam ter a capacidade de monitorar o tráfego aéreo e marítimo da região, para a obtenção da informação sobre violações.

É importante recordarmos que a decisão do conselho de Segurança da ONU em aplicar sanções, não veio do acaso, é saldo resultante de vários factores endógenos e exógenos não claros e que vão para além do primado na Carta da própria organização. As

---

<sup>410</sup> Os EUA e a união soviética concordavam em pôr termo ao fornecimento de material letal às forças angolanas e encorajar outros países fazerem o mesmo durante a implantação do Acordo de Bicesse.

<sup>411</sup> José de Matos Correia. Os Acordos de Paz do Estoril e a Coexistência de Ordens Jurídica – políticas, p.355

<sup>412</sup> Embaixador da República do Quênia acreditado junto da Organização das Nações Unidas.

<sup>413</sup> Michel Comerford, op. Cit., p.9

negociações de Lusaka, iniciaram a 15 de Novembro de 1993, sob a mediação da ONU e nesta altura fazia-se um compasso de espera na aplicação de sanções, aguardando-se pelo acordo<sup>414</sup>. Beye envidou esforços incluído enviou cartas a países de influência na região<sup>415</sup> e em meados de 1994, já se tinham recebido respostas excepto o Zaire<sup>416</sup>.

Perante os atrasos verificados, resultante de incumprimentos das disposições de Lusaka, Anexo 3 por parte da UNITA, a 11 de Outubro de 1996 o CS, adoptou a Resolução 1075, ameaçando sanções adicionais contra o movimento de Jonas Savimbi e sentindo-se pressionado, o comité permanente respondeu que já tinha dispensado a sua componente militar<sup>417</sup>. A luz desta confirmação, em Junho de 1997, a UNAVEM III decidiu declarar o desarmamento total das forças militares da UNITA e o cumprimento da respectiva cláusula, afirmando terem desmobilizado 65.000 militares, não obstante, analistas de vários sectores sociais terem posto em dúvida a lisura desta informação<sup>418</sup>.

O governo angolano não achando fiável a resposta, decidiu desencadear uma ofensiva atacando as bases militares das FMU no nordeste do país com o propósito de pôr em evidência e provar a ONU e a Troika que a UNITA continuava armada<sup>419</sup>. Com o axioma ora apresentado, a UNAVEM III, não teria outra alternativa se não a de prorrogar o calendário para desmobilizar os excedentes<sup>420</sup>. Mesmo depois de provado o não desarmamento da UNITA, o CS, apenas recomendou através das Resoluções 1075/96, 1087/97 e 1098/97, a formação do GURN e a entrada dos deputados da UNITA no parlamento<sup>421</sup>.

A situação tornou-se irremediável, visto que, estava-se perante dois cenários sob o olhar da ONU que foi contrária as disposições emanada no Protocolo de Lusaka. Numa face a UNITA mantinha intacto o seu exército, noutra, o governo para provar que o outro lado não tinha cumprido desencadeou uma ofensiva militar em plena implementação do protocolo.

---

<sup>414</sup> A 27 de Junho de 1993, foi nomeado como Representante Especial da ONU em Angola Alioune Blodin Beye, em substituição da Senhora Margareth Joan Anstee'

<sup>415</sup> Botswana, Zaire, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Congo

<sup>416</sup> UN, S/1996/37, de 17 de Janeiro de 1996;

<sup>417</sup> Paulino José Cunha da Silva, op. Cit., p.159 e 342

<sup>418</sup> Sobre o assunto ver o Relatório de Human Rights Watc sobre Angola publicado em Londres, em Setembro de 1999

<sup>419</sup> Carta do Presidente José Eduardo dos Santos ao Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, de 7 de Outubro de 1998;

<sup>420</sup> Nome atribuído pela UNAVEM III as força militares da UNITA depois de Julho de 1997.

<sup>421</sup> Paulino José Cunha da Silva, op. Cit., p.158-159

Foi nestas condições que CS decidiu, em 28 de Agosto de 1997, adoptar o segundo pacote de sanções contra à UNITA, expresso na resolução, 1127/97, com o carácter suspensivo até 30 de Setembro do mesmo ano. Ainda, como medidas adicionais lia-se na mesma Resolução, o congelamento das contas bancárias, proibição da movimentação dos dirigentes e o encerramento das suas representações no exterior<sup>422</sup>.

Em Outubro de 1999, a MONUA foi substituída pelo escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA), com 30 membros permanentes, até 15 de Abril de 2000<sup>423</sup>. A aplicação de sanções a UNITA mereceu críticas de vários quadrantes e não apenas do próprio movimento e seus apoiantes e muitos apontavam a sua inutilidade, bem traduzida em passividade da sua actuação.

Conheceriam a sua eficácia a partir de 20 de Janeiro de 1999, sob presidência do canadiano Robert Fowler. O Comité ampliou a sua acção focando a atenção especial nos meios e modos de impedir a neutralização dos objectivos visados pela adopção de medidas punitivas e progressivamente, as linhas de apoio logístico à UNITA foram sendo pressionadas, diminuindo de operacionalidade e enfrentando novos custos e riscos. Com o dinamismo ganho, no final de seis meses de trabalho, o Comité apresentou a 15 de Março de 2000, o “Relatório Robert Fowler”, ao Conselho de Segurança onde vários países foram apontados como tendo violado o embargo imposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>424</sup>.

O papel da Comunidade Internacional foi até certo ponto negativo. A intervenção para promover a paz era secundária em relação a defesa dos interesses económicos. A Sociedade Internacional aparentemente não entendeu a profundidade do processo e investiu tudo nos resultados das eleições e na gestão de sanções. Deixou de ter um papel relevante na busca da paz, passando meramente o reforço da cooperação económica cujo resultado, naquele contexto para o povo angolano não era de extrema importância<sup>425</sup>. Os países que compunham a Troika de observadores pecaram, quando a Rússia vendeu armas a UNITA e ao Governo entre 1995 até 1998. Os contractos

---

<sup>422</sup> Ibidem 160-161.

<sup>423</sup> O mandato da UNAVEM III, terminou em Junho de 1997, e através da Resolução nº 1118, de 30 de Junho, o Conselho de Segurança criou a MONUA, com 1.500 militares de reacção rápida

<sup>424</sup> Burkina Faso, Bulgária, Bélgica, África do Sul, Togo, Portugal, Estados Unidos, Zaire e Ruanda, etc.

<sup>425</sup> Agora, (1997-2002) jornal privado nacional, vários artigos.

militares entre os governos português e angolano foram assinados em 1996, durante a implementação do protocolo de Lusaka<sup>426</sup>.

Por outro é importante salientar que a lógica da génese da Troika foi clara antes do Bicesse, já que tanto o Governo como a UNITA tinham as bases de apoio externo na URSS e nos EUA no mecanismo, com Portugal assumindo o papel de mediador. Com o reconhecimento formal do Governo angolano pelos EUA em 1994, a Troika deixou de existir, terminando assim, o equilíbrio de poder na grande tribuna internacional, visto que, a linguagem no Conselho de Segurança era a mesma, ficando a UNITA desamparada.

A opinião do governo angolano sobre a intervenção da Comunidade Internacional no conflito angolano variou entre a positiva à frustração e condenação, visto que, em Janeiro de 2002, José Eduardo dos Santos louvou o envolvimento da Sociedade Internacional, especialmente na implementação de sanções contra a UNITA<sup>427</sup> (J.A, 2002) e por contraste, em Dezembro de 1998 foi crítico em relação aquela organização por ter permitido o movimento de Jonas Savimbi rearmar-se enquanto a ONU mantinha a sua observação<sup>428</sup>. Sem o apoio da Sociedade Internacional, a diplomacia da UNITA começou a provar a sua derrocada. Não é por falta de habilidade. A diplomacia de qualquer Estado ou organização não tem capacidade para sobreviver se internamente os militares fracassam.

### **3.3 OPERAÇÃO RESTAURO E O FIM DA GUERRA CIVIL**

Como já dissemos as relações diplomáticas entre Estados e organizações políticas e não políticas, movem-se com base em interesses e não em amores, aquilo que podemos chamar espaço vital de uma unidade política na arena internacional. A UNITA e Jonas Malheiro Savimbi, nos anos anteriores, sobretudo na época da guerra fria, nas relações diplomáticas com o ocidente liderado pelos EUA enquadravam-se na política geral de combate ao comunismo. É evidente que não foram somente os Estados Unidos que beneficiaram desta relação. A UNITA também beneficiou desta relação, para levar acabo os seus objectivos. Terminada a guerra fria, claro que o quadro se alterou, o desenho era diferente do ponto de vista da diplomacia Norte americana. A África Austral deixou de constituir zona de importância para o confronto militar das grandes

---

<sup>426</sup> Michel Comerford, op. Cit., p.87e 86

<sup>427</sup> JORNAL DE ANGOLA. Comunicado do Estado-maior general das Forças Armadas Angolanas sobre a morte de Jonas Savimbi.

<sup>428</sup> Michel Comerford, op. Cit., p.87-90; Barry Munslow, op. Cit., p.566

potências, porém, passaria a ocupar no contexto das nações, um espaço vital às disputas económicas (petróleo e diamante), onde tudo dependia da máxima maquiavélica “os fins justificam os meios<sup>429</sup>”. Os EUA queriam liderar a exploração dos recursos naturais em Angola, uma vez que, o País é potencial em petróleo, gás natural, etc. E até pode se perceber que em nenhum momento da história de Angola se pode assumir que o governo americano foi inimigo do governo angolano e do MPLA. Os EUA foram inimigos da expansão do comunismo no mundo. Se não fosse a proclamar a independência o MPLA, fosse a FNLA ou a UNITA e assumir o mesmo alinhamento ideológico o Governo americano teria agido da mesma maneira. São interesses em Jogo. Economicamente as empresas petrolíferas americanas na geopolítica do petróleo estão a explorar o petróleo na província de (cabinda) Angola desde de 1961. O que significa que durante os anos de guerra de Angola (1875-1991), os governos dos EUA e de Angola negociavam o petróleo na bolsa de valores. A base de exploração petrolífera americana de Malongo situada na província de Cabinda durante os anos de guerra (1975-1991) era guarnecida militarmente pelas forças de interposição cubanas e a URSS sabia. Uma relação económica de amizade entre EUA-Angola-Cuba, numa cooperação para a segurança colectiva.

Portanto, a América precisava de mudar no quadro de uma corrida por espaços económicos que receava perder e queria consolidar o seu interesse económico na área do petróleo e expandir o campo de acção para o gás natural. No discurso de tomada de posse a 20 de Janeiro de 1993, Bill Clinton afirmava que “a UNITA e Jonas Savimbi constituíam ameaça para os interesses americanos no mundo”<sup>430</sup>, posição consolidada com o reconhecimento do Estado angolano pela sua administração em 19 de Maio de 1994, acto que simbolizou o fim imparcial da missão da “Troika” de observadores e do CS em relação ao conflito angolano<sup>431</sup>.

Vários pacotes adicionais de sanções são aplicadas a UNITA e o Governo de Angola diplomaticamente recebeu da Sociedade Internacional o beneplácito tácito para explorar a sua política externa<sup>432</sup>. Em 24 de Agosto de 1998, num Comunicado do Comité Permanente a UNITA anunciava “cessar e ignorar a partir desta data, toda e qualquer colaboração” com os países da Troika e a ONU. Diplomáticamente nestas condições a

---

<sup>429</sup> Diogo Freitas do Amaral. Op. Cit., p. 212;

<sup>430</sup> No seu discurso de tomada de posse como 42º presidente dos EUA, na política Externa

<sup>431</sup> José de Matos Correia, op. cit., p.399; José. Patrício,op.cit.; p. 163.

<sup>432</sup> António Monteiro, op. Cit., pp.11

derrocada estava desenhada de qualquer diplomacia. Foi assim com o Zaire do Presidente Mobutu Sesseko, foi assim com a Líbia do Coronel Moamar Kadhafi e será assim com todos.

Motivado pela relação favorável com a Sociedade sociedade internacional, dias depois, José Eduardo dos Santos, numa carta dirigida ao Secretário-geral e ao CS da ONU comunicava a decisão do governo angolano “em romper definitivamente o diálogo com Jonas Savimbi”. A “Troika” reagiu com um encontro dos três responsáveis pelos negócios estrangeiros<sup>433</sup> em Nova York, “reafirmando a validade do protocolo de Lusaka e enviou uma carta a Jonas Savimbi”, sem resposta<sup>434</sup>.

Seria neste contexto que o governo angolano com a Comunidade Internacional, depois de várias operações para determinar as reais capacidades endógenas e exógenas que norteavam a máquina estratégica da UNITA dava início a 1ª fase da “Operação Restauro” que consistiu em desarticular no plano externo os lobbies diplomáticos, manter as sanções, cortar a base de abastecimento logístico que culminaria com a intervenção militar das forças armadas angolana nas Repúblicas do Zaire<sup>435</sup> e do Congo, sem condenação da Sociedade Internacional<sup>436</sup>.

No início de Dezembro de 1998, depois de consolidada a intervenção externa, no plano interno, as FAA, davam início militarmente a 2ª fase da mesma operação com objectivo de desarticular o sistema de direcção, fontes de rendimento logístico, reduzir a capacidade combativa das suas forças e repor a administração do Estado nas localidades sob seu controlo cujo saldo resultante seria a queda do Andulo, Bailundo, Jamba e as zonas de exploração diamantífera nas Lundas Norte e Sul<sup>437</sup>.

Expulsa dos seus Santuários, a UNITA perdera pela primeira vez o estatuto de Estado paralelo que ocupava com a continuidade político-administrativa de uma parte do território desde de Bicesse, porém, não significou a sua derrocada, tendo optado pela luta de guerrilha. Nesta perspectiva as FAA prevenir as consequências da nova estratégia, desencadeavam entre Setembro 1999 e Agosto de 2001 três operações militares “Hexágono, Triangulo e Malange” que visavam a destruição da direcção e sua protecção, recuperação de paióis e depósitos de produtos alimentares, retirar as

---

<sup>433</sup> Madeleine Albright (EUA), Igor Ivanov (Rússia) e Jaime Gama (Portugal)

<sup>434</sup> António Monteiro, op. Cit., p.12

<sup>435</sup> República Democrática do Congo desde de 1997.

<sup>436</sup> José Patrício, Op. cit.; p.258; Jaime Nogueira Pinto, op. Cit.; pp.431-433. Jardo Muekalia, op. Cit.; pp.317.

<sup>437</sup> Diogo Freitas do Amaral op. Cit., p. 212-213;



populações sob seu controle e não permitir que a direcção da UNITA se instalasse na região Norte de Angola<sup>438</sup>.

Com base nas informações obtidas durante a realização das três operações onde seriam descobertas novas intenções e capacidades reais, em Outubro 2001 as FAA davam início a 1ª fase da “Operação Kisonde”, com objectivo fundamental de localizar o paradeiro do líder da UNITA, bem como os principais dirigentes<sup>439</sup>.

Fruto dos resultados de dados obtidos através de prisioneiros e oficiais desertores a vários níveis até da sua guarda pessoal, em Fevereiro de 2002 as forças armadas angolanas davam início a 2ª fase da “operação Kisonde” denominada “Perseguição Impiedosa” que consistiu no aniquilamento e que culminou com a sua morte em combate<sup>440</sup>. A morte de Jonas Savimbi no Lucusse, a 22 de Fevereiro de 2002 transformou a cena política em Angola e criou novas possibilidades para a paz e passos largos foram dados nas semanas seguintes<sup>441</sup>.

Como dizia Jorge Borges de Macedo citado por Pinto (2008p.501) que “ os cemitérios de todo mundo estão cheios dos amigos dos americanos”, um dia depois da morte de Jonas Savimbi, José Eduardo dos Santos rumou para Washington, em visita de Estado e na qualidade de comandante em Chefe das FAA ordenava a cessão das hostilidades em todo o território onde as FAA se encontravam e posterior “um cessar-fogo” que entrou em vigor à meia-noite do dia 13 de Março, fazendo parte de um plano de 15 pontos elaborado pelo governo de Angola, para assegurar a paz<sup>442</sup>.

A agenda tratou das questões atinentes a desmobilização das forças militares da UNITA (FMU) e a sua reestruturação no partido político legítimo. Uma amnistia geral a fim de promover a reconciliação nacional a todos os níveis, a reposição da administração do Estado em todo território, a aprovação de uma nova constituição, a elaboração de um registo eleitoral que serviria para a realização das eleições e a promoção da tolerância e perdão.

---

<sup>438</sup> Jaime Azulay . OP. cit.:p. 5; Urbano Chassanha, Angola – Onde os Guerreiros não Dormem, p. 149-153;

<sup>439</sup> Francisco Pereira. Operações Restauro e Quissonde – Conferência aos Alunos do Curso de Adidos Diplomáticos e do Curso de Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais Luanda, 23 de Setembro de 2003. P.15-16

<sup>440</sup> Alcides Sakala, as Memórias de Um Guerrilheiro.p.426-427; António Monteiro, op. Cit., p.12-13

<sup>441</sup> Michel Comerford, op. Cit., p.87-90; Jaime Nogueira Pinto, op. Cit.; pp.330; Samuel Chiwale, op. Cit., pp.295, Jornal de Angola. Comunicado do Governo de Angola sobre a morte de Jonas Savimbi, p.1

<sup>442</sup> Jornal de Angola , op. Cit., p.1-5; ; Jaime Nogueira Pinto, op. Cit.; pp.496

Entretanto, a 4 de Abril de 2002, era assinado o protocolo complementar para materializar os compromissos e obrigações do Protocolo de Lusaka pelos generais, Armando da Cruz Neto<sup>443</sup> e Abreu Muengo Ukwachitemo Kamorteiro<sup>444</sup>, ratificado pelo presidente José Eduardo dos Santos, na presença de observadores internacionais. O Representante da UNOA descreveu o “protocolo” como um momento impar na história de Angola e a luz deste fez-se caminhar para os 38 campos de aquartelamento mais de 105.000 militares da UNITA e as suas famílias<sup>445</sup>.

Com envolvimento da Sociedade Internacional (ONU e potências de então em 1961) e o mesmo cenário desde 1992 (ONU e potências actuais), terminava assim o alastramento de um dos maiores e mais prolongados conflitos de que há registos no continente africano ao sul do equador na costa ocidental, depois da segunda Grande Guerra, em 2002.

Como nenhuma outra organização, o percurso e a actividade da UNITA em todas as abordagens, confunde-se com o percurso e actividade do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi. Com a morte de Jonas Malheiro Savimbi a Diplomacia da UNITA de 1964 a 2002 conheceu o ponto mais alto da sua derrocada. Porém, antes do líder morrer deu a última orientação como a diplomacia devia actuar nesta fase delicada a longa marcha para salvar a UNITA, no contexto histórico angolano, numa mensagem enviada a Jardo Muekalia datada de 11.11.2001 e refere:

*«Carissimo Rapassódia 11.Nov.de2001*

*[...]. O inimigo , com apoio directo dos tucas, na experiência de que se gabam publicamente nas suas relações de cooperação militar, aplicam a técnica dos anos 70 que nós conhecemos e que levou a FNLA e o MPLA a deixar o país em 1972. É queimar tudo e matar tudo. Queimam celeiros, arrancam as mandioqueiras, minam lugares de trânsito ou de acarreto de água, apanham as populações[...]. Como quadrícularam as áreas com as tropas ditas de quadrículas, usando massivamente os helicópteros, as áreas ficam de fome extrema e de manobras constantes muito apertadas. Com uma massa avaliada em 100.000 pessoas que foram para o leste, pensando na guerrilha passada, a coisa ficou complicada. Com esse tipo de Guerra entrou com a saída do de Matos e inspirada pelos norte-coreanos e o Lin Pião, aplicando mais os nossos soldados rendidos, está a deixar um traumatismo profundo.*

---

<sup>443</sup> Chefe do Estado-maior General das Forças armadas Angolas (FAA) 2001-2003.

<sup>444</sup> Chefe do Alto Comando das forças Militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (FMU).

<sup>445</sup> Michel Comerford, op. Cit., p.19-20

*Uns são realmente capturados e outros mais fracos se rendem [...]. Há dias em que temos de marchar 12 horas sem parar e manobrar com fogos laterais. O mês de Outubro foi muito difícil. Mas a fé mantém-se e o moral está onde esteve há 43 anos. Gosto do provérbio que diz que um homem sentado já não pode cair, só espera levantar-se.«A determinação de JES é capturar-me ou matar-me para destruir o Partido[...]. Temos de manter a diplomacia da paz da reconciliação nacional através do diálogo inclusivo, como a nossa bandeira, porque congrega a maior parte dos partidos angolanos. Mais Velho, Epístola<sup>446</sup>».*

Esta última orientação jogou um papel fundamental nas negociações conducentes a assinatura do protocolo complementar para materialização dos compromissos e obrigações do Protocolo de Lusaka, ratificado a 4 de Abril de 2002. A componente diplomática da UNITA desempenhou um papel preponderante nos dias que se seguiram a morte de Jonas Malheiro Savimbi, esclarecendo a Comunidade Internacional as reais intenções do Governo Angolano.

### **CRONOLOGIA COMPARATIVA DE EVENTOS EM ANGOLA E NO MUNDO 1482 E ENTRE 1929 a 2012**

	<b>ANGOLA</b>	<b>MUNDO</b>
<b>1482</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chegada dos Portugueses em Angola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fase de descobrimentos do continente Europeu</li> </ul>
<b>1929</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação em Luanda da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crise financeira internacional provocada pela I Guerra Mundial de 1914-1918</li> <li>• Decadência da Europa da Europa do pós-conflito.</li> </ul>
<b>1945</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revoltas populares contra a colonização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da ONU</li> <li>• Trygve Lie eleito Secretário-geral da ONU a 2 de Fevereiro de 1946.</li> </ul>

<sup>446</sup> Jardo Muekalia, op.cit.;p.320-321

<p><b>1953</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação do PLUA-Partido da Luta dos Africanos de Angola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Carta da ONU reconhece a autodeterminação dos povos oprimidos ou colonizados.</li> <li>10.4-Dag Hammarskjold eleito Secretário-geral da ONU</li> </ul>
<p><b>1954</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Julho, fundação, em Leopoldville (Kinshasa) da UPNA - União das Populações do Norte de Angola, sob a presidência de Roberto Holden Roberto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O despertar do Nacionalismo na Ásia e na África Inglesa e Francesa</li> </ul>
<p><b>1955</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola participa na conferência dos Alinhados em Bandung.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>18-24.4- Conferência dos Movimentos não-alinhado em Bandung (Indonésia).</li> </ul>
<p><b>1956</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>10 de Dezembro Fundação do MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola (fusão do PLUA e do MIA-Movimento pela Independência de Angola).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Movimento internacional em prol Independência das Colonias portuguesas.</li> </ul>
<p><b>1958</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 1958 a UPNA passa a chamar-se UPA-União das Populações de Angola.</li> </ul>	
<p><b>1959</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jonas Malheiro Savimbi embarca para Portugal a fim de frequentar a Medicina em Coimbra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Independência do Ghana (1º País Africano independente e Kwam Krumah é o 1º Presidente).</li> </ul>
<p><b>1960</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Movimento revolucionário angolano mais activo impulsionado pelas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Independência (Descolonização) da África Francesa e Ingresa.</li> </ul>

	Independência do congo Belga.	
<b>1960</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação do GRAE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 30.6- Independência do Congo Belga (actual RDC).</li> </ul>
<b>1961</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6.1- Revolta de agricultores de algodão na Baixa do Cassanje;</li> <li>• 4.2, Revolta (assalto) popular às prisões de Luanda;</li> <li>• 15.3, Início da luta armada em Angola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20.1- John F. Kennedy eleito Presidente dos EUA;</li> <li>• Assalto ao paquete Santa Maria, pelos Militares revoltos Portugueses;</li> <li>• Golpe Militar em Portugal orientado pelo Mistro da defesa Moniz de Almeida;</li> <li>• 30.11- U Thant eleito Secretário-geral da ONU.</li> </ul>
<b>1962</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 27.3- Fusão da UPA e o PDA Fundam a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).</li> </ul>	
<b>1963</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi participam na fundação da OUA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgimento da OUA</li> <li>• Morte de John Kennedy (EUA).</li> <li>• Guerra do Vietnam</li> </ul>
<b>1964</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação da AMANGOLA</li> <li>• Primeira fase da Diplomacia da UNITA;</li> <li>• Cimeira da OUA em cairo Jonas Savimbi abonadona a UPA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• China e países Europeus apoiam os Movimentos de Libertação em Angola.</li> </ul>
<b>1965</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• China treina os Militares da UNITA e Jonas Malheiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A República Popular da China estreita Relações Diplomáticas com UNITA.</li> </ul>

	Savimbi.	
<b>1966</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13.3- Fundação da UNITA.</li> <li>• Ataque da UNITA a vários Quarteis que culmina e Teixeira de Sousa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 25.12- Reconhecimento Internacional da UNITA depois de ataque a Teixeira de Sousa (Lwau- Moxico).</li> </ul>
<b>1967</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jonas preso na Republica da Zâmbia por ataques da UNITA ao C.F.B.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zâmbia sofre pressão do Egipto e outros Estados africanos para entregar Savimbi.</li> </ul>
<b>1968</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da Extração do petróleo em Cabinda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 27.9, morre António de Oliveira Salazar eleito presidente de Portugal a 5.7.1932;</li> <li>• 27.9-Marcelo Caetano assume a Presidência.</li> </ul>
<b>1974</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordos entre o Exercito Português e os MLN;</li> <li>• Acordos entre os MLN (FNLA, MPLA e UNITA)</li> <li>• 16-21.3- Acordos de Nakuro entre os 3 MLN sob mediação Presidência de Zee Zomo Kenyata.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Kurt Waldheim eleito Secretário-geral da ONU a 1 de Janeiro de 1972;</li> <li>• Secessão das hostilidades do contingente Militar Português Estacionado em Angola;</li> <li>• - Golpe Militar em Portugal Movimento das Forças Armadas Portuguesas;</li> <li>• 15.5- Spínola eleito Presidente da República;</li> <li>• 30.9 Spínola renúncia ao cargo;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• 30.9- Costa Gomes eleito presidente.</li> </ul>
<b>1975</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 15.1- Acordos de Alvor</li> <li>• - Toma Posse o Governo de Transição;</li> <li>• -Independência de Angola e a Guerra Civil entre o MPLA, UNITA e FNLA;</li> <li>• - Portugal deixa Angola;</li> <li>• - 11.11-Proclamação Unilateral da Independência pelo MPLA;</li> <li>• 2ª Fase da diplomacia da UNITA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procura de espaços entre as duas potências resultantes da II Guerra Mundial;</li> <li>• - Intervenções militares (África do sul, ANC, Congo, Cuba, EUA, FERELIMO, URSS, SWAPO, Zaire,</li> <li>• - Conflito Leste- Oeste</li> <li>• Reconhecimento do Estado Angolano pela República Federativa do Brasil;</li> <li>• EUA Combate o Comunismo no Mundo.</li> </ul>
<b>1976</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8.2- Expulsão da UNITA na Cidade do Huambo;</li> <li>• A UNITA Realiza o IV Congresso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento pelo ONU e OUA com veto dos EUA.</li> </ul>
<b>1977</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• - Intentona de Nito Alves no MPLA;</li> <li>• -Presidente do MPLA Antonio Agostinho Neto Visita a República do Zaire;</li> <li>• FNLA é expulsa do Zaire e enfraquece na Luta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente Americano Nixon renúncia o Poder EUA;</li> <li>• - Zaire sofre a invasão dos Catangueses com apoio de Angola;</li> <li>• -Mobutu a autoriza Savimbi para ter o Zaire como sua base de Apoio</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ELNA (Exercito da FNLA) integra as FAPLA (Exercito do MPLA).</li> </ul>	externo.
<b>1978</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A ONU aprovada por unanimidade a Resolução 435/78.</li> </ul>
<b>1979</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Morte de Agostinho Neto na Rússia</li> <li>José Eduardo dos Santos assume a Presidente da República;</li> <li>Fundação da base Central da UNITA Na Jamba (K. Cubango).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A UNITA abre representações em Marrocos e vários países africanos.</li> </ul>
<b>1981</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Jonas Savimbi recebido na Casa Branca (EUA);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ronald Reagan é eleito presidente dos EUA</li> </ul>
<b>1982</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1-Javier Pérez de Cuellar eleito Secretário-geral da ONU.</li> </ul>
<b>1985</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jonas Savimbi recebido na Casa Branca;</li> <li>Reunião na Jamba da Internacional democracia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Delegação do Presidente Africa do Sul Visita a Jamba;</li> <li>Parlamentar Europeus visitam a Jamba;</li> </ul>
<b>1986</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jonas Savimbi visita a casa Branca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ronald Reagan recebeu no Salão Oval da Casa Branca Jonas Savimbi; e distinguido como</li> </ul>



		combatente pela Liberdade.
<b>1988</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saídas das forças cubanas;</li> <li>• Saída da SWAPO;</li> <li>• Saída do ANC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assinatura dos Acordos de Nova Iorque;</li> <li>• Independência da República da Namíbia.</li> </ul>
<b>1989</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jonas Savimbi visita EUA;</li> <li>• -Ofensiva governamental Último Assalto;</li> <li>• -Batalha do Kuito Kwanavale .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novembro, George H. W Buch presidente eleito dos EUA.</li> <li>• A Casa Branca Jonas Savimbi;</li> <li>• 22.6 -Cimeira Gbadolite (Zaire);</li> <li>• 9.11-Queda do Murro de Berlim.</li> </ul>
<b>1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rondas Negociais de Paz, MPLA-UNITA:</li> <li>- 24.4- Évora- Portugal;</li> <li>- 16.1-Oeiras S. Julião da Barra;</li> <li>-27.8- Instituto de altos Estudos Militares-Portugal;</li> <li>24.9, Sintra, Academia Militar da Força Aérea-Portugal;</li> <li>20.11 Estoril- Portugal;</li> <li>-13.12- Departamento de Estado (Washington DC-EUA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 11. 2- A Libertação de Nelson Mandela líder do ANC e fim do apartheid na África do Sul.</li> </ul>
<b>1991</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• - Março- A UNITA realiza o VII Congresso (Jamba)</li> <li>• 4.3- 5ª Ronda Negocial- Lisboa-Portugal;</li> <li>• - 31.5- Assinaturas dos Acordos de Bicesse</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmembramento da URSS</li> <li>• Fim da Guerra- Fria</li> </ul>
<b>1992</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª Eleições Legislativas e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1.1- Boutros Boutros-Gali eleito Secretário-geral</li> </ul>

	<p>Presidenciais em Angola Ganha pelo MPLA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• - 3ª Fase da Política Externa da UNITA;</li> <li>• - Reinício do Conflito pós-eleitoral;</li> <li>• - Dirigentes da UNITA são Mortos em Luanda pelo MPLA.</li> </ul>	<p>da ONU</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada de Apoio dos EUA a UNITA;</li> <li>• - A França Estreita Relações com a UNITA;</li> <li>• - 20.11, Bill Clinton presidente eleito dos EUA.</li> </ul>
<b>1993</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• - A UNITA ocupa <math>\frac{3}{4}</math> do território Nacional militarmente incluído as a província do Huambo e Uíge.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20.1- Bill Clinton toma posse nos EUA e no discurso considera Jonas Savimbi e a UNITA como ameaças para os interesses americanos no mundo;</li> <li>• O CS da ONU adaptou Sanções contra a UNITA;</li> </ul>
<b>1994</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As FAA ocupam a cidade do Uíge e do Huambo;</li> <li>• - Assinatura do Protocolo de Lusaka (Zâmbia).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O CS da ONU adaptou pacote adicional de Sanções contra a UNITA;</li> <li>• O governo Americano reconhece o governo Angolano.</li> </ul>
<b>1997</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenção militar de Angola na Repúblicas Congo e Republica do Zaire.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1.1-Kofi Anan eleito Secretário-geral da ONU - Golpe Militar na República do Congo;</li> <li>• - Mobutu Sesseko é derrotado na Guerra na República do Zaire.</li> </ul>
<b>1998</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início do conflito pós-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 19.11- Conferencia sobre Angola no Centro de</li> </ul>

	<p>Lusaka;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rearmamento da UNITA;</li> <li>• Rearmamento do governo de Angola com a comunidade internacional.</li> </ul>	<p>Estudos Estratégicos Washington D.C- EUA- decide acabar com Jonas Savimbi.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanções adicionais da ONU A UNITA</li> </ul>
<b>1999</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação Restauro das Forças Armadas Angolanas contra a UNITA e Jonas Savimbi.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Comité de Sanções da ONU presidido pelo Canadiano Robert Foller exorta o cumprimento de Sanções contra a UNITA.</li> </ul>
<b>2001</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• George W. Bush, presidente eleito dos EUA,</li> <li>• 11.9- Ataque terrorista do World Trade Center.</li> </ul>
<b>2002</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 22.2- Morre em combate Jonas Savimbi, líder fundador da UNITA-Derrocada.</li> <li>• 4.4-Acordo de Paz entre a UNITA e o Governo de Angola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 23.2- José Eduardo dos Santos é recebido na Casa Branca</li> <li>• Levantamento das Sanções contra a UNITA.</li> </ul>
<b>2003</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UNITA realiza o IX Congresso e Isaiás Samakuva eleito presidente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>2008</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2ª Eleições Legislativas (sem a eleição presidencial) ganhas pelo MPLA com maioria absoluta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ban Ki-Moon eleito Secretário-geral da ONU eleito a 1 de Janeiro de 2007;</li> <li>• Barak Obama eleito</li> </ul>

		presidente dos EUA.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2010</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Assembleia aprova a Constituição que aboliu a eleições presidenciais de forma directa.</li> <li>• O 1º nome da Lista de deputados de um Partido político/ Coligação é presidente da República.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UNITA procura no plano externos apoios para a consolidação de Estado Democrático em Angola.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2012</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 31.8- 3ª Eleição Legislativa ganha pelo MPLA, José Eduardo dos Santos é o 1º deputado da lista;</li> <li>• 26.9-Em 33 anos no Poder José Eduardo Santos tomam posse pela primeira vez como Presidente de Angola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência da comunidade internacional (EU) para a verificação das eleições.</li> <li>• EUA e a comunidade internacional pediram investigação das irregularidades de fraude durante o período eleitoral</li> </ul>

(Ver a tabela nº 1)

## **CAPÍTULO IV – O REFORÇO DA DIPLOMACIA DA UNITA NO PÓS-CONFLITO**

### **4.1. A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NA REGIÃO DA ÁFRICA - AUSTRAL E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

A importância de qualquer Estado na arena internacional depende da sua geopolítica, definida como um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função de variáveis geográficas, tais como: a localização, a

demografia, a dimensão territorial, a topografia, os recursos naturais, que conjugado com outras variáveis como a geoestratégia e não só, de forma directa ou indirecta podem influenciar a implementação. Também, podemos admitir que a importância de um Estado na geopolítica internacional pode significar a combinação e a gestão da ciência política e da sua geografia com a finalidade de compreender as relações existentes na política externa de um Estado, organização de qualquer natureza universal, continental, regional ou sub regional em que é parte integrante<sup>447</sup>.

A importância da geopolítica de Angola nas relações internacionais inicia muito antes deste território situado ao sul do equador na costa ocidental do Continente africano se firmar no contexto das nações como Estado independente, estando já e presente nas dinâmicas regionais, continentais, como uma referência na geopolítica mundial das pequenas, médias e super-potências de então.

Entre 1482 a 1975, Angola, apesar de ser uma província ou outra designação que tenha recebido da metrópole foi sempre zona de importância vital para a região Austral da África e nas relações diplomáticas de Portugal com o mundo. Tendo como exemplos: as investidas económicas da América, da França, da Itália e da Bélgica representados pelas empresas monopolistas de exploração petrolífera como Cabinda Gulf Oil, a Elf Aquitaine e Agip; o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), uma linha ferroviária construída a partir de 1899, que liga o Oceano Atlântico ao Índico, a partir da cidade portuária do Lobito na província de Benguela, foi concebido com objectivo de dar acesso ao interior do continente africano no processo de escoamento das riquezas minerais do Congo Belga actual RDC e não só. Esta linha mostrou ser um sucesso, revelando-se muito rentável para as potências coloniais, especialmente como constituía o caminho mais curto para transportar as riquezas mineiras do Sul do Congo para a Europa<sup>448</sup>.

Esta foi a razão pela qual que Angola ficou conhecida como “*a jóia da coroa do império colonial*”. Nesta fase, Portugal fixou os seus objectivos na diversidade de recursos que o território possui e utilizou todo o tipo de estratégia para manter o controlo político, apesar da ditadura na metrópole enfrentar uma crise interna que anunciava as reformas necessárias e conseqüentemente as independências das colónias africanas.

---

<sup>447</sup> Eduardo Beny, a Nova Geopolítica o Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné, p.34; Belarmino Van-Dunem, a Geopolítica Angolana, artº. p.1

<sup>448</sup> José Maria Nunes Pereira Conceição, Angola: uma Política Externa de Crise em Contexto de Crise, p.81

Esta importância geopolítica e geoestratégica para as relações internacionais levou as intervenções que se verificaram antes da independência no País, com episódios em que, houve momentos de convergências de interesses que moveu a África do Sul do apartheid e a Organização do Trado do Atlântico Norte e não só, aliarem-se directa ou indirectamente ao regime colonizador e ditador português para combaterem os Movimentos de Libertação em Angola. Aqui, os interesses políticos foram suplantados pelos interesses económicos<sup>449</sup>. Tendo como exemplos os acordos secretos Alcora entre Portugal e África do Sul e os ataques a revolta camponesa da Baixa de Kasanje entre 4 a 6 de Janeiro de 1961, em que Portugal usou as armas fornecidas pela OTAN<sup>450</sup>, como Estado membro, sob olhar silencioso dos Estados europeus e americano, democracias milenar e da Organização das Nações Unida.

Com assinatura dos Acordos de Alvor a 15 de Janeiro de 1975, que afiguravam-se como um processo conducente à descolonização e a pacificação deste território, por causa da sua importância geopolítica na região Austral da África e nas relações internacionais em varias facetas levou as principais potências que se opunham nas suas geoestratégias de busca de zonas de influência para a expansão ideológicas em confronto (capitalismo e comunismo), que nunca colonizaram esta Zona, aproveitarem a oportunidade para intervir através de apoios diplomáticos, fornecendo material bélico, instrução militar e, em muitos casos, ajuda financeira, tal como de efectivos com valências especiais e usando como forças de interposição cubanas e Sul-africanas aos Movimentos de Libertação Nacional.

A solução para pôr fim a esta intervenção nas três dimensões<sup>451</sup> pela Comunidade internacional seria encontrada com assinatura dos acordos de Nova Iorque (1988) e de Bicesse (1991)<sup>452</sup>. Se com os Acordos de Nova York a solução pacífica para o Sudoeste Africano (Namíbia) foi encontrada, porque aqui, a importância geoestratégica era de travar o avanço do comunismo para não ocupar o Cabo de Boa Esperança ou então a África do Sul e assistimos o mundo actuar como uma comunidade internacional.

No caso angolano, por causa da sua importância geopolítica, a situação foi encarada pelos actores políticos de forma diferente, uma vez que, as superpotências em confronto

---

<sup>449</sup> Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, Alcora-o Acordo Secreto do Colonialismo, p.83,106,109,112, 120, 128.

<sup>450</sup> Organização do Tratado do Atlântico Norte-Organização de cooperação militar América e a Europa, criada no fim da II Guerra Mundial em Abril de 1949

<sup>451</sup> Guerra-fria ou conflito Leste-Oeste, guerra regional e guerra interna internacionalizada

<sup>452</sup> Luís Bernardino,op.cit.; p.334-336 e 344

tinham concertado entre si o fim das hostilidades militares para facilitar a exploração dos recursos naturais.

O processo de Bicesse conducente a pacificação teve como saldo resultante, o conflito armado interno internacionalizado que opunha a UNITA e o MPLA-governo com apoio da Comunidade Internacional, uma vez que, esta Organização dificultava a geoestratégia das superpotências neste País e não só. A solução para esta guerra foi encontrada com a morte em combate de Jonas Malheiro Savimbi em 2002.

Depois do fim do conflito armado, a importância geopolítica de Angola na região Austral de África e nas relações internacionais, decorre efectivamente do objetivo de recriar uma saída política, com equilíbrio do possível, as relações com o ocidente, pois esse relacionamento que também se pretende tenha natureza económica. Pela situação económica financeira dos países envolvidos não pode ser configurada como uma relação económica efectiva e realista. A relação tem mais um cunho de natureza política<sup>453</sup>.

Por outra, podemos dizer que, a importância geopolítica de Angola na região Austral da África e nas relações internacionais pretende se afirmar como um parceiro económico privilegiado, permitindo a sua inserção na economia mundial. A participação activa nas questões relacionadas com a integração regional na África Austral a nível da SADC<sup>454</sup>, na África Central na CEAAC<sup>455</sup>, na região do Golfo da Guiné e a continuidade das relações no seio da CPLP. Porém, Angola está inserida nas dinâmicas da região dos Grandes Lagos, na Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS<sup>456</sup>), com o objetivo do uso pacífico do Atlântico Sul. Angola acolheu em Junho/2007, a 6ª Conferência ministerial daquele organismo com participação de todos os Estados da África e da América do Sul banhados pelo Oceano Atlântico.

Nessa Conferência, Angola assumiu a presidência do órgão com mandato de dois anos. A ZOPACAS, apesar de ser uma instituição sem poder efetivo teve e tem uma grande

---

<sup>453</sup> Mercado Comum da América do Sul

<sup>454</sup> Comunidade Económica da Africa Austral – organização de cooperação económica e militar, criada em 1981 que integra 14 países: Africa do Sul, Angola, Botswana, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe

<sup>455</sup> Comunidade económica do Estados da Africa Central – organização de cooperação económica e militar- criada em 1981 que integra 11 países como: Angola, Burundi, Camarões, Congo, Chade, Gabão, Guine-Equatorial, República Centro Africano, República Democrática do Congo, Rwanda e São Tomé e Príncipe

<sup>456</sup> Uma organização de cooperação económica e militar entre a África e América do Sul criada em 1986 e integra 24 países.

importância política. Essa instituição, no seu modelo e no seu espírito permitiram a Angola – no período da presidência, 2007 – lançar as bases para a criação da Comissão do Golfo da Guiné. Aqui o interesse nacional angolano manifesta-se na estratégia de Luanda, de ao criar essa nova instituição levar em linha de conta certos interesses da economia petrolífera de países da região, mormente o interesse da Guiné Equatorial de se aproximar de Angola para poder vir a ter uma posição mais equilibrada face a seu vizinho, a Nigéria e aos interesses continentais francófonos.

Pretende-se que a Comissão do Golfo da Guiné venha tornar-se numa entidade, o mais possível equidistante de problemas regionais e internacionais. Eduardo de Jesus Beny (2007) em seu livro “A Nova Geopolítica do Petróleo Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné” aborda o papel e a importância do Golfo da Guiné no mundo do petróleo dentro da nova configuração geopolítica do petróleo. A importância desta região e o papel que representa no mundo do petróleo foi comparado em relação ao Médio Oriente, em vista do redobrado e revitalizado interesse particular pelo petróleo africano. O autor analisa de modo abrangente as razões pelas quais as potências ocidentais aumentaram o interesse pelos hidrocarbonetos do Golfo da Guiné. A instabilidade vivida no Golfo Pérsico, com algumas consequências negativas na produção e fornecimento do produto em nível global e a importância que países como Angola, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe, grupo que o autor denomina “Quarteto Estratégico”, têm na nova configuração do sistema petrolífero internacional.

Angola faz parte do Grupo de Países Não Alinhados, participa activamente na organização dos PALOP, integra a União Africana e as Nações Unidas. Estas Organizações e Comissões englobam todo o espaço geográfico planetário.

Os princípios norteadores estão estritamente ligados ao direito internacional tal como está disposto nos artigos 12º e 13º da CRA<sup>457</sup>. Quanto às estratégias, a Agenda Nacional de Consenso e os discursos do decisor que representa Angola internacionalmente propõem o apoio aos grupos empresariais nacionais que operam para além das fronteiras, o desenvolvimento de estratégias que vissem a afirmação do País no mercado mundial, o estabelecimento de parcerias com as organizações e blocos económicos regionais, o aproveitamento das sinergias provenientes das comunidades angolanas residentes no estrangeiro e não só, e de outras comunidades do mundo.

---

<sup>457</sup> Constituição da República de Angola, aprovada pela Assembleia Nacional a 11.2.2010



Angola deverá aumentar a sua participação no mercado mundial de energia, diversificar e conquistar novos nichos de mercado no comércio mundial, participando no seio das Organizações e Instituições que intervêm no Comércio Internacional. Para tal irá promover, incentivar e apoiar instituições nacionais vocacionadas para a realização de estudos e análises sobre questões de interesses nacional e internacional que permitam ao Estado o conhecimento antecipado e adequado de assuntos relevantes para o crescimento e desenvolvimento do País. Estes factores apontados representam a importância geopolítica e geoestratégia de Angola na região da África - Austral e nas Relações Internacionais bem definidas, precisando apenas da sua implementação na sua política externa, o que exige estabilidade política interna e o know how.

#### **4.2. UMA OU DUAS POLÍTICAS EXTERNAS (UNITA – MPLA)?**

Como dissemos, a formulação da política externa nasce de uma convergência de interesses políticos, económicos e sociais de origem variada e a sua transformação pelo Estado ou unidade política e não só, em acção diplomática ou militar como seus instrumentos fundamentais. Também ao longo deste trabalho afirmamos que a condução da política externa é uma área de actuação e competência exclusiva do Chefe de Estado ou do Líder máximo de qualquer unidade Política.

Formalmente, terminada a guerra civil de Angola a 22.2.2002, que simboliza a derrocada da UNITA no campo militar-diplomático e a sua transformação em partido político, pode-se afirmar que a política externa de Angola passou a ser dirigida pelo Chefe do Estado angolano.

Porém, o sistema de eleição do Chefe do Estado consagrado na Constituição da República de Angola aprovada a 10.2.2010, nos seus Artigos 109º e 143º, cria uma situação de dependência deste ao seu partido; isto é o presidente da República também é o presidente do Partido político que ganha as eleições. Nesta óptica, faz-se uma governação dependente do Partido em todas as áreas, uma característica dos Partidos Comunistas na China, Rússia e Coreia do Norte. Em que quem dirige a Política nas suas vertente até a externa de governo é Partido.

No que respeita aos Partidos angolanos, o MPLA e a UNITA não existe, até a data, nenhuma obra que se tenha dedicado exclusivamente a sua política externa e poucos são os textos escritos que tenham feito esse tipo de abordagem. Os próprios Partidos

também não apresentam um documento onde espelham a estratégia da sua política externa. O que de certa maneira complica qualquer análise para os académicos e não só.

É necessário se criar um fórum de forma abrangente ou restrita para o tratamento desta matéria importante, cuja sistematização é essencial para os académicos, sobretudo para os parceiros internos e externos que passarão a ter noção das directrizes destes Partidos, do ponto de vista das parcerias, as áreas prioritárias, os mecanismo para implementação, monitorização e avaliação das acções e os fins que se pretendem alcançar com cada um dos parceiros e com as estratégias pré-estabelecidas. Depois do fim do conflito em 2002 a acção externa desses partidos como sempre é constada nos discursos oficiais dos seus líderes, nos Congressos ordinários e extraordinários e nos comunicados a nível de comités Central, Permanente ou Bureau Político.

No caso do MPLA-Partido governo a situação é clara, desde a década de 70 que a política externa do MPLA-governo está marcada pela figura do presidente José Eduardo dos Santos, actual cabeça de lista deste Partido, que por coincidência, foi o primeiro ministro das Relações Exteriores de Angola independente. Durante o seu exercício no cargo levou Angola como Estado, em 1976, pelos meandros da OUA e da ONU. Depois, assumiu o cargo de presidente da República de Angola e do MPLA, em 1979 até aos dias de hoje, o que pode-se considerar acto contínuo.

Com o fim do conflito a política externa do MPLA consolidou-se com varias convergências de interesses e contínua movendo Angola aos quatro cantos do mundo com o mesmo decisor político e a mesma ideologia. Este posicionamento coloca a política externa de Angola numa posição vulnerável, uma vez que, muitos angolanos que não pertencem ao MPLA sentem-se excluído e desta feita cria condições para os outros partidos fazerem as suas incursões diplomáticas para explicarem os seus pontos de vistas.

Com a UNITA a situação é diferente, embora Samakuva tenha sido o ultimo chefe da missão externa, não era o decisor. É verdade que José Eduardo dos Santos assumiu também o poder em condições delicadas no MPLA, porém, o Partido tinha as estruturas intactas e externamente contava com acessória da URSS em todas as vertentes. Isaías Samakuva assume a presidência de um Partido sem estruturas e externamente perseguida pela comunidade internacional. Assume o Partido numa fase em que para além da morte do decisor político, a matéria estratégica que norteou a política externa deste Partido que é ultra secreta encontrava-se sob controlo do MPLA, uma vez que, foi

capturada na perseguição ou então na morte do líder. Os lobbies diplomáticos e todos os códigos possíveis constantes nos diários e agendas de trabalho do Dr. Savimbi haviam sido capturados ou fornecidos pelas pessoas próximas que foram se aproximando do MPLA na luta de “*fazer a guerra para acabar com a guerra*”.

A interação com o mundo exterior é inerente a qualquer unidade política. Para a UNITA sobreviver como Partido histórico em Angola no fim do conflito, a base da sua política externa foi adoptada durante a realização do IX congresso onde se afirmou resumidamente no discurso de tomada de posse do Presidente Samaukuva que:

[...]“*Continuaremos a contar com a vossa contribuição. Procuraremos preservar a amizade com a comunidade política e organismos internacionais, viabilizando ajudas ao processo de paz, à democratização do País e a reinserção social dos desmobilizados, dos deslocados e dos refugiados*<sup>458</sup>.”

Esta foi uma decisão do IX congresso da UNITA manter a missão externa como afirmou ao Jornal português Público o porta-voz do Congresso Marcial Adriano Dacahala:

[...]“*Estamos a assistir do lado do nosso maior adversário político, o MPLA, cada vez mais a uma maior extensão das suas estruturas diplomáticas no exterior do país e, por isso, decidimos que a missão externa deve continuar*<sup>459</sup>”.

A UNITA, no pós-conflito tem procurado reconquistar o espaço perdido durante os últimos anos (1992 a 2002)<sup>460</sup>. Esta realidade é constada nos périplos diplomáticos que as delegações chefiadas pelo presidente da UNITA, Isaías Samakuva, têm realizado na África, Europa e no continente americano. Com o objectivo de cumprir com a agenda diplomática anunciada no seu discurso de posse em 2003 “*Continuaremos a contar com a vossa contribuição. Procuraremos preservar a amizade com a comunidade política e organismos internacionais, viabilizando ajudas ao processo de paz, à democratização do País e a reinserção social dos desmobilizados, dos deslocados e dos refugiados*”.

Com esta abordagem podemos concluir que em Angola do pós-conflito atua duas políticas externas. Uma feita pelo MPLA-governo e outra levada a cabo pelos partidos

---

<sup>458</sup> Isaías Samakuva, Discurso do Presidente Isaías Henrique Ngola Samakuva Momentos depois da Sua Eleição, p.2

<sup>459</sup> Miguel Souto, O IX Congresso da UNITA Termina Amanhã, p1

<sup>460</sup> Alcides Sakala, Nota de Imprensa sobre a Digressão Diplomática do Presidente Samakuva a Europa e Estados unidos da América, p. 1

políticos na oposição, com mais destaque a UNITA e a CASA-CE de Abel Epalanga Chivukuvuku<sup>461</sup>.

#### **4.3. PARA UMA DIPLOMACIA ANGOLANA.**

Em conformidade com a Constituição da República de Angola aprovada em Fevereiro de 2010, nos Artigos 1º, 3º, 12º, 13º e 121º, a política externa de Angola é área de competência exclusiva do Chefe do Estado, auxiliado pelo Ministério das Relações Exteriores (MIREX)<sup>462</sup>.

De acordo com o Estatuto Orgânico, o MIREX foi criado a 12 de Novembro de 1975, com a competência de auxiliar o Presidente da República na coordenação, formulação, planificação, execução e avaliação da política externa e de cooperação internacional da República de Angola em todas as suas vertentes, para afirmação do país na defesa dos interesses nacionais no contexto internacional. O MIREX executa as suas atribuições com base no princípio da unidade, interdependência e colaboração entre os órgãos e serviços integrados na sua estrutura, bem como com outros organismos do Estado com participação indirecta na execução da política externa da República de Angola<sup>463</sup>. Na sequência da nossa abordagem observámos que em Angola, a maioria das instituições criadas em 1975, não “vinculam” o povo angolano, uma vez que, ou são da FNLA, do MPLA E da UNITA, de acordo as suas zonas de influência política.

No caso do MIREX se foi criado em 1975 e o seu primeiro Chefe foi o actual Presidente da República de Angola e do MPLA, então é uma estrutura que não pode executar uma política externa inclusiva, uma vez que, revela uma clara continuidade. E este comportamento é nato em qualquer ser humano, a não ser que apareça um Nelson Mandela<sup>464</sup>.

Com o fim do conflito em 2002, é necessário que o papel reconciliador por força da constituição e das leis internacionais seja abrangente em todos sectores da política governativa de Angola.

---

<sup>461</sup> João Santa-Rita, Abel Chivukuvuku em Washington, p.2

<sup>462</sup> Constituição da Republica de Angola Aprovada pela Assembleia Nacional a 2 de Fevereiro de 2010.

<sup>463</sup> Estatuto Orgânico do Ministério de Relações Exteriores

<sup>464</sup> Presidente da África do Sul (1194-1999) que desempenhou um papel reconciliador naquele País sem precedentes na História da Humanidade.

Para uma diplomacia no pós-conflito, Angola precisa fazer com urgência um estudo minucioso do papel desempenhado pelos diplomatas: do MPLA governo que levaram a mensagem pacífica deste Partido na arena internacional, da FNLA que foram os primeiros<sup>465</sup> a falarem de Angola nas Nações Unidas e noutros organismos internacionais, bem como a exímia equipa diplomática da UNITA que levou Angola nos países africanos ocidentais, asiáticos e organizações governamentais e não só e que travou o avanço do comunismo em África.

Angola para ser um país credível no contexto internacional precisa trabalhar muito para uma política externa inclusiva resultante das experiências das três equipas diplomáticas (FNLA, MPLA e UNITA) que a Comunidade Internacional reconhece. Uma posição conciliadora que evitaria as políticas externas paralelas de diversas forças que de certa maneira têm impacto internacional com raízes tradicionais profundas e “lobbies” diplomáticos que datam desde década 60.

Para uma diplomacia angolana é preciso fazer-se um estudo reconciliado da diplomacia inclusiva desde anos 60 até hoje, compreender a sua força, conhecer a sua alma, acarinhar a sua cultura, viver com ela todos os dias. Descobriremos em fim, que, esta diplomacia resultante das três experiências tem força para sobreviver e tornar Angola com uma política externa feliz e forte no contexto das nações.

## **CONCLUSÕES**

O objectivo do presente estudo não foi mais do que tentar compreender a génese das acções que marcaram os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA durante a guerra civil de Angola no período de 1975 a 2002. Procurámos reconstituir empiricamente a trajectória diplomática desta terceira força política que nasceu no movimento revolucionário angolano contra o colonialismo Português em 1966, na província do Moxico-Angola. Apesar, de ser constituída em Champaix-Suiça, seria a primeira força política na luta contra Portugal que teve a sua fundação no interior de Angola.

Este facto na luta anti-colonial criou simpatias na arena internacional que possibilitou a sua diplomacia sair exitosa e cumprir a primeira fase (1965-1975), que culminaria no reconhecimento internacional e no seio dos outros movimentos como representante

---

<sup>465</sup> João Paulo N'ganga, Holden Roberto -O Pai do Nacionalismo Angolano, p.38,78

legítimo para negociar com o governo português a independência de Angola em Alvor, 1975.

A independência saída do Acordo de Alvor não vingou e Angola foi palco de um novo conflito armado nas três vertentes (guerra entre os MLN<sup>466</sup>, guerra Regional<sup>467</sup> e a Guerra-Fria<sup>468</sup>), movido por causas desconhecidas, porém, um dos enigmas foi a expansão das ideologias em confronto<sup>469</sup> e que tinham esta zona como de importância geopolítica e geoestratégica, na busca da hegemonia mundial. Com a intervenção da União Soviética e forças de intervenção cubanas o MPLA proclamou a independência de Angola em 11.11.1975 unilateralmente, na capital de Angola, excluindo os outros dois protagonistas da guerra de libertação nacional.

Esta exclusão levou o país ao novo conflito armado, desta vez, com dois actores internos (MPLA e UNITA), uma vez a FNLA enfraqueceu em 1977. A diplomacia da UNITA que até então era da esquerda<sup>470</sup> teve de reformular a sua política externa para o sector ideológico da direita em convergência de interesses, utilizando o conceito marxista, de países capitalistas.

Nesta 2ª fase a Diplomacia da UNITA teve a missão de informar a comunidade internacional da instalação em Angola de um sistema de Partido Único que não permitia a coexistência dos outros. Esta mensagem fez eco e ganhou simpatia da sociedade internacional, que atrelada pela luta a expansão do Comunismo levou a UNITA a areópagos internacionais.

Esta política externa jogou um papel importante que levou a derrota do comunismo no mundo em 1989<sup>471</sup>, a independência da Sudoeste Africano (Namíbia), o fim do Apartheid na África do Sul e a libertação Nelson Mandela, a saída do contingente cubano de Angola sob verificação da UNAVEMI, a democratização de Angola que passaria pelos Acordos de Bicesse e a realização das primeiras eleições multipartidárias.

---

<sup>466</sup> FNLA, MPLA e UNITA

<sup>467</sup> Intervenções militares da África do Sul, Congo Francês, Guine Conakry, Guine Bissau, Moçambique, Zaire (Actual República Democrática do Congo);

<sup>468</sup> Intervenção político-militar protagonizada pelos EUA, URSS, Portugal e forças Cubanas

<sup>469</sup> O Comunismo-socialismo liderado pela união soviética e o capitalismo que abarcava o ocidente, liderado pelos EUA, numa luta da busca de um sistema unipolar.

<sup>470</sup> Por influência do Partido Chines liderado por Mao Tsé-Tung-inspirador do Líder da UNITA Jonas Savimbi e que externamente apoiou a UNITA em 1965.

<sup>471</sup> Queda do Muro de Berlim e a Unificação da Alemanha e dos outros países da Europa do Leste e a consequente Desmembramento da União Soviética para Rússia.

Fruto da política externa da UNITA que serviu como força de interposição em Angola, foi possível travar o avanço do comunismo no mundo. Com fim da Guerra-Fria e a tática derrocada da ideologia socialista (1989), o Ocidente principalmente Estados Unidos da América que nunca foi inimigo do MPLA, mas sim da ideologia comunista, uma vez que, com este faziam parte durante a guerra a cooperação nos meandros da diplomacia económica, reformou a sua política externa.

Os EUA queriam liderar a exploração dos recursos minerais em Angola, principalmente o gás natural. Esta exploração como é óbvio seria mais fácil com o MPLA governo do que com a UNITA governo. Porque o MPLA fazia parte do Bloco derrotado (URSS) e a UNITA do Bloco vencedor (EUA). Com o MPLA esperava-se uma cooperação de cedência e com a UNITA, uma cooperação de exigências.

Nestas condições e concertadas a nível das Nações Unidas, a UNITA seria o Alvo a travar que começou com uma negociação decidida pela Rússia e EUA para impor a Paz em Angola, assinado em Bicesse Portugal a 31.5.1991 e conseqüentemente a realização das eleições sem condições logísticas e humanas da parte da comunidade internacional e a retirada de apoio externo a UNITA durante a fase da campanha.

O corpo diplomático da UNITA nesta época que constitui a terceira fase (1991-2002) reformulou a sua política para esquerda. Com abandono dos EUA para financiar a campanha para as primeiras eleições de 1992, foi buscar apoio externo do Partido Socialista Francês do François Maurice Adrien Marien Mitterrand<sup>472</sup>.

Em contornos desconhecido e sem apoio da comunidade internacional, entre 29 e 30 de setembro de 1992, foram realizadas as primeiras eleições em Angola, ganhas pelo MPLA<sup>473</sup> e o seu candidato com a maioria esmagadora, vitória esta que a UNITA<sup>474</sup> e o seu candidato contestaram, considerandos os resultados uma fraude eleitoral.

Esta contestação enfureceu não só o MPLA como a comunidade internacional que tinha investimentos e interesses económicos em Angola, que era mais importante em detrimento das eleições, tendo mesmo afirmado que as eleições foram livres e justas, apenas a representante do Secretario Geral da ONU e Chefe da missão da manutenção de Paz que mais tarde afirmaria que tudo aconteceu porque Angola era Órfão da Guerra-Fria.

---

<sup>472</sup> Presidente da Republica da França entre 1981-1995

<sup>473</sup> MPLA 53,74% e José Eduardo dos Santos 49%

<sup>474</sup> UNITA 34% e Jonas Malheiro Savimbi 40%

O conflito pós-eleitoral eclodiu com consequências incalculáveis em todas as áreas vitais do país. A Diplomacia da UNITA procurou explicar as causas deste conflito sem sucesso, uma vez que, a comunidade internacional já tinha definido o que deveria fazer. Vários pacotes de sanções são aplicados a UNITA e ao MPLA o um beneplácito tácito para fazer a guerra no decurso de várias rondas negociais que culminariam com a assinatura do Protocolo de Lusaka na capital Zambiana a 20.11.1994, sem a presença do Líder da UNITA.

O Protocolo de Lusaka também fracassou porque a UNITA foi forçada a assinar para evitar imposição de sanções. Por outra, a morte inesperada no acidente, do Representante Especial do Secretário-geral e Chefe da Missão da Manutenção da paz, em Angola, acelerou mais uma vez o reacender de um conflito que opunha a UNITA contra a comunidade internacional, na busca de legitimidade eleitoral.

Aqueles que entendem a estratégia política e diplomática entenderam que Jonas deixou de ser uma carta no baralho daqueles que ganharam a Guerra-Fria. Era preciso abandoná-lo e não só o fizeram como foi um contra-senso colocar Jonas Savimbi, que todos os anos era recebido na Casa Branca, no mesmo rol que Sadan Hussein, Fidel de Castro, Kadhafi e outros. Principalmente, é difícil entender que tal tenha acontecido de um dia para outro.

Portanto, existem factos de maior profundidade do que com aquilo que sucedera a 22 de Fevereiro de 2002. Anotemos que na história recente, foi a primeira vez que o Conselho de Segurança decidiu aplicar sanções a um partido e até perseguiu um ser humano. Mas, trata-se do caminho para uma nova ordem mundial<sup>475</sup>. Diga-se de passagem que a morte de Jonas Malheiro Savimbi e os seus contornos representaram a derrocada da diplomacia da UNITA na 3ª fase.

A diplomacia é uma realidade político-social antiga na história da humanidade<sup>476</sup> de extrema importancia, uma vez que, apesar de outros contornos, representa a face pacífica de uma unidade política ou não, se relacionar com as outras na sua política externa.

Desde da atinguidade Greco-Romana, a idade média, contemporania e moderna os contornos da diplomacia para a política externa de qualquer realidade é a melhor

---

<sup>475</sup> Lukamba Paulo Gato, A revelação é do General Gato: “Savimbi morreu em 1991”, Artº. p.5

<sup>476</sup> 2Reis 18.1-33- leitura Bíblica



solução para dirimir discordâncias sobre certa abordagem sem consenso e que seria perigosíssimo quando antagónico com conseqüências desastrosas.

No séculos XXI a diplomacia tem sido considerada a melhor opção para a solução de diferendos entre os actores, principalmente os primários da comunidade internacional.

A diplomacia é assim entendida como a face pacífica de Estado ou não fora das suas fronteiras. Para o fortalecimento deste instrumento da política externa no período de 1914 a 1945 foram criados instrumentos de carácter jurídicos, como por exemplo, o pacto de não agressão da Sociedade das Nações (SdN), a Carta da ONU, os tribunais de justiça internacionais e regionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros) com objetivo, de não legitimar a outra faceta da politica externa que consiste por conflitos domésticos e internacionais, visto que, ameaçam a paz e a segurança universal. Daí que, continua o aperfeiçoando de mecanismos para a solução pacífica dos conflitos de forma eficiente, quando não, reduzindo por vias diplomáticas os seus efeitos<sup>477</sup>.

O presente estudo sobre os vectores que determinaram a condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola (1975-2002) - numa dimensão de relações internacionais abre uma perspectiva para o desenvolvimento de futuras investigações sobre o tema, as quais poderão permitir maior elucidação do mesmo, levando assim a seu maior conhecimento, por se tratar de um tema ainda em actualidade e relevância, cuja compreensão poderá contribuir para gestão e resolução de conflitos do género. Porque constamos que depois de tudo o que aconteceu a solução foi encontrada diplomaticamente com assinatura do memorandum do Luena e a sua ratificação em Luanda a 4.4.2002.

Apesar do tipo de estudo levado a cabo não permitir recomendações dado o carácter da abordagem usada, a análise geral dos resultados, em conformidade com os autores consultados e com base no problema levantado, bem como nos cenários que moveram esta diplomacia, como aconteceu com o caso da UNITA em Angola, tecemos as seguintes considerações, respondendo de certa forma à hipótese inicial levantada:

- 1º Continuar e sistematizar os estudos relativos ao tema, os vectores que determinaram a condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola (1975-2002) - numa dimensão de relações internacionais, visando esclarecer os aspectos ainda confusos, especialmente por questões políticas e que

---

<sup>477</sup> A não intervenção militar na síria

têm a ver com decisões e acontecimentos importantes e que possam dar um contributo para uma política externa angolana;

2º Persistir na inclusão dos temas atinentes aos vectores que determinaram a condução da diplomacia da FNLA, do MPLA e da UNITA no período da guerra civil de Angola (1975-2002) - como matéria de ensino, uma via para a contenção definitiva do fenómeno do que o inverso pode provocar, bem como evitar repetições de trilhos lamentáveis na história futura do país e não só;

3º Diplomáticamente em África do Sul em nenhum momento invadiu a República da Namíbia, pois que, com o fim da I Guerra Mundial, criou-se a 1ª Organização Universal de carácter político (SDN) e em conformidade com o Estatuto, esta, viria entregar o Sudoeste Africano (Namíbia) ex-colónia Alemã, sob tutela da União Sul-africana (actual África do Sul desde 1919). O que aconteceu depois pode ser considerado como barganhas no complexo cenário da política internacional depois da II Guerra Mundial, que só encontra compreensão numa abordagem em Relações Internacionais;

4º Diplomáticamente a batalha do Kuito Kwanavale não tem nenhuma relação com a resolução do conflito na República da Namíbia. Os Acordos de Nova York não dependeram da boa vontade do governo Sul-africano. Mas, sim, da conjuntura política internacional, resultante da concertação das super potências no fim da guerra-fria. Já que encontrou-se consenso a nível do CS da ONU, visto que, em 1978 quando foi adoptado a resolução 435, o veto foi imposto pelos EUA que consideravam como condição *sine qua non* a saída dos cubanos de Angola para sua aplicação. E este consenso surgia com o fim do confronto Leste-Oeste. Observámos igualmente que a Rússia participou nas negociações como um observador e Cuba de força internacionalista saiu de Angola como um contingente sob a fiscalização da ONU em conformidade com a resolução 626 (WRIGHT, 2000p.301). Na África do Sul não se encontrou culpados, visto que, os protagonistas da cena política foram distinguidos como prémios Nobéis<sup>478</sup> da paz. A República de Angola e de Cuba retardaram a independência da Sudoeste Africano (Namíbia).

5º Nos meandros da política externa nenhuma força externa invadiu Angola durante o conflito, houve intervenções militar, primeiro a convite dos MLN e depois no quadro do confronto Leste-Oeste nas guerras de interposição de forças;

---

<sup>478</sup> Frederik Willem de Kleck e Nelson Mandela

6º A resolução do conflito em Angola, pode servir como exemplo aos demais países da região, visto que, se enquadra nos mecanismos de resolução de conflitos primados na carta da ONU<sup>479</sup>;

7º Para uma diplomacia no pós-conflito, o MIREX deve criar um fórum de acomodar e devolver a dignidade aos timoneiros da diplomacia angolana da FNLA, MPLA e UNITA, tem muitas lições a fornecer as gerações vindouras;

8º Os Partidos angolanos devem criar condições de espelhar nos estatutos as linhas mestras da sua política externa.

### **Entrevistas realizadas:**

Dr. Almerindo Jaka Jamba- Deputado da Assembleia Nacional de Angola pela Bancada Parlamentar da UNITA em entrevista ao autor em Luanda, aos 26.06.2013.

Eng.º José Ernesto Mulato, 3º Vice-presidente da Assembleia Nacional de Angola e Deputado pela Bancada Parlamentar da UNITA em entrevista ao autor em Luanda, aos 26.6 e 7.07.2013.

Embaixador Lukamba Paulo Gato, Deputado da Assembleia Nacional de Angola pela Bancada Parlamentar da UNITA em entrevista ao autor em Luanda, aos 30.07.2013.

General Peregrino Isidro Wambu Chindondo, Conselheiro do Chefe Estado Maior General Para Questões Jurídicas e Contractuais em entrevista ao autor em Luanda, aos 10.07.2012.

---

<sup>479</sup> Peace maker, peace building, peace keeping e peace eforcemet

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

ABRANTES, José Menas. *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo: palavras de um Estadista - 1979-2004*. Luanda, 2005

ALMEIDA, P. R. S. Espiga. *Angola – A descolonização é possível*. Biblioteca da Universidade Lusíada – Departamento de Relações Internacionais – seminários 4º ano- Lisboa, 1994/95.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo Português em África*, Estampa, Lisboa, 1979.

AMARAL, Diogo Freitas do. *Historia das Ideias Políticas. I Volume*. 1ª Edição, Luanda, Setembro, 2004.

ANDRADE, Joaquim Pinto. *Entrevista realizada entre Maio de 1995 e gosto de 1998, em Luanda, Havana, Rio de Janeiro e Lisboa por Hélder Manuel Barber Dias dos Santos e Drumond Alcides Jaime Mafut In: JAIME, Drumond; BARBER Hélder. Angola – Depoimentos para a Historia Recente (1950-1976)*. 1ª Edição: Lisboa, 1999p.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens Do Nacionalismo Africano*. 1ª Edição. Almedina, Lisboa, Maio 1998.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos. *Alcora- O Acordo Secreto do Colonialismo- Portugal Africa do Sul e Rodésia na Ultima Fase*. 1ª Edição-Divina Comedia Editora, Maio de 2013.

ANSTEE, Margaret Joan. *Órfão da Guerra-fria. Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 991/92*. Porto, 1997.

ANTUNES, José Freire. *Os Americanos e Portugal, Vol. I*. Dom Quixote, Lisboa, 1986.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*, 2.ª edição, Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1986.

BALFOUR, Sebastián. *Fidel de Castro, Editorial Inquérito, Mem-Martins, 1988*.

BARBER, Drumond Jaime Helder. *Angola Depoimentos Para a Historia Recente (1950-1976)*, 1ª Edição, Luanda, 1999

BARROSO, José Manuel Durão. *África Austral – O Desafio do Futuro. Integração Nacional e Integração Regional*, in Estudos Africanos, 2, IEEI, Lisboa, 1991.

- BENDER, Gerald J. *Angola Sob Domínio Português (Mito e Realidade)*, Santa Costa Editora, Lisboa, 1976.
- BENY, Eduardo. *A Geopolítica do Petróleo – Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*, Nono Embondeiro Editores, Lisboa 2007.
- BERNARDINO, Luís Manuel Bras. *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana- Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolana*. Editora Almedina, 2013
- BRANCO, Luís Castelo. *A Razões Políticas da SADCC – Às Razões Económicas da SADC, Tese de Mestrado*. Edições da Universidade Lusíada, Lisboa, 1997.
- BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi: Uma Chave para África*. Editora Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1988.
- BRITTAIN, Victoria. *Morte da Dignidade – A guerra civil em Angola*. 1ª Edição Editora Publicações Dom Quixote, Lisboa, Março de 1999.
- CAMPOS, Armado de. *África do Sul – Potência Regional*, Instituto Superior de ciências sócias e políticas. Lisboa, Agosto de 1996.
- CANGOVI, André. *Experiência Angolana E Potenciais Áreas de Conflito Pós-Eleitorais*. Igreja Evangélica Congregacional Em Angola (IECA). Seminários Prevenção e gestão de conflitos eleitorais. Luanda 2003.
- CARDOSO, Pedro; OLIVEIRA, Faria; GARCIA, Proença; BRANCOS, Carlos. *Atlas da Lusofónia*. Livraria Almeida – Prefácio – Editora, 2004.
- CARDOSO; Silva. *Angola: Anatomia de uma Tragédia*. Oficina do Livro, Lisboa, 2005.
- CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.
- CARVALHO, Nogueira E. *Era Tempo de Morrer em África*. Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda. Lisboa, 2004.
- CARVALHO, Paulo de. *REVISTA, Angola, 40 Anos de Guerra-Encontros*, Lisboa, 2000.
- CASTELLS, M. & Narcís Serras. *Guerra e Paz no Século XXI – Uma Perspectiva Europeia*. Editora Sociedade Unipessoal LDA, Portugal, 2007.

CHASSANHA, Urbano. Angola – Onde os Guerreiros não Dormem. Quod Editor, Lisboa. Novembro de 2000.

CHAVES, Mateus J. O Papel Reconciliador da Igreja no Pós - Guerra Civil em Angola. 1ª Edição, Anapolis Transcultural, Brasil, Julho de 2008.

CHIWALE, José Samuel. Cruzei-me com a História. 1ª Edição, Sextante Editora, Lda. Lisboa, Julho de 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. “Da Guerra”. Lisboa: Editora. Perspectivas e Realidades, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Principles of War. Harrisburg, The Military Service Publishing Company, 1942 (traduzido e editado por Hans Gatzke), Princípios da Guerra, Lisboa, Sílabo, 2003.

COMERFORD, Michael G. O Rosto Pacífico de Angola – Biografia de um Processo de Paz (1991-2002). Luanda, 2005.

CONCEIÇÃO, Maria Nunes José Angola: uma Política Externa de Crise em Contexto de Crise (1975-1994). São Paulo: Tese de Doutoramento em Ciência Política na FFLP/USP, 1999

COOPER, Robert. Ordem e Caos no Século XXI, Trad. Carlos Braga, Editorial Presença, Lisboa, 2006.

CORREIA, José de Matos. Os Acordos de Paz do Estoril e a Coexistência de Ordens Jurídica – políticas -1992.

CORREIA, Pedro Pezarat. Angola do Alvor a Lusaka. Editor: Hugin Editores Lda. Lisboa, Julho de 2008.

CORREIA, José de Matos. *Os acordos de Paz do Estoril e a Coexistência de Ordens Jurídico-políticas*, Lisboa, 1992.

CORREIA, Pedro Pezarat. Descolonização de Angola, a Jóia da Coroa do Império Português. Editora: Inquérito. Lisboa, 1991.

COSTA, Fernando Marques da, FALÉ, Natália, Guia Político dos PALOP, Editorial Fragmentos, Lda, Fundação de Relações Internacionais.

COUTO, Abel Cabral (1988). Elementos de Estratégia, Vol. I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.

CUNHA, Joaquim S. Angola – o Ultramar, a Nação e o 25 de Abril. Atlântica Editora, Coimbra, 1977.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. As Relações Económicas Brasil – Angola (1975-1988). UNICAMP. Universidade Estadual de Feira de Santana, da Universidade

DAHRENDORF, Ralf – “Reflexões Sobre a Revolução na Europa”. Lisboa, Gradiva, 1993.

DAVIDSON, Basil. Angola – No Centro do Furacão. Edição Delfos, Lisboa, 1974.

DAVIDSON, Brasil. A Descoberta do Passado de África. Sá da Costa Editora Lisboa, 1978.

DAVIS, Nathaniel. A Decisão de Angola de 1975: Uma Memória Pessoal. in Foreign Affairs, (57), Outono, 1978.

DINH, Nguyen Q; DAILLIER, Patrick e ALAIN, Pallet. Direito Internacional Público. 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF JR., Robert L. Relações Internacionais – As Teorias em Confronto, Gradiva, Lisboa, 2003.

ENDERS, Armelle. História da África Lusófona. Editorial Inquérito, Lda. Lisboa 1997.

Fernandes, António J. As Relações Internacionais e Portugal. Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda. Lisboa, 2008.

FERNANDES, António José – “Relações Internacionais – Factos, teorias e organizações”. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi - No Lado Errado da Historia*, 1ª Edição, Publicações Don Quixote- Portugal, Maio de 2012.

FERNANDO, Emídio. *O Ultimo Adeus Português – Historia das Relações Internacionais Entre Portugal e Angola do início da guerra colonial até à independência*, 1ª Edição, Editora Oficina do Livro. Lisboa, Novembro de 2005.

FITUNI, L. L. *Angola: Natureza, População, Economia*, Edições Progresso, Moscovo, 1985.

FONSECA, Florêncio da. *Estudo do Distúrbio de Stress Pós-Traumático (PTSD) nos Militares da 5ª Região, de acordo com o grau de exposição à guerra*, Monografia de licenciatura ISCED. Lubango, 2006.

FREITAS, Amadeu José de. *Angola – O Longo Caminho da Liberdade*, 3ª Edição, Lisboa, 2002.

FURTADO, Francisco Pereira. *Operações Restauro e Quissonde – Conferência aos Alunos do Curso de Adidos Diplomáticos e do Curso de Relações Internacionais*. Instituto de Relações Internacionais Luanda, 23 de Setembro de 2003.

GATO, Paulo Lukamba. *Entrevista concedida ao Bissemanário “Folha 8” pelo general Paulo Lukamba Gato*. Luanda no dia 6 de Abril de 2002.

GAVSHON, Arthu. *Crises in África*. Westview Press Colorado, 1981.

GUEDES, Armando Marques, FEIJÒ, Carlos, FREITAS, Carlos, TINY, N’Gungas, COUTINHO, Francisco Pereira, FREITAS, Raquel Barradas, PERREIRA, Ravi Afonso e FERREIRA Nascimento. *Pluralismo e Legitimação – A Edificação Jurídica pós – Colonial de Angola*. Livraria Almedina Coimbra, Junho de 2003.

GOMES, Costa. *O Último Marechal*. Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

GONÇALVES, José. *Angola e Fogo Intenso*, Edições Cotovia. Lisboa, 1992.

GORBATCHOV, Mikhael. *Perestroika*. Publicações Europa-américa. Mem-Martins, 1997.

GROMIKO, An. A, e Colectivo de Autores. *Casa Branca e o Continente Negro*, Edições Progresso, Moscovo, 1986.

GUERRA, João Paulo. *Memórias das Guerras Coloniais*. 1ª Edição, Edições Afrontamento: Porto – Lisboa, 1993.

GUERRA, João Paulo. *Savimbi, Vida e Morte*. 3ª Ed. Lisboa, 2000.

HARE, Paul. *A Última Grande Oportunidade para a Paz em Angola*, Campo das Letras. Porto, 1990.

HEIMER, Franz-Wilen. *O Processo de Descolonização em Angola, a Regra do Jogo*, Lisboa, 1980.

HOWEN, Nicholas. *Peace-Building and Civil Society in Angola, a role for the International Community*, the UK Foreign and Commonwealth Office e Departamento Para Desenvolvimento Internacional, Londres, 2001.

JAIME, Azulay. *O ódio eterno de Jonas Savimbi*, in. Semanário Angolense, 11 a 18 de Novembro de 2000.



- JOSÉ, Patrício, – *Angola-EUA. Os Caminhos do Bom Senso*, Lisboa, 1998.
- JOSÉ, Pedro; Juliano T. A. & Miúdo V. *Os acordos de paz para Angola e os seus constrangimentos (1974-2002)*, Tese de licenciatura ISCED-Benguela, 2004.
- JOSÉ, Joveta. *A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS*, Porto Alegre- Brasil, 2001.
- JUDICE, Miguel, J. *Conflito*. Disponível: Polis Enciclopédia, VERBO da Sociedade e do Estado, Editora verbo, Lisboa, Janeiro de 1983.
- KATAMIDZE, Viatcheslav. *Conflitos Regionais, Um Perigo Global*, Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, Moscovo, 1988.
- KISSINGER, Henry. *Anos de Renovação*, Gradiva, Lisboa, 1ª edição Maio de 2003.
- KISSINGER, Henry. *Memórias, Vol. III – Anos de Renovação*, UniverCidade Editora & Topbooks, Rio de Janeiro, 2000.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra, II volume. 3ª Edição*, Editora publicações Europa-America, Lisboa, Setembro de 2002.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África. 1ª Edição*, Caxinde, 2006.
- KUNTUZ, Joelle. *Les Fuzils et les Urnes, Le Portugal Aujourd'hui*, Edition Denoel, Suisse, 1975
- LARA, Lúcio. *Um amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara (Vol.II-1961-1962)*, Editora Nzila, Luanda. 1ª Edição Dezembro de 2006.
- LARA, Lúcio. *Um amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara (Vol.III-1963-1964)*, Editora Nzila, Luanda. 1ª Edição. 2008.
- LAZITCH, Branko & RIGOULOT, Pierre. *Angola 1974-1988 – Um Fracasso do Comunismo em África*, 1ª Edição, Editora Referendo, LDA. Lisboa, Novembro de 1998.
- LUCAMBA, André. *A Globalização e os Conflitos no Sul, Caso Angolano*. Roma, 2001.
- MACQUEEN, Norrie. *Peacekeeping by attrition: The United Nation in Angola*, the journal of Modern African Studies.1998.

- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da Africa Portuguesa – A revolução Metropolitana e a dissolução do Império*, Editorial Inquérito, Lisboa, Junho de 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. *História da Paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 448p. ISBN 8572443967.
- MARCUM, John A. *The Angolan Revolution, Vol. II, Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-76*, Cambridge MA, MIT Press, 1978.
- MARQUES, Silvino Silvério. *Salazar, o Ultramar e o 25 de Abril*, Nova Arrancada Lisboa, 2001.
- MARTELO, David. 1974 – *Cessar-fogo em África*, Publicações Europa América LDA. Lisboa, Abril 2001.
- MATEUS, Dalila Cabrito, MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola (Nito Alves, Sita Talles, Zé Van Dunem)*. Editora ASA, Lisboa, 2007.
- MATROSSE, Dino. *Memórias (1961-1971)*, 2ª Edição. Editora Nzila, Luanda, Julho de 2007.
- MATROSSE, Dino. *Memórias e Reflexos*, 1ª edição. NZila, Lda. Luanda-Angola, Maio de 2008.
- MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Editorial Presença, Lisboa, 1999.
- MEIJER, Guus, ACCORD. *Da Paz Militar à Justiça social? O processo de Paz Angolano Coordenador do Número*, Conciliation Resources, Londres 2004,
- MILHAZES, Jose. *Gope de Nito Alves e Outros momentos da História de Angola Vistos do Kremelim*. 1ª Edição, Athleia, Lisboa, 2013
- MOHANTY, S. *Political Development and Ethnic Identity in Africa, Studies of Angola since 1960*. Sangam Books Ltd. Londres, 1992.
- MONTEIRO, António. *Portugal, os Estados Unidos e a Guerra civil angolana – comunicação apresentada na conferência internacional Portugal, a Europa e os Estados Unidos*. Lisboa, Outubro de 2003.
- MOREIRA, Adriano. *Politica Internacional*, Portucalense Editora, Porto, 1970.
- MOURISCA, Francisco de M. *Angola: Escândalo da Paz*. Sedipus Edições. Uige, 2001.

- MUEKALIA Jardo. *Angola a Segunda Revolução- Memórias da Luta para Democracia-* Sextante Editora, 1ª Edição, Stembro, 2010
- MUNSLOW, Barry. *Angola: the politics of Unsustainable Development*, Third World Quarterly.vol.20, No 3:551-568. 1999.
- N'GANGA, João Paulo. *O pai do Nacionalismo Angolano “As memórias de Holden Roberto I Volume 1923-1974”*, Editora Parma. São Paulo-Brasail, 2008.
- NOBRE, Paulo. *A verdade Sobre O fim de Savimbi – Top Secret.* in. Semanário Independente, 8 a 15 de Maio de 2010.
- NUNES, António Lopes Pires. *Angola 1961da – Baixa de Cassange a Nambuango*, Prefácio Editora, Lisboa 2005.
- NYE JR., Joseph S. *Compreender os conflitos internacionais: uma Introdução à Teoria e à História*, 3a Edição Lisboa, Gradiva, 2002.
- OLIVEIRA, César. *Portugal dos Quatro Cantos do Mundo à Europa a Descolonização (1974-76) ensaios e Documentos*, Edições Cosmos: Lisboa, 1996.
- ONU. *Resolução das Nações Unidas nº 1195, sobre Angola, aprovada aos 15 de Setembro de 1998*, NEW York, 1998.
- PACAVIRA, Manuel P. *Memórias 1975/76*, 1ª Edição, Editor QB comunicação. Lisboa, Agosto de 1996.
- PACHECO, Carlos, *MPLA Um Nascimento Polémico*, Vega, Lisboa, 1997.
- PATRÍCIO, José. *Angola – EUA – Os Caminhos do Bom Senso*, Edição Executive Center dos livros. Luanda, 1997.
- PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola – Os Brancos e a Independência*, Edições Afrontamento: Porto – Lisboa, Outubro, 2008.
- PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português, A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Edição/reimpressão: 2001
- PINTO, Jaime Nogueira. *Os Jogos Africanos*, Editora: Esfera dos livros, 1ª Edição Lisboa, Novembro, 2008.
- PUTNAM, Linda L. and POOLE, M. Scott. *Conflict and Negotiation. In: JABLIN, Frederic M. et al. Handbook of Organizational Communication: an interdisciplinary perspectives.* Newbury Park, California: Sage Publications (1987, p. 549-599).

QUEIROZ, Artur. *Angola a via agreste da Liberdade – do 25 de Abril ao 11 de Novembro*. 1ª Edição, Lisboa, Maio de 1978.

RAMOS, Justino da Gloria. *Angola a Internacionalização do Conflito*. Dissertação do Mestrado. Universidade Lusíadas de Lisboa. Lisboa, Novembro, 2002.

RIBEIRO, Gonçalves. *Vertigem da Descolonização*. 3ª Edição, Editora publicações editorial Inquérito. Lisboa, Novembro de 2002.

RIBEIRO, Manuel de Almeida. *A Organização das Nações Unidas*. Livraria Almeida – Coimbra. Lisboa, Abril de 2001.

RITTER, Scott. *A Arte da paz -A Arte da Guerra Contra a Guerra*. Editora Publicações Europa – América LDA, Portugal. 2007.

ROBALO, Manuel e MATA, Miguel. *Os 50 Grandes Discursos da história*. 1ª Edição, Edições Silabo LDA, Lisboa, 2009.

ROBINSON, R. A. H., *Contemporary Portugal: A History*, Londres, George Allen and Unwin, 1979.

ROCHA, Edmundo. *Angola contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período 1950-1964) Testemunho e Estudo Documental*. 1ª Edição, Kilombelombe Editora, Lisboa, 2003.

ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; JORGE, Tomás; SOUSA, Noémia; PINHEIRO, Patrícia MG; PERREIRA, Adriano & FERNANDES, Moisés. *Angola – Viriato da Cruz o Homem e o Mito*. Prefácio -Edição de Livros Lda, Lisboa, 2008.

ROQUE, Fátima M. *Apelos Angolanos – Chegou a Hora da Paz e da Reconciliação*, Editora Hugin, Edições LDA. 1ª Edição Novembro de 2000.

SAKALA, Alcides. *As Memórias de Um Guerrilheiro*, 3ª Edição, Editora Dom Kixote, Lisboa, Outubro de 2006.

SAVIMBI, Jonas. *Angola: a Resistência em Busca de Uma Nova Nação*, Ed. APR, Lisboa, 1979.

SAVIMBI, Jonas. *Por um Futuro Melhor*,Nórdica, Lisboa, 1986.

SCHNEIDMAN, Witney W. *Confrontos em África*,Edição de Livros Revistas, Lda. Lisboa Outubro de 2004.

SILVA, Belchior da. *Estatística para Ciências Humanas*, Gráfica Lito Tipo, Lda, Luanda Angola, 2004.

SILVA, Paulino José Cunha da. *As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola*, Editorial Nzila, Luanda, 2002.

SIMPOSON, M. *The USSR and Afro-Marxist Regimes: The part to the Treaties of Friendship and Co-operation*, Tese doctoral, Londres School of economics, Londres, 1989.

SLIPCHENKO, S. *No sul da África (ponto de vista de um Embaixador Soviético)*, Edições Progresso Moscovo – URSS 1987.

SOUSA, André Franco de. *Angola, o Apertado Caminho da Dignidade*, A. F de Sousa Lisboa, 1975.

SPNOLA, António. *Portugal e Futuro*, Editora Arcádia. Fevereiro de 1974.

STOCKWEL, John. *A CIA Contara Angola*, 1ª Edição Editora Oficina do Livro. Ulmeiro e União dos escritores Angolanos, Lisboa – Luanda, Setembro de 1979.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA Perante Si Próprio. I Vol.*, Editorial Nzila, Luanda, 2001.

URALOV, K. *A Justa Causa de Angola*. Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, Moscovo, 1976.

URNOV, A. *A África do Sul contra a África*, Edições Progresso Moscovo – URSS, 1988.

VAN-DÚNEM, Belarmino. *Prevenção de conflitos em África*. 1ª Edição. Editora Coleções sociedades Africanas, Luanda, 2007.

VAZ, Carmo. *Angola Rumo à Independência – o governo de Transição – documentos e personalidade*. Livrangol Edições Lda. Luanda, 1975.

VAISSE, Maurice. *As Relações Internacionais Desde 1945*, Edições 70, Lisboa, 1997.

VICENTE, São. *O Problema de Cabinda*. Coleção Estudo e documentos 1ª Edição Luanda, Março 1996.

WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. *Memórias D'África – A Temática Africana em Salas de Aula*, 1ª Edição São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007.

WHEELER, Douglas e PELISIER, René. *História de Angola*. 1ª Edição, Tintas - da - China Lda, Lisboa, Novembro de 2009).

WRIGHT, George. *A Destruição de um País – A Política dos EUA para Angola desde 1945*. 1ª Edição, Editora Editorial Caminhos, SA, Lisboa, 2000.

## **REVISTAS:**

CARVALHO, Paulo de. *Angola, 40 anos de Guerra*. Encontros, Lisboa, 2000,

GOMES, José. *Os primeiros tumultos em Luanda*, in *Jornal de Notícias*, 11 de Novembro de 1995.

GUARDIOLA, Nicole. *Africa 21 – o Pacto Secreto do Colonialismo português com o Apartheid (A aliança Secreta do Apartheid, Rodésia e Portugal)*, Julho de 2009 – Maculusso – Angola.

SERRA, João. *Dos Santos versus Savimbi*, in *Semanário Mundo Africano*, 15 de Março de 1996.

## **Documentos**

CADERNO DO TERCEIRO MUNDO – *Grandes Vitórias Populares Ano I* – n.º 11, Fevereiro 1979.

CDIH – Centro de Documentação e Investigação Histórico do Comité Central do MPLA. *História do MPLA 1º Volume (1940-1966)*. 1ª Edição, Luanda, Maio, 2008.

CIIR. *Angola, The Possible Peace*, Instituto Católico para as Relações Internacionais. Londres, 1991.

Constituição da República de Angola, aprovada pela Assembleia Nacional a 11.2.2010

D.O.R (Departamento de orientação Revolucionária). *Admissão de Angola na ONU*. Coleção Resistência. Dezembro, 1976.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Angola Unravels: the rise and fall of the Lusaka peace process*. Human Right Watch, Londres & Nova York 1999.

MPLA: *História de Angola*, Edições Afrontamento, Porto, 1977.

*Textos Históricos da Revolução*, Vol. I, Diabril, Lisboa, 1975.

Portugal Contemporâneo, Vol. 3, Selecções do Reader's Digest, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

História Universal, Vol. II, Selecções do Reader's Digest.

Dicionário Ilustrado do Conhecimento Essencial, Selecções do Reader's Digest, Quetzal Editores, Lisboa, 1996.

Enciclopédia Visual e Temática, Larousse, Selecções do Reader's Digest, Beta, Projectos Editoriais, Lda, Lisboa, 1995.

Guia do Terceiro Mundo, Editora Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, 1986.

GLOBAL WITNESS. *A Rough Trade, the Role of Companies and Governments in the Angola Conflict*. <http://www.globalwitness.org>. Londres, 1998.

### **Artigos Publicação em periódicas**

ADELMAN, Kenneth L. *Report from Angola*, in *Foreign Affairs*, 53 (3), 1975.

AGUALUSA, José Eduardo. *UPA e Estados Unidos na origem do 4 de Fevereiro*, in *Jornal Público*- 4 de Fevereiro de 1995.

DA COSTA, Fernando. *Desmanchar a História*, in *Jornal Público*, 7 de Abril de 1994.

FORTUNA, Cláudio. *Existe um pequeno Savimbi no coração de cada angolano, segundo Jardo Muekalia*. Entrevista. IN. Club-K.Net Lunada, 19.2.2012

GATO, Lukamba Paulo. *A revelação é do General Gato: "Savimbi morreu em 1991"*. Entrevista IN. *Jornal Angolense*, 01-03-2006,

GOMES, Adelino. *Quando os inimigos se trataram como irmãos*. in *Jornal Público*, 15 de Janeiro de 1994.

MAKUTA, Kondo. *Onde Andam os Corpos dos Negociadores de Paz da UNITA Assassinados em Luanda?* In Club. K.Net. 1.12.2012

MONIZ, Luzia. *Angola - entre a Guerra e o «Esquema»*, in *África Hoje*, Ano XI, Outubro 1955, nº 88.

ROSA, João, Jonas Savimbi. *O Homem do Projecto Angolano*, in Edição da Agência Portuguesa, Lisboa, 1979.

SAKALA, Alcides. *Nota de Imprensa sobre a Digressão Diplomática do Presidente Samakuva a Europa e Estados Unidos da América*. Washington DC, 23 de Abril 2013.

SAMAKUVA, Isaiás Ngola. *Discurso do Presidente Isaiás Henriques Ngola Samakuva, momentos depois da sua eleição*. IX Congresso da UNITA, Luanda, 27 de Julho de 2003.

SANTARITA, João. *Abel Chivukuvuku em Washington - Dirigente da CASA-CE defende aprofundamento de relações entre Estados Unidos e Angola*. In. VOA, 25.5.2013.

SANTOS, José Eduardo dos. *Admissão de Angola na OUA*, Colecção Resistência, Texto nº 10, Edição do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA. Discurso do Ano Novo para o Corpo Diplomático, 15 de Fevereiro de 1999.

SOUTO, Miguel. *O IX Congresso da UNITA Termina Amanhã*. Artigo Publicado no Jornal Publico pelo Repórter da Jornal Publico Durante o IX da UNITA. Luanda, 26 de Julho, 2003.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa, 1890-1986*, in *Política Internacional*, Vol. 1, nº 12. Primavera – Verão 1996.

TUHAFENI, Paulo. *A Imprensa e o 27 de Maio*, in *Jornal Folha* 8, 26 de Maio de 2001.

VAN-DÚNEM, Belarmino. *A Geopolítica e A Geoestratégia Angolana*, Luanda, Angola, 13.9.2010

VIANA, Clara. *Os Segredos do Alvor*, in *Jornal Público*, 29 de Agosto de 1995.

## **JORNAIS**

AGORA, (1997) *jornal privado nacional, vários artigos*. Luanda, 13 de Janeiro de 2000.

ANGOLENSE (1997) *jornal privado nacional, vários artigos.*, Luanda, 23 de Fevereiro a 2 de Março de 2002.

JORNAL DE ANGOLA. *Comunicado do Estado-maior general das Forças Armadas Angolanas sobre a morte de Jonas Savimbi. Nº 8860*. Luanda, 23 de Fevereiro de 2002.

JORNAL DE ANGOLA. *Comunicado do Governo de Angola sobre a morte de Jonas Savimbi. Nº 8860*, Luanda, 23 de Fevereiro de 2002.



JORNAL DE ANGOLA. *Presidente da República parte amanhã para os Estados Unidos da América*. Nº 8860. Luanda, 23 de Fevereiro de 2002.p.1,2,3 e 5

JORNAL DE ANGOLA. *PR Vai Participar numa Cimeira com Chefes de Estado de Moçambique, Botswana e EUA, a ter Lugar na casa Branca dia 26*. Nº 8860. Luanda, 23 de Fevereiro de 2002.

### **Bibliografia Electrónica:**

CONCILIATIONS E RESOURCES. *Textos de bases e acordos*. Disponível in: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/textos.php>. S/D (Acesso 18.08.09).

CONCILIATIONS E RESOURCES. *Cronologia*. Disponível in: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/cronologia.php>. S/D (Acesso 18.08.09).

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA EM PORTUGAL. *Embaixadores anteriores*. Disponível em: [http://www.embaixadadeangola.org/embaixador\\_ptr.htm#top](http://www.embaixadadeangola.org/embaixador_ptr.htm#top) 25 de Agosto de 2009.

HURK, George van den. *A guerra em Angola e ao longo da fronteira da Namíbia, 1975-1988*. Em: [http://www.filatelicamnete.online.pt/r101/artigo\\_pdf/revista101\\_11.pdf](http://www.filatelicamnete.online.pt/r101/artigo_pdf/revista101_11.pdf) S/D. Acesso 01.08.2009).

PISSARRO. *Greve a plantação de algodão*. in: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias5.htm> S/D (Acesso 10.11.2009).

PLURAL EDITORES. *Guerra civil angolana*. Disponível in: <http://www.pluraleditores.co.ao/PLE04.asp?area=1&ID=04>. S/D (acesso 11.07.2009).